

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TISSIANO DA SILVEIRA

Memória e Representação da Resistência
Seringueira (1970-1989)

Florianópolis, 2012

TISSIANO DA SILVEIRA

Memória e Representação da Resistência
Seringueira (1970-1989)

Dissertação submetida ao
Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade
Federal de Santa Catarina
(UFSC) para a obtenção do
Grau de Mestre em História.
Orientador: Dr. Marcos Fábio
Freire Montysuma.

Florianópolis, 2012

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silveira, Cassiano da
Memória e Representação da Resistência Desigual (1970-
983) [dissertação] / Cassiano da Silveira ; orientador,
Marcos Fábio Freire Montysuma - Florianópolis, SC, 2012.
156 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-graduação em História.

Inclui referências

I. História. 2. Seringueiros. 3. Movimentos Sociais. 4.
Araçá. 5. História Oral. I. Montysuma, Marcos Fábio Freire.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em História. III. Título.

TISSIANO DA SILVEIRA

Memória e Representação da Resistência
Seringueira (1970-1989)

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em História (UFSC).

Florianópolis, 21 de dezembro de 2012

BANCA EXAMINADORA

Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma
Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Dra. Cristina Scheibe Wolff

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Dr. Daniel Porciúncula Prado

Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Dra. Eunice Sueli Nodari

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

SUPLENTES

Dr. Artur Cezar Isaia

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Dr. Emerson César de Campos

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

AGRADECIMENTOS

A Deus, não para cumprir o protocolo, pois como ouvi um dia: é necessário “... orar sem hipocrisia”, é essa a chave que abre os portões, todos eles. Não posso deixar de lembrar aqui da ajuda que a Santa Luz tem me dado, desde sempre, guiando meus passos por mais tortuosos que sejam os caminhos, pois é Luz fina, fina como a luz do dia que dá sentido ao que eu faço.

A quem esteve comigo nesta caminhada e que me inspiram sempre: meu Pai, Elson Martins, responsável por colorir meus sonhos e fantasias com as histórias do seringal; minha mãe, Jalva da Silveira, com sua honestidade e franqueza, tudo isto com um acento nordestino que parecem naturalizar (o que deveria ser mesmo natural) estas qualidades; a minha companheira Mídiã Lopes, pela paciência, carinho e amor; e a meus dois filhos, Caetano (Caê) e Thor, crianças de uma sensibilidade comovente, certezas de que a vida é realmente maravilhosa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História e a orientação de Marcos Montysuma, não só pelo auxílio acadêmico mas por sua boa amizade. Aos meus colegas nas disciplinas que cursei, principalmente àqueles a quem estive mais próximo: Elton Laurindo e Sandor Bringmann.

No Acre, onde fiz o trabalho de campo tenho que agradecer ao apoio do pessoal da Pastoral da Terra, Célio Lima e Darlene Braga, a boa amiga Tereza de Almeida Cruz e também às pessoas que entrevistei, o que possibilitou o meu trabalho.

Por fim, aos professores Daniel Prado e Cristina Scheibe Wolff, por terem aceitado colaborar com o resultado final deste trabalho, participando da Banca de qualificação e depois na Defesa juntamente com a professora Eunice Nodari, a quem estendo meus agradecimentos.

Apesar da lista grande, ela não faz justiça ao grande número de pessoas que me ajudaram, não citados aqui pelos limites que a memória impõe.

RESUMO

Este trabalho discute a construção do discurso do movimento social acreano nas décadas de 1970 e 1980, através da memória de seringueiros e seringueiras, utilizando como metodologia a História Oral. E tendo como *locus* um evento chamado Empate, uma mobilização de seringueiros e posseiros, que reivindicava seu direito à posse sobre as colocações, ante a pressão de fazendeiros e latifundiários, que tinham sido vendidas pelos seringalistas. A transformação da floresta, retirando a cobertura vegetal nativa para introdução de pastagens, modificava o modo de vida destas comunidades que viviam havia muito tempo na região, pois o extrativismo não sobrevivia sem a floresta em pé. Para fazer frente a esta situação, os seringueiros se organizaram, criaram sindicatos e associações, e introduziram em seu discurso uma identidade local que se contrapunha aos “de fora” e que legitimava suas ações. Neste período o jornal *Varadouro* foi uma espécie de porta-voz do movimento, colocando em suas páginas as reivindicações da categoria e ajudando na construção identitária, que depois seria apropriada por diversos setores sociais e políticos.

Palavra-chave: Movimentos Sociais, Seringueiros, Memória, História Oral

ABSTRACT

This paper discusses the construction of the discourse of social movement Acre in the 1970s and 1980s, through the memory of rubber tappers and using oral history as a methodology. And as a locus having an event called *Empate*, a mobilization of rubber tappers and squatters, who claimed their right to possession of the placements, faces pressure from farmers and landowners who had been sold by seringal owner. The transformation of the forest, removing the native vegetation to pasture introduction, changed the way of life of these communities that had long lived in the region, extraction not survive without the forest. To face this situation, the rubber tappers were organized, unions and associations created and introduced into a local identity discourse is arguing against the "outsiders" and that legitimized their actions. In this period the newspaper *Varadouro* was a sort of spokesman of the movement, putting on their pages to claims of aiding in the construction category and identity, then that would be appropriate for many social and political sectors.

Keyword: Social Movements, Rubber Tappers, Memory, Oral History

Sumário

AGRADECIMENTOS.....	5
RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
ÍNDICE DE FIGURAS.....	9
INTRODUÇÃO.....	10
Procurando outros sentidos nos Varadouros da memória.....	10
CAPÍTULO I – O Empate: visibilidade do movimento.....	19
1.1 - Seringueiros.....	19
1.2 – Empatar: o discurso na prática.....	29
1.3 – Boca do Acre: mutirão contra a jagunçada.....	37
1.4 – Participação de mulheres no movimento Seringueiro.....	41
CAPÍTULO II – Memória em disputa.....	60
2.1 - Jornal Varadouro: os seringueiros na capa.....	60
2.2 – Memórias da Floresta: o enquadramento da memória.....	77
CAPÍTULO III – Criação de um discurso: do seringueiro à acreanidade.....	84
3.1 - Algumas questões para o uso da História Oral com seringueiros.....	84
3.2 – A casa do seringueiro é a floresta.....	95
3.3 – Usos e abusos da memória seringueira.....	109
3.4 - A tessitura da “acreanidade”.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
Novos discursos sobre a memória seringueira.....	121
FONTES.....	125
BIBLIOGRAFIA.....	129
APÊNDICE.....	139
A memória presente de Pedro Alexandre.....	139
ANEXOS.....	146
O Seringueiro.....	147
Figuras.....	154

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	61
Figura 2	63
Figura 3	68
Figura 4	70
Figura 5	72
Figura 6	74
Figura 7	76
Figura 8	116

INTRODUÇÃO

Procurando outros sentidos nos Varadouros da memória

*Não, não tenho caminho novo.
O que tenho de novo
é o jeito de caminhar
(Notícia da Manhã, Thiago de Mello)*

Este trabalho discute o movimento seringueiro nas décadas de 1970 e 1980 através de um evento chamado *Empate*. O *Empate* foi uma estratégia de enfrentamento organizada por seringueiros contra os fazendeiros que os expulsavam de suas colocações.

Este evento é descrito em entrevistas com seringueiros e seringueiras, que relatam em suas histórias de vida os momentos que se entrecruzam com os conflitos do período mencionado. Reporto-me principalmente ao ocorrido em Boca do Acre em 1979 - esta cidade se encontra na mesorregião entre os estados do Acre e Amazonas. Este *Empate* levou mais de 300 pessoas a enfrentar, com seus facões e foices, os peões¹ e jagunços acampados próximo de onde acontecia a derrubada da floresta, e resultou na expulsão do grupo contratado para o trabalho (*Varadouro*, 1979).

Ao remexer minha própria memória, sou levado a uma fotografia (figura3) emoldurada na parede da casa em que cresci, estava lá desde que eu me conheço por gente, ficava no espaço que meu pai usava como escritório. A cena em preto e branco é a seguinte: um grupo visto pelas costas anda, mais ou menos enfileirado, por uma estrada poeirenta, em suas mãos pode-se reconhecer enxadas, foices e terçados (facões).

Saberia, quando tive mais idade, que aquela marcha ia de encontro a dezenas de peões que derrubavam uma área de floresta, escoltados por capangas armados de revólveres e rifles, e que aquilo era o *Empate* de Boca do Acre. Não sei quem me falou que aqueles eram trabalhadores organizados, mas eu sempre achei que representavam a

1 Os trabalhadores que atuavam na derrubada geralmente estavam acompanhados de homens armados.

síntese do que isto significava. Muito antes de ver na escola as foices e machados se entrecruzando, eu já sabia que aquilo era um movimento vindo das camadas populares e para mim nada era mais significativo sobre o socialismo que aquele quadro.

Algo que me escapara foi lembrado pela professora do programa de Pós-Graduação em História (UFSC), Cristina Sheibe Wolff, pois a fotografia mencionada lembrava uma outra imagem também com uma simbologia ligada aos trabalhadores, a pintura de Giuseppe Pellizza da Volpedo, utilizada no cartaz do filme de Bernardo Bertolucci “1900”, rodado em 1977. A obra de 1901, intitulada “O Quarto Poder”(Anexo), mostra um grupo de homens, mulheres e crianças representando o cenário político e social da Itália no início do século passado, nos tempos de preparação da tela, o autor a chamou de “O Caminho dos Trabalhadores”². Os editores do *Varadouro*, principalmente Elson Martins (frequentador de cineclubes desde a juventude), poderiam conhecer este quadro de inspiração socialista, não consegui confirmar uma aproximação destas imagens, mas acredito que esta e outras representações da esquerda socialista inspiraram as publicações do *Varadouro*.

Eu não estou dizendo que o movimento seringueiro acreano³, a que me dedico neste trabalho, teve uma orientação socialista (nem muito menos eles disseram isto), pode ser que alguns conhecessem textos marxistas ou mesmo fossem socialistas, mas o movimento nunca teve esta orientação. O que me fez então pensar, por vários anos, que aquela fotografia representava um movimento socialista? Não foram apenas as foices em riste, foi minha formação, minhas leituras desde a juventude e minhas influências, que se amalgamaram com a lembrança da foto, esta imagem se cristalizou em minhas memórias como um quadro pronto: seringueiros eram de esquerda.

As implicações em minha trajetória, em minhas ações, se tornam claras numa eleição para Governo do Estado que o Partido dos Trabalhadores disputou no Acre, em 1990. Eu achei, claramente, que ali estariam os seringueiros na disputa, eu não dissociava o PT dos seringueiros, eram a mesma coisa, e como eu já sentia uma enorme admiração pelos seringueiros, admirar o PT foi quase natural. Eu não

2 Fonte: Núcleo Piratininga de Comunicação in <http://www.piratininga.org.br/>

3 Apesar do novo acordo ortográfico grafar “acriano”, há um movimento questionando a mudança que atropela a cultura local. Mantenho a forma antiga em meu trabalho, solidário com os usos sociais das palavras que são tão importantes quanto a norma.

votava nesta época, mas ainda adolescente eu achava que era igual a eles, além de socialista (sem levar em consideração o que isto significava), eu me sentia um companheiro dos seringueiros.

Este percurso que minha memória fez até a imagem, (re) construindo uma representação sobre os seringueiros, não é incomum, ao contrário. Utilizando a ideia de representação de Henri Bergson a respeito da memória, o quadro de minha infância ia cada vez sendo recriado, portanto, se ressignificando. Bergson diz que: “há para as imagens uma simples diferença de grau, e não de natureza, entre ser e ser conscientemente percebidas. A realidade da matéria consiste na totalidade de seus elementos e de suas ações de todo tipo. Nossa representação da matéria é a medida de nossa ação possível sobre os corpos; ela resulta da eliminação daquilo que não interessa” (BERGSON, 1990, p. 36). Portanto, a memória seleciona o que nos interessa, os espaços que se formam, entre a imagem do passado e sua reconstituição, são preenchidos por nossas experiências e pelo que motivou a lembrança, nossos interesses atuais.

Abro um parêntese para comentar algumas diferenças, que são necessárias apontar, entre dois autores que utilizo como referências para pensar a memória: Bergson e Halbwachs. Recorrendo a Paul Ricoeur e a sua discussão sobre memória podemos entender um pouco da ideia de Bergson sobre o tema. Ricoeur, ao trazer “Matéria e Memória” para sua análise, não tenta encerrar discussão sobre a verdade (ou confiabilidade) contida na memória, mas entende, de forma provisória, que: “a busca da verdade está implicada na visão da “coisa” passada, do que anteriormente visto, ouvido, experimentado, aprendido” (RICOEUR, 2007, p. 70).

Isto porque, Bergson, estava preocupado em analisar a memória pura através de imagens individualizadas. É disso que Ricoeur fala, ele (Bergson) propõe recompor a ação, e para tal, o centro desta operação é o cérebro, a representação surge no movimento ordenado pelo cérebro. Esta individualização da memória torna mais visível a separação entre suas ideias e as teses de Halbwachs, pois este segundo, se aproximando da sociologia, afirma que há uma memória coletiva (opondo-se frontalmente a Bergson) e que a memória é construída por elementos externos – algumas vezes não vividos pelo indivíduo – que impregnam e reconstróem a memória individual.

Estas distâncias que os separam não os tornam excludentes, as

ideias de Bergson sobre a maneira que reconstruímos a memória não foi renegada por Halbwachs – que foi inclusive seu aluno antes de se aproximar de Durkheim e da sociologia -, mas a razão (se pudermos chamar assim) de seus objetivos diferiam: Halbwachs estava pensando, principalmente, na tradição judaica e na construção do conceito de nação, enquanto Bergson se prendia no indivíduo.

A problematização da memória é um eixo condutor para entender a construção da representação seringueira, seu conceito será discutido com aportes teóricos que a lançam numa condição de metodologia/objeto, pois além de ser um meio, também é fruto de uma discussão teórica da história.

Esta condição da “memória” estará presente na pesquisa como representação coletiva segundo o conceito de Maurice Halbwachs (1990), no qual a memória individual é fortemente afetada pelo grupo a partir de uma memória coletiva. A lembrança, através de uma vivência dentro de um grupo, pode ser reconstruída ou simulada, portanto, este caráter de “invenção” da memória em função da coletividade, em que um sujeito está inserido e também em função do tempo e espaço, em certa medida, deve ser empregado como metodologia.

Utilizo as ideias de Pollak (1989), sobre o não-dito e sobre o esquecimento, como fonte de informação, dado que analisar os motivos que levam os indivíduos a colocarem algumas memórias em zonas sombreadas pode ser um importante caminho para a pesquisa em História Oral.

Acredito, que outra característica da memória essencial é apontada por Jacy Alves de Seixas como uma dimensão esquecida pela historiografia: a afetividade. Segundo a autora: “Se a memória ata-se umbilicalmente à percepção, ambas remetem à consciência. (...) impossível imaginarmos um elo entre um antes e um depois sem um elemento de memória e, portanto, de consciência” (SEIXAS, 2002, p. 3). Portanto, procuro me valer de uma memória imbricada nos sentimentos que o seringueiro tem em relação à floresta, ou melhor, aos seringais de outrora, não ficando preso aos momentos conflituosos das décadas de 1970 e 1980, mas também as lembranças anteriores a eles, memórias da infância e da lida, para depois chegarmos às lembranças da hora em que: pegar em armas para defender suas famílias e seu modo de vida tornou-se necessário.

Concordo com a ideia de “invenção” que se opera através da

lembança, porém, este caráter de invenção não impossibilita uma aproximação entre a memória e a história. James Fentress e Chris Wickham (1992), questionam a desqualificação da memória como elemento científico. Eles entendem a memória como um processo ativo, em que a coordenação com diversos fatores é constante, removendo ou adicionando lembranças para dar um significado ou ressignificar um fato.

As discussões sobre a memória coletiva (POLLACK, 1989; FENTRESS e WICKHAM, 1992) evidenciam uma potencial problemática deste conceito, quando a História Oral (como prática de pesquisa que ressalta a importância da memória subterrânea, ou seja, o que não compõe tradicionalmente as memórias oficiais) pode ser utilizada, de forma estratégica, por grupos em disputa. Porém, acredito que as possibilidades são mais significativas. Nessa pesquisa, através da fala dos seringueiros, podemos perceber reivindicações originárias de sua história e relação com o meio.

Ao empregar a História Oral, identifiquei nas reflexões de Alessandro Portelli (1996, 1997) um caminho metodológico interessante, operando com uma possibilidade de ir além da narrativa, valorizando os gestos, as pausas e até o esquecimento, e com isto, criando novos quadros interpretativos. A História Oral, contudo, não é excludente, o próprio Portelli se refere a isto quando fala que a “... supervalorização das fontes orais terminam por cancelar as qualidades específicas, tornando estas fontes ou meros suportes para fontes tradicionais escritas, ou cura ilusória para todas as doenças” (PORTELLI, 1997, p. 26).

Esta metodologia lança muito mais desafios que certezas, incluindo a necessidade de se colocar na pesquisa e estabelecer uma conexão com a fonte. Montysuma (2006) discute sobre a possibilidade e o problema que se estabelece entre os dois sujeitos da entrevista. Ele alerta para os olhares lançados sobre o pesquisador e a uma tentativa de identificar algo no entrevistado poderá estabelecer um tipo de relação que levará a um bom trabalho ou a um distanciamento entre eles, o que definirá os rumos da entrevista.

A partir desta ideia de memória não fixada, não inscrita na história, de certo modo marginal, no sentido de estar à margem da memória historicizada (para não chamar de memória oficial, termo que não acho adequado neste caso), é que pretendo discutir a articulação dos

seringueiros nas décadas de 1970 e 1980, tendo como *locus* o Empate de 1979.

Apoiado na História Oral, utilizaremos principalmente os relatos de seringueiros e seringueiras. Através destas falas pretendemos perceber a construção de um discurso de resistência, utilizado durante os conflitos, e sua circulação através do periódico *O Varadouro* - editado em Rio Branco, no Acre. Tendo o periódico como suporte, encetamos uma discussão sobre o intertexto contido nas imagens, amiúde nas capas do periódico, estas capas contavam com uma linguagem visual rebuscada.

Tendo também como fonte de imagens, que se relacionam com o periódico, o acervo fotográfico do Jornalista Elson Martins (editor e fundador deste jornal). Sua trajetória na cobertura dos conflitos seringueiros, em outros jornais locais e para o Estado de S. Paulo, conferem a ele um papel *sui generis*. Jornalista engajado, foi testemunha e participante dos tempos de chumbo que marcaram a sociedade acreana.

Boa parte das entrevistas, utilizadas por mim, fazem parte do acervo da Biblioteca da Floresta, integrantes do projeto “Memória da Floresta”. São 90 vídeos, com pessoas que tiveram ligação com o movimento seringueiro: além dos extrativistas e sindicalistas, alguns intelectuais, pessoas ligadas a igreja católica e militantes políticos também foram ouvidos. Eu me detive nas falas de seringueiros e seringueiras por achar que esta seria uma maneira de fugir ao que Michel Pollak chama de enquadramento da memória, e nas falas subterrâneas procurar novos caminhos para discutir a identidade *seringueira*.

A circulação das ideias do movimento seringueiro, principalmente através do *Varadouro*, desloca as discussões para as áreas urbanas ou mais urbanizadas. A cidade tomava conhecimento (pelo menos parcialmente) dos problemas no campo, pois o *Varadouro* era um jornal alternativo em plena ditadura, que remava contra a maré da imprensa tradicional, ou seja, fugia às pautas oficiais. Assim a forte mobilização dos seringueiros se difundia.

Uma foto que estampava a capa da edição 15, junho de 1979, tomando quase toda a área, é emblemática, para mim duplamente, pois é justamente a imagem que me refiro no início deste trabalho. Depois de três décadas, após voltar ao local onde iniciou a marcha, o autor da foto,

o jornalista Elson Martins (ver figura no Anexo em que ele mostra a fotografia emoldurada), escreveu um artigo onde relatou o encontro com alguns participantes. Estes afirmaram, que muitos deles ainda se encontram em suas antigas moradas, e ainda, que muitos fazendeiros foram embora, não conseguindo fazer frente ao movimento de seringueiros e posseiros. Apontando, para Elson, que a ação, nestes termos, foi vitoriosa.

Circulando entre os anos de 1977 e 1981, o periódico *Varadouro* é citado pelo jornalista Bernardo Kucinski⁴ como uma das poucas experiências amazônicas de “imprensa livre” durante o regime militar, e que se tornou porta-voz do movimento seringueiro. Por sua condição, de ser um jornal que incomodava, teve uma tiragem irregular, apesar de ter sido planejado como mensal contou com apenas 24 números. Sua coleção completa se encontra hoje na Biblioteca da Floresta, em Rio Branco.

Um caminho diferente da tradição historiográfica, a pesquisa em arquivos, foi se construindo aos poucos nesta pesquisa, com a inclusão de novas fontes como o periódico e o acervo fotográfico, e que se mostrou uma possibilidade um tanto lógica pelo farto material, muito mais que uma alternativa. Não faço algo novo, Tânia de Luca (2008), por exemplo, fala da importância do veículo (o periódico) para este fim e de sua opção por esta fonte: “Priorizaremos o periódico como fonte. Analisando-os como documentos, não nos despreocuparemos com o debate teórico da História, pois assim garantimos o sentido da objetividade na pesquisa histórica” (p. 12).

Para discorrer sobre a utilização da imagem, como recurso historiográfico, os trabalhos de Ana Maria Mauad (2002, 2008) foram importantes referenciais metodológicos, a autora dá uma dimensão ao registro fotográfico de documento/monumento (utilizando o termo de Le Goff), reivindicando um status à imagem de objeto de análise historiográfica, o que para mim é fundamental, pois acredito que as imagens, divulgadas no periódico *Varadouro*, são ainda hoje, visualmente muito fortes, sendo marcantes para a divulgação das ações e discursos dos seringueiros e, portanto, para a trajetória do movimento.

Por fim, esta dissertação busca dar conta de algumas inquietações acadêmicas que me acompanham desde minha graduação em ciências sociais, cursada na Universidade Federal do Acre, e também por ser uma

4 Kucinski é autor de *Jornalistas e Revolucionários*. São Paulo: Edusp, 1991.

memória reescrita de meu pai, jornalista e fundador do periódico *Varadouro* (Elson Martins), sendo assim, também me sinto parte desta reconstrução. Meu pai nasceu num seringal, Nova Olinda, que meu avô Chico Martins comprara por um valor muito baixo, pois ele não era um seringalista rico, veio como muitos outros do Ceará para cortar seringa e foi aposentado como soldado da borracha. Um exemplo das diversas histórias vividas no seringal, ele se tornou um seringalista que estava muito mais interessado na sua imensa plantação de bananas do que no látex, bem diferente do que se lê ou se ouve falar sobre os seringalistas.

As histórias do seringal embalaram meus sonhos, minha infância foi recheada de imagens de caçadas – e rituais de caçada como deixar um cigarro aceso para o caboclinho da mata ou como se livrar do encantamento de uma cobra vestindo a roupa ao contrário -; do velho Biu, que ouvia o batelão que chegaria só depois de dois dias; e da numerosa família que aumentava com os agregados e vizinhos que sempre estavam em visita ao seringal de meu avô.

Este seringal, colorido, se chocou com a vida do seringueiro da qual eu tomaria conhecimento quando mais velho, apesar de saber que não era exatamente uma situação que colocava de um lado meu avô seringalista e do outro seus empregados seringueiros, pois o seringal de meu avô era “de um outro tempo”. Muitos anos separavam a infância de meu pai no seringal e a realidade dos seringais a partir da década de 1970, a questão que estava em jogo neste outro momento era a posse das colocações⁵, os seringais se tornaram um espaço onde cresciam os conflitos, as expulsões, as pressões do poder político e econômico, mas também neste espaço germinava a organização dos seringueiros e seringueiras.

Meu contato com os seringueiros e assentados em Reservas Extrativistas (Resex) ou em Projetos de Assentamento Extrativista (PAE) aumentaria quando eu iniciei um trabalho, em 2006, no Centro dos Trabalhadores da Floresta (CTA-Acre), uma organização não-governamental que desenvolvia uma série de projetos de educação e geração de renda para estas comunidades. Meu envolvimento com os movimentos sociais, a partir do CTA, tornou-se mais intenso, dando às minhas escolhas acadêmicas um processo de continuidade.

Ao pensar nos conflitos, eu tinha que pensar nas novas

5 A colocação era a unidade produtiva do seringal onde estava uma família de seringueiros e uma certa quantidade de seringueiras para a coleta, ela se relacionava comercialmente com a sede do seringal.

configurações do seringal e dos seringueiros, por isto esta pesquisa tem o intento de analisar as identidades seringueiras (identidades sob rasura como diz Stuart Hall), que só podem ser entendidas quando construídas sobre outras, constituídas como estratégia num momento tenso das décadas de 1970 e 1980, e depois, se reconstruindo em novos contextos.

Este trabalho se estende até quando as Reservas Extrativistas se tornam uma realidade, como modelos de uso da terra dos seringais, onde novas questões surgem, os conflitos se deslocam para outras esferas, as tensões se voltam, também, para dentro das comunidades, como o caso da pecuarização crescente na Reserva Chico Mendes, algo considerado inimaginável nos discursos circulantes entre os seringueiros nos anos pesquisados - também inimaginável nos discursos dos líderes como Chico Mendes e Wilson Pinheiro.

Procuro enfim, nas falas, nos relatos recolhidos para a pesquisa, os rastros que podem refazer as construções de uma sociedade fundada nos Varadouros⁶ da floresta.

6 Atalho para ir de uma estrada de seringa a outra, muito utilizado pelos seringueiros para encurtar o caminho.

CAPÍTULO I – O Empate: visibilidade do movimento

1.1 - Seringueiros

*Companheiro porque está alegre?
O que aconteceu?
Queriam tomar nossa posse
Mas a força divina venceu*

*Companheiros fiquem tranquilos
Na posse o direito é seu
A terra toda é nossa
Ela foi Deus quem nos deu*

(Vamos agradecer)

*Senhor muito obrigado
Por aquilo que fizesse por nós
Desse a nós essa terra
E o dom de levar esta voz*

*(Hino cantado na abertura das reuniões dos seringueiros,
rememorado por Imiliano Rodrigues da Silva)*

Para iniciar este trabalho é importante entender o contexto em que se encontravam os seringais, quando a expansão agropecuária se estende à região amazônica (meados da década de 1960), encontrando uma situação particular nos seringais. Diferente do que se pensava, havia ali muita gente ocupando as terras, porém, com uma lógica de ocupação que não significava benfeitorias, como cercas, plantações e gado. Os homens e mulheres viam a floresta como suas casas, como espaço de interação cultural e não pensavam em sair dali, então, confrontos relativos a diferentes visões de mundo e usos dos recursos florestais tomam forma, e com isso, começa também a organização dessas comunidades.

Destaca-se neste período a postura adotada pelas autoridades de segurança, que geralmente faziam vista grossa às ocorrências, ou então,

demonstravam abertamente que eram contrárias ao movimento de resistência dos seringueiros, perseguindo, prendendo e processando, fingindo desconhecer os alçozes dos seringueiros e não aplicando a legislação pertinente. O Brasil vivia sob um regime de exceção, que se espalhava em todo o território, e apesar deste movimento surgir como uma reivindicação pela terra, rapidamente se tornava mais amplo, sensibilizando vastos setores da sociedade, principalmente com a aproximação de estudantes universitários e de intelectuais de esquerda, assim, visto como potencialmente perigoso pelo poder público

As terras baratas dos antigos seringais se tornaram extremamente atraentes aos olhos dos fazendeiros radicados nas regiões Sul e Sudeste do País, por este motivo, cada vez mais fazendeiros chegavam à Amazônia. Na verdade, os grandes fazendeiros sequer compareciam ao Acre, pois compravam extensas áreas de terras através de seus agentes, sem saber o que havia nelas, se tais terras continham pessoas, árvores ou bichos, pouco importava, porque lhes interessava a possibilidade de formar pastagens para criar gado e nada mais. O jeito para os seringueiros era se organizar, se o Estado não se interessava por esta problemática (as políticas do estado desconsideravam os seringueiros e indígenas) a sua união era a solução. O enfrentamento tornou-se inevitável.

Mesmo o seringueiro tendo seu espaço de certa maneira determinado pelas estradas de seringa (um conjunto de seringueiras de responsabilidade de cada trabalhador) e distante de seu vizinho por até dias de caminhada, ele nunca estava em completo isolamento - apesar de muitos autores não concordarem com esta assertiva -, porque além da rede comercial, em que faziam parte, as famílias tendiam a se tornar numerosas, fruto de relações de parentesco que se ampliam com casamentos, por compadrio e por agregados.

De acordo com alguns autores (WEINSTEIN, 1993; WOLFF, 1999; PANTOJA, 2004; MARCHESI, 2005) as famílias se mantiveram nos seringais, resistindo aos momentos de baixos preços do látex extraído da hévea⁷ pois conseguiam ter outras atividades. Diversificando seus roçados e coletando o que a floresta lhes dava, colhendo a castanha, explorando a madeira e de certo modo continuando a extração da borracha, ainda que em escala pouco significativa.

7 Popularmente conhecida como Seringueira.

Muitos igarapés⁸ e rios, das Bacias dos Rios Acre e Juruá, mantiveram casas de extrativistas quando muitos migrantes voltavam para sua região, nos momentos em que diminuía a procura pela borracha, assim um número considerável de pessoas ficava na região, construindo um espaço vital para eles e para sua cultura. E, quando muitos donos de seringais (seringalistas) abandonaram a produção nos seringais, depois de 1945, por causa do baixo preço da borracha, os seringueiros desenvolveram uma “territorialidade seringueira” (GONÇALVES, 2003), ou seja, ficando em suas colocações e passando a ter uma relação de propriedade com a terra.

No momento em que o governo inicia uma forte campanha de ocupação da Amazônia os seringalistas começam a vender suas terras a preços baixos para fazendeiros do sul e sudeste, quando ocorre a chegada dos novos *donos da terra* esta não foi pacífica. Não tendo interesse no extrativismo, pois a terra estava destinada à pecuária, os “paulistas” - como eram chamados os fazendeiros mesmo que fossem paranaenses, cariocas ou de outros lugares - trataram de iniciar a expulsão dos seringueiros e posseiros, a reação a isto culminou num forte movimento com implicações políticas e sociais (ver texto de Raimundo Barros em Anexo).

Os planejamentos governamentais para a Amazônia, apenas atendiam demandas externas e à uma elite fundada na violência (ALLEGRETTI, 2002; GONÇALVES, 2003), assim, esbarraram na reação de um grupo social que entronizava em sua luta pela posse da terra a permanência da floresta em pé como fonte de sustento, a defesa de seu modo de vida, a defesa de uma cultura seringueira e da própria identidade acreana. Havia então duas visões distintas sobre a floresta, uma que significava atraso ao desenvolvimento e às questões mais urbanas, e outra, que via no extrativismo e nos recursos florestais uma alternativa econômica para o estado.

Estas visões conflituosas ainda se mantêm no Acre, porém os desdobramentos dos movimentos sociais moldaram uma sociedade que tem um forte discurso ambiental acoplado à ideia de um desenvolvimento sustentável para o estado, ideia que permeia as instituições governamentais e empresariais, se configurando numa representação que é vista como uma identidade local por boa parte da população.

8 Braços estreitos de rios, geralmente ocorrem no interior da mata.

Assim, acredito que o seringueiro fez parte de um processo transformador, ele fez frente a forças econômicas e ao Estado porque ao longo de muitas décadas criou uma relação com a floresta muito diferente de tradicionais posseiros ou pequenos agricultores. A floresta oferecia a eles boa parte do que era o suficiente para a sua manutenção, porque aprenderam a explorar a floresta como coletores, extrativistas. E quando perceberam que seriam expulsos, isto não significou apenas a perda de suas terras, mas de seu modo de vida, de sua cultura, o que não era possível vivenciar numa cidade, num centro urbano.

A violência crescia nos seringais, não somente como uma consequência dos processos de expulsão mas também como reação e mobilização dos seringueiros, criando um estado de tensão que não poderia ficar despercebido pela sociedade local. Mas os meios de comunicação só começariam a noticiar os acontecimentos porque o movimento avançou para cidade, denunciado, prestando queixa nas delegacias e pressionando o governo a se posicionar.

O jornalista Elson Martins narra um episódio que demonstraria o sentido que os seringueiros dariam ao movimento e à permanência nas colocações: a morte de um capataz por um posseiro, no seringal Catuaba. Elson considera este um marco histórico da resistência, porém, ressaltando que ainda não era uma resistência organizada, quando irrompe uma defesa na forma do Empate (vou discutir melhor a questão da violência mais a frente). Porém, o ato demonstra que haveria afinal uma resistência:

Raul, Raul Veras, né, um seringueirinho baixinho, que não quis sair deste seringal. Ele disse que não, que não ia sair, que a colocação era dele, que estava há muitos anos ali. Todos tinham... as famílias que viviam no seringal tinham 30 a 40 anos, na colocação.

Aí era um capataz gaúcho que foi encarregado de limpar o seringal, mandou avisar e marcou prazo para ele sair. E no prazo vencido ele foi lá, o cara chamava-se Valdivino, esse capataz. E o Raul Veras ficou esperando eles com arma na mão, escondeu-se atrás de uma castanheira e quando o cara apareceu, ele disparou, matou esse capataz e o auxiliar dele foi chumbado também né, mas escapou. (Elson Martins, 2012)

Esta descrição do ocorrido demonstra uma situação que se repetiria outras vezes, pelo menos nas memórias das pessoas que apoiavam o movimento seringueiro, assim a ação se justificava pela pressão imposta pelos jagunços e pela polícia, o que se percebe é que há uma reafirmação da condição de defesa, na maioria das vezes ouvimos falar na “reação”. Não se coloca em questão a tocaia feita pelo seringueiro, que não deu chance de defesa a Valdivino, o importante nos relatos é a confirmação das posições assimétricas, como podemos confirmar na descrição de Veras e de Valdivino: “ um seringueirinho baixinho”, já o capataz, *gaúcho*, tinha marcado prazo e avisado (ameaçado) o seringueiro, o tom imperativo dado ao representante do fazendeiro era o sinal de uma ação violenta de sua parte. A tese da defesa é reiterada.

Segundo Elson, esse foi o primeiro conflito a que foi dado destaque na imprensa, inclusive em publicações de fora da região, o jornal *Opinião*, de 1974, publicou uma carta do Bispo Dom Moacyr Grechi (Prelazia do Acre e Purus) sobre os conflitos e expulsões no seringal, a carta dá um panorama da situação acreana neste período, e cita a morte do capataz:

Sobre o Agravamento do Problema: A coisa piorou nos últimos meses porque os empresários passaram a apressar a posse definitiva das terras compradas. Só no município de Rio Branco há cerca de mil famílias sem terra. Atendo pessoalmente 50 seringueiros por dia que vêm me relatar suas dificuldades. No seringal Belo Jardim, em vias de ser vendido a “paulistas” - que podem ser mineiros, paraenses, gaúchos e até estrangeiros - 70 famílias foram intimadas a abandonar suas casas. No seringal Humaitá, na estrada de Porto Acre, 29 famílias estão ameaçadas de perderem suas terras porque o proprietário que transformar o seringal em zona pecuária. No seringal Bagaço, o novo proprietário proibiu que as 170 famílias continuassem extraindo látex das seringueiras, método “pacífico” de impedir que sobrevivam. **No seringal Catuaba, o capataz José Alves Neto foi assassinado pelo posseiro Raul Veras que se recusou a abandonar a terra que ocupava**?. (GRECHI, 1974, p. 2)

Apesar da divergência no nome do capataz, Pedro Vicente Costa Sobrinho cita em sua publicação (SOBRINHO, 2011. p. 74) o mesmo nome que o Elson Martins, ainda assim o seringal foi mesmo o Catuaba. Mesmo que a informação do Bispo tenha alguma incorreção, é muito interessante perceber que no seu texto de 1974 já se encontram os elementos que se tornariam chaves para afirmar a posição dos seringueiros e posseiros: primeiro a identificação do outro como um sujeito singular, o “paulista”, o inimigo; depois, a justificativa para os atos de defesa, mesmo os violentos, a recusa em abandonar a posse.

Novamente vemos a reafirmação da *reação*, em tom incisivo, Dom Moacyr demonstra que as famílias eram pressionadas, viviam em dificuldades e eram ameaçadas pelos fazendeiros, que queriam transformar o seringal em pasto. Mesmo que identifique a ação de Veras como um assassinato, algo reprovável socialmente e também para a doutrina cristã (obviamente prezada pelo Bispo), ela não é recriminada. Depois da série de relatos sobre o que os seringueiros enfrentavam, Dom Moacyr termina com o acontecido no Catuaba, como se fosse um resultado de um processo violento que os moradores das áreas em disputa enfrentavam, culminando na ação violenta pela defesa da posse. Estas são palavras minhas, mas não é uma interpretação absurda da carta do representante da Igreja Católica. O discurso se espalhava dos setores mais radicais aos mais moderados, inclusive aos setores religiosos.

O militante político Abrahim Farhat me confidenciou que alguns apoiadores (do movimento seringueiro) ajudaram Raul Veras a fugir do Acre para um lugar incerto, reiterando assim que eles achavam que o ato foi uma reação justificada.

Representações do Seringueiro

Identificar o seringueiro, assim no singular, representando milhares de homens e mulheres que andaram (e ainda andam) pelos caminhos dos seringais, que se embrenharam pelas matas sangrando as seringueiras e transformando a paisagem tanto quanto se transformavam em moradores da floresta, se torna tarefa árdua se não entendermos que esta definição deve ser datada. Pois, situarmos a categoria no tempo nos dá a compreensão de que não há um “seringueiro” - desde o início dos seringais (em fins do séc. XIX) ao momento em que a categoria se configura num movimento social (início da década de 1970) -, mas

diferentes representações deste trabalhador da floresta.

Longe de tentar reduzir ao termo, “o seringueiro”, pessoas afinal (com sonhos, desejos, enfim, com suas subjetividades), utilizo a ideia de representação, que não é um teatro como forma de torcer a realidade, como um meio em que o indivíduo se coloca na realidade e a compreende, assim procuro entender as estruturas que se formam em torno deste conceito e, a partir dele, as continuidades e as fraturas. Enfim, um jogo em que organizamos e reorganizamos as cartas na tentativa de extrair um sentido delas.

Assim, como mostra Sandra Pesavento, “as representações não só os colocam no lugar deste mundo, como fazem com que homens percebam a realidade e pautem sua existência” (PESAVENTO, 2004. p. 39). Portanto, faz todo sentido que para entendermos as relações dos seringueiros com seus pares e com o exterior, nossas pesquisas sejam feitas a partir da construção das representações.

Ao interpretar os textos escritos no início do século XX procurei extrair mais que o sentido que os autores queriam dar à sua narrativa e ao seu objeto, mas o que escapa ao seu controle, os arranjos e uso de termos, que ajudam a pensar como foram construídas, e para quê, estas representações do seringueiro e do seringal. Assim, como propõe Chartier (1990), este trabalho consiste em estabelecer um sentido entre o relato e o objeto deste relato, fazer uma relação entre o discurso proferido e posição de quem os utiliza.

Vejamos o que escreve Euclides da Cunha (em 1906) a respeito da gente e do meio em suas viagens ao Purus:

Um seringal médio de 300 estradas corresponde a cerca de vinte léguas quadradas; e toda essa província anônima comportará, no máximo, o esforço de 150 trabalhadores.

Ora, esta circunstância, este afrouxamento das atividades distendidas numa faina dispersiva, a para de outras anomalias, que mais para adiante revelaremos, constitui sobremaneira para o estacionamento da sociedade que ali se agita no afogado das espessuras, esterilmente – **sem destino, sem tradições e sem esperanças**¹⁰ – num avançar ilusória em que volve monotonamente ao ponto de partida, como as “estradas” tristonhas dos seringais...

10 Grifo meu.

(CUNHA, 1998. p. 231)

Ele se refere aos primeiros nordestinos que se deslocam para a Amazônia, principalmente depois da grande seca de 1877 (RANZI, 2008), que fugindo da “pouca sorte” procuravam um sonho dourado nas florestas acreanas. Tamanha era esta “infelicidade”, daqueles pobres coitados, que somente poderiam os leitores se apiedar deste “seringueiro”.

Glimesdes Rego Barros resume, em 1910, o funesto destino destes homens: “Não fora porém a salubridade natural, que caracterizava quase toda a região acreana, aquele território seria efetivamente antecâmara da morte, porque elementos vários se conjugavam na conspiração funesta de desmoralizadora sobrevivência no Acre, onde o homem era um intruso, um neófito” (BARROS, 1993, p. 32)

Euclides da Cunha já tinha escrito *Os Sertões* quando fez o relato do ambiente amazônico, o caráter de denunciamento está presente em ambos autores, mesmo que estivesse numa missão técnica agora, a verve jornalística de Euclides da Cunha ainda se fazia ver. A aproximação do texto de Glimesdes Rego Barros com Euclides é patente, o mesmo tom desalentador norteia o relato do militar, filho do Capitão Rêgo Barros (segundo prefeito de Cruzeiro do Sul, no Juruá), que utiliza várias referências a Euclides em sua obra.

Estas visões “de fora” a respeito da floresta é, segundo João de Jesus Paes Loureiro (1995), um conflito de signos, uma forte subordinação aos padrões da cultura europeia que construiu um imaginário sobre a Amazônia em que não havia lugar para os homens, excetuando os indígenas e sua cultura “primitiva” que os punham a par de igualdade com a natureza, citando como exemplo o filme de W. Herzog: *Fitzcarraldo*¹¹.

Existe um período de “esquecimento”, em grande parte da historiografia regional, no que se refere ao interstício entre o que costumam chamar de “ciclos da borracha”, uma ideia de boom e crise (a qual não utilizo) que se seguiram em dois momentos distintos, segundo os autores que utilizam a ideia de ciclo. Primeiro, no início do século XX, e depois, na II Grande Guerra. Mas é fato, que houve dois momentos de grande movimentação de pessoas para a região (e que é

11 Filme de 1982. O personagem de Klaus Kinski empreende uma jornada contra a natureza tentando levar seu vapor aos altos rios da Amazônia, transpondo inclusive cachoeiras.

bastante discutido), porém, há uma lacuna da vida e sociabilidades que se desenvolveram entre os muitos que ficaram na Amazônia quando houve um enorme decréscimo do preço da borracha na década de 1910.

A vida na floresta a partir deste período se torna mais dinâmica, envolvendo casamentos, compadrios e agregados, as famílias se tornam mais numerosas e sociabilizadas (WOLFF, 1999). O grupo doméstico cada vez passa a se tornar mais central na lógica do seringal, assim este espaço não poderia ser mais caracterizado como antes, sua capacidade de criar estratégias de vida na floresta se mostrava mais importante com o passar do tempo. Porém, eles ainda estavam atrelados à figura dos *patrões*, dos seringalistas a quem mantinham uma certa dependência, principalmente referente a questões comerciais.

Meio século depois havia toda uma tessitura de sociabilidades neste espaço, podemos dizer que já havia uma “sociedade da floresta”. E a questão premente que os seringueiros enfrentavam, era justamente, que seu modo de vida poderia ser destruído, fossem eles para as cidades ou para os assentamentos, pois nestes casos não poderiam reproduzir a vida que tinham nos seringais, tampouco a produção da borracha ou outras fontes extrativistas. Isto se fazia muito diferente de outros momentos, em que os seringueiros deixavam as colocações por saudades da terra natal ou para dar uma melhor criação (educação formal) para seus filhos, pois quem ficou na floresta e descendeu deles, construiu uma relação com este espaço que seria difícil reproduzir em outro lugar (GONÇALVES, 2003).

E ao contrário de outro momento em que a construção de uma identidade seringueira se dá muito mais por um discurso externo, muitas vezes esboçados na literatura, agora são os próprios seringueiros que construiriam uma representação política-social-cultural. Eu realço estes aspectos, mesmo sabendo que eles não estão dissociados quando pensamos na sociedade, porque acredito que seja um tripé que organiza a atuação do movimento seringueiro: a organização dos sindicatos de trabalhadores rurais, com desdobramentos políticos, como o apoio a criação no estado do Partido dos Trabalhadores e a candidatura de pessoas ligadas ao movimento; a proposta das Reservas Extrativistas, um modelo fundiário que atendia aos aspectos econômicos e sociais dos extrativistas; e o espaço de comunicação conseguido nos periódicos, a aproximação de intelectuais e militantes de esquerda, uma a exaltação do modo de viver seringueiro (GONÇALVES, 2001; 2003).

Quando emerge um discurso que endossa a identidade seringueira como legítima, no que concerne a floresta, os seringueiros vão ressaltar a vivência e estratégias que os levaram a se constituir em uma sociedade na floresta e a exploração a que foram submetidos desde os primórdios dos seringais, ou seja, desde a empresa seringalista às fazendas. Eles estariam sempre numa condição de opressão, que justificava se opor, mesmo que utilizando a violência, para proteger sua família e o seu modo de vida.

Havia sem dúvida uma disputa pela verdade, pela legitimidade, e esta figuração do discurso vem ao encontro da necessidade da sociedade em estabelecer um sentido positivo para seu caminhar. Como diz Foucault, “vivemos numa sociedade que em grande parte marcha “ao compasso da verdade” - ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm por este motivo poderes específicos” (FOUCAULT, 1979. p. 231).

A construção de um discurso era importante, pois os fazendeiros sabiam se fazer temer pelo uso da força, pelos jagunços armados, e pela proximidade com o poder público, assim os seringueiros deveriam se reconhecer e constituir uma certa unidade que desse sentido a sua luta. Ao utilizar um conceito de análise do discurso, a partir do que Foucault aponta como possibilidade de análise, ou seja, uma postura crítica ao colocar em evidência os significantes, pretendo reconhecer os caminhos da construção, as estratégias de algo que não é dado. O seringueiro, deveras, nunca foi um ambientalista, mas num dado momento não é possível dizer o contrário. Este é um processo histórico, construído através do discurso, e deve ser fruto de análise para entendermos por que, hoje, a memória seringueira é reivindicada pelo movimento ambientalista.

Para Foucault, o discurso é, também, uma organização onde se estrutura o imaginário, assim, podemos pensar num jogo em que as categorias seringueiro e fazendeiros, em campos opostos, tentam impor seu discurso à sociedade como verdade, portanto, esta tensão, a luta pela verdade, significa uma luta por poderes. Neste sentido, minha hipótese é que no campo metafísico o discurso seringueiro se tornou duradouro, sua extensão e duração demonstram a eficácia do mesmo.

1.2 – Empatar: o discurso na prática

Algumas explicações sobre o termo “empatar” tentam fazer uma analogia com o resultado de placar praticados no mundo futebolístico, mas o termo é na verdade muito comum na linguagem local e se refere a impedir algo, interpor, não deixar acontecer, portanto, o que os seringueiros queriam era parar o avanço dos fazendeiros, a expansão dos campos de pastagem que caminhava ao encontro deles, destruindo a floresta e os seringais.

Isto queria dizer a substituição da vida no seringal pelo boi, pelas fazendas que não necessitariam de seu trabalho, mesmo porque, retirar a floresta era como decretar o fim de suas atividades extrativistas e forçá-los a migrar para as periferias das cidades acreanas, na maioria das vezes para a capital Rio Branco. Empatar tudo isto, era o que queria o movimento seringueiro.

O primeiro Empate conhecido, se deu no seringal Carmen, próximo ao município de Brasileia, em 10 de março de 1976 (GONÇALVES, 2003), quando uns 100 peões desmatavam uma grande área e três seringueiros que moravam no local começaram a reunir força, e já que as vias judiciais não pareciam funcionar, mobilizaram 60 posseiros, homens e mulheres, e se entrincheiraram durante três dias entre a floresta e os homens contratados para derrubar a área. Com isso, conseguiram parar a derrubada, conseguiram empatar. Houve muita repercussão deste fato, pois, sendo próximo à faixa fronteira com a Bolívia, além das polícias civil e militar, a polícia federal e o exército, tentaram intervir. Foi grande a movimentação e o barulho causado pelos seringueiros e, a partir de então, o Empate se tornou uma estratégia do movimento.

O seringal Carmen tinha inúmeras famílias da região que tinham comprado suas colocações há alguns anos (entre nove e três anos), inclusive, os mais recentes sem saber dos conflitos já existentes com um fazendeiro chamado Francisco de Souza Medeiros, o Coronel Chicão, que tinha comprado o seringal de Valdemar Teles Brilhante. As colocações eram vendidas pelos seringueiros entre si, calculando o valor de acordo com as benfeitorias, e geralmente, com o aval do patrão, numa relação de posse sobre a terra.

O seringueiro compra a posse nessa condição por saber que

mesmo mudando o padrão era garantido que a relação comercial continuaria, o freguês continuaria vendendo borracha para o barracão. Mas a transformação em fazendas impossibilitava este acordo, os novos donos da terra não tinham interesse nos produtos da floresta, na verdade, não tinham interesse na floresta em si, ao contrário, eles precisavam derrubá-la para colocar seus rebanhos. Tendo comprado a área, os fazendeiros algumas vezes ofereciam uma indenização irrisória, outras partiam para a expulsão dos seringueiros, intimidando e ameaçando.

No seringal Carmen, uma manobra do fazendeiro Chicão em 1975 complicou a vida dos seringueiros. Sem ler o documento que assinaram os posseiros tinham que se mudar para uma pequena área do seringal, reservada pelo fazendeiro, sem saber que era inadequada para qualquer tipo de produção agrícola, pois era área alagada, de igapó¹², e com um tamanho que não possibilitava a extração de seringa, já que as seringueiras nativas são dispersas na floresta e a quantidade suficiente para manter a atividade exige uma área grande.

As colocações e as estradas de somente uma família de seringueiros podem ter mais de 1000 hectares, isto deveria ser difícil para os fazendeiros entenderem, apesar das recentes pastagens ocuparem áreas imensas, eles pensavam no seringueiro como um pequeno produtor. Talvez pensassem no tamanho dos lotes do Incra, pois a pequena propriedade, constituída por até quatro módulos fiscais, no Rio Grande Sul¹³ por exemplo, tem cada módulo em média (cada município tem o seu módulo padrão) 20 hectares, podendo chegar a 40 hectares, mesmo com a produção diversificada nesta região, ou seja, as pequenas propriedades não eram tão grandes quanto as colocações. Num estudo sobre inventário florestal em colocações podemos perceber a complexidade de se avaliar um seringal:

Ao contrário de um inventário madeireiro em que as estimativas são reportadas por unidade de área, as estimativas em um seringal devem ser reportadas ou por unidade de produção (no caso a colocação de seringa), ou por estrada de seringa - um conjunto de árvores, naturalmente distribuídas na floresta, ao qual o seringueiro atribui um traçado flexível, no intuito de organizar sua jornada diária de trabalho, com vistas à extração do látex dessas árvores, em

12 Área de floresta em terreno baixo e perto de rios, e que estão geralmente encharcadas.

13 Fonte: PORTARIA N. 37, DE 26 DE AGOSTO DE 1997, INCRA.

intervalos de tempos regulares.

Mas a realização de um censo das colocações de seringa de um seringal é tarefa praticamente impossível, quando se pretende obter respostas, sobretudo para as variáveis associadas à produção como: número de colocações, número de estradas de seringa por colocação, número médio de árvores por estrada, número de dias trabalhados na safra. (NETTO, 2002. p. 107)

Ao saber do acontecido (o documento garantia além da troca, a renúncia da posse por parte dos seringueiros de suas áreas anteriores) o advogado da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que assessorava os trabalhadores da região, e ajudou a constituir os STRs no Acre, orientou os posseiros a se manter nas colocações, assegurados pelo Estatuto da Terra, eles poderiam reverter a situação, se estivessem organizados, pois tinham o direito a posse. Assim, eles continuaram nas colocações, mas a derrubada avançava e a violência também.

Como exemplo da situação em que viviam os seringueiros, temos o relato de Anália, com 80 anos na data da entrevista. Ela foi parteira no seringal e quando morava com seu marido no seringal enfrentou a pressão para que abandonassem sua colocação (os jagunços derrubavam o roçado que seu marido plantava e faziam visitas enquanto ele estava na lida) e apesar de sua valentia teve que mudar. Anália fala que mesmo depois do Empate o acordo que os seringueiros conseguiram não foi dos melhores:

Quando foi oito dias, viemos pra cá (Brasileia), aí vieram resolver aqui, em Brasileia. Aqui, o Elias Dozeno, que era do Sindicato, levaram pro quartel, na vila. E lá foi resolvido: libera lá, uma terra pra cada um, pros que foram né? Aí tocou um pedacinho de terra pra cada um, o nosso era 70 hectares (...) eles ficaram com a colocação e deram essa terra pra nós, 70 hectares, é que nem trabalho de colônia. Mas era assim, uma colocação mesmo. Umas tinham 60, 70, conforme a família, né? Tinha uma família lá que ganhou 100 por causa de filho, tinha mais filhos que nós, e tudo já de família, né? Os nossos, nesse tempo, era tudo solteiro, só tinha um de casado, aí nós ganhamos só 70. (Anália, 2010)

O relato de Anália se refere aos acertos que eram feitos com os fazendeiros, não raramente havia um descontentamento quando eles chegavam nos seus lotes, muitas vezes em lugares alagados e de dimensões muito pequenas para as atividades costumeiras, como disse Dom Moacyr, uma maneira “pacífica” de impedir que sobrevivam. A lógica do espaço de loteamento não fazia o menor sentido para os seringueiros que dependiam das distâncias impostas pela floresta, onde as árvores crescem sem a ordenação e proximidade que exige o cultivo tradicional, esta é a realidade do extrativismo e o motivo do estranhamento de Anália.

Essas mudanças no modo de vida são constante nos relatos daqueles que tiveram que deixar suas colocações, havia um desarranjo muito grande em suas vidas, muitos não se adaptavam e procuravam outra situação, como Francisco Pacheco da Silva, também com 80 anos quando entrevistado, que nasceu no município de Sena Madureira, mas morou com a família no seringal Carmen. Ele fala do acordo com o fazendeiro e a mudança em sua vida, acabando por vir morar na cidade:

Em 1967 eu resolvi vir embora porque era 7 filhos. Pra não se criar analfabeto que nem eu, porque eu não tive oportunidade de aprender, porque eu fui criado sem mãe. Lá no seringal Carmem eu passei 10 anos, quando chegaram os fazendeiros pra vir tomar o que era meu. Aí eu resolvi me reunir com o povo, e nós empatamos essa derrubada. Eu não tava tomando o que era dos outros, eu tava procurando o meu direito pra viver com a minha família. Foi uma briga danada, uma coisa medonha, fomos resolver na 4ª Companhia (da Polícia Militar). Aí chegou o Dr. João Maia¹⁴, que era delegado da CONTAG, do sindicato, acompanhou nós. Aí lá o Eusébio chegou a dizer que eu fui armado na fazenda. Aí a gente tem que se defender, né: Eu disse: Não, senhor, se eu não tenho dinheiro nem pra comprar carne, quanto mais um revólver. Aí aqui, a garota, disse: Se ele tivesse ido armado, não era ignorado que o senhor subia na nossa casa, só não ia bala na fivela do cinturão. Aí o João maia disse: O

14 Ver fotografia no Anexo

seringueiro precisa da espingardinha dele. Ai o capitão lá do exército disse “os homens não querem brigar, querem é terra pra trabalhar”.

Eu to dizendo pra senhora: Eu não era invasor, comprei o lugar (a colocação, morei 10 anos lá, não é dez dias não. Eu cheguei lá, nesse lugar, tinha uma casinha que fazia cortar o coração. A mulher, quando chegou pegou a chorar e não voltou pra trás por causa dos meninos: a casa era do tamanho de uma bolacha, só tinha um pedacinho assoalhado, o resto tudo era de barro. (Francisco Pacheco, 2010)

As falas mostram a situação que os seringueiros enfrentaram, eles não queriam mudar suas vidas mas aceitavam os acordos por não conhecerem as leis a fundo, mesmo quando tinham pago pelas colocações, aceitando acordos que se mostravam frustrantes. Os acordos os colocavam na condição de colonos, em áreas que deveriam se tornar pequenas propriedades rurais, com pequenas criações e produzindo com a agricultura. Mas a produção agrícola no seringal era para subsistência, fazia parte da estratégia para continuar nos seringais quando o preço e a procura da borracha diminuía, eles não eram pequenos agricultores, a mudança em suas vidas era muito grande. Muitos, descontentes, acabaram por vender suas terras e migrar para a cidade.

Apesar da intervenção da CONTAG, Francisco não conseguiu resolver sua situação a contento, ele em seu relato rechaça o uso da violência, porque sua natureza era outra, mas demonstra que os fazendeiros sim, eram ostensivamente violentos. Assim acabou por ser colocado numa situação a qual não se conseguiu manter. Ele ressalta que não era invasor, era legitimamente o dono e tinha o direito dessa posse, mas o acesso à justiça não era fácil.

Os seringais começaram a ocupar em fins do século XIX o território que seria anexado pelo Brasil pelos Tratados de 1903 (Brasil-Bolívia) e 1909 (Brasil-Peru), considerado terra de ninguém neste período, apesar da presença de caucheiros peruanos e diversas etnias indígenas (ALMEIDA, 2004) e a partir de então títulos sem validade legal e alguns documentos emitidos pelo governo do Amazonas ou pelo Governo Provisório de Plácido de Castro¹⁵, tornaram-se os documentos de posse por parte das casas aviadoras, que passaram depois aos

15 Ver dissertação de mestrado de Marcos F. Freire Montysuma: Trilogia da Ocupação do Acre (1900-1910), defendida em 1990 na UFRJ.

particulares. Esta situação duvidosa em relação à posse legal das terras foi a razão para os seringueiros entenderem que as terras poderiam ser legalmente requeridas por eles.

A atuação da Polícia Militar, complacente e omissa, e dos fazendeiros violentos e intimidadores, contrasta com a injustiça imposta aos que tinham direitos, mas eram pobres, sem “dinheiro nem pra comprar carne, quanto mais um revólver”, ou seja, sem condições de defesa.

Apesar do Empate no Carmen não ter sido suficiente para manter os seringueiros nas colocações, obrigou o fazendeiro a mudar sua proposta e a notícia da mobilização animou o movimento. A partir de então, o Empate se tornaria uma forte arma para chamar a atenção para o problema que ocorria nos seringais e, principalmente, fortaleceu a crença que a mobilização de muitas pessoas podia fazer frente ao poder econômico e político dos fazendeiros.

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais surgiam nas regiões mais problemáticas e começavam a juntar cada vez mais seringueiros como filiados, as reuniões eram frequentes e animavam o pessoal a resistir. Nos anos que se seguiram, os Empates se tornavam mais eficientes porque os seringueiros, além de mais numerosos e organizados, ganhavam apoio de pessoas da universidade, da igreja e também de jornalistas, o que poderia garantir maior segurança. Imiliano Rodrigues da Silva, que participou do Empate no Carmen e depois de mais dois, entre eles o do Porongaba, que ele diz ter sido também um Empate grande, contra fazendeiros poderosos. Ele conta as diferenças do que aconteceu no Carmen em 1976 e depois, quando estavam organizados:

O fazendeiro tinha aberto... chamava Jarbas, esse era brabo era valente. Aí nós pegamos o pessoal e fomos pra lá e ele já tinha feito um 10 quilômetros de ramal assim, colocado o trator lá dentro, e aí nós pegamos os tratores dos colonos e entupimos a estrada toda, deixamos o seringal lacrado. Daí saiu pra Brasília, pra justiça. Mas naquele tempo já tinha companheiro bom, já tinha Osmarino, que já tava junto, o Antônio Manoel, aí nós já tínhamos mais um fôlego, já tinha mais pessoas do nosso lado pra ajudar, reforçar a gente pensar as coisas melhor que naquele tempo (se referindo ao Carmen). Seringueiro sabe como é né, é desinformado... E nós fizemos

aquilo tudo no Carmen. Esse outro já tinha gente estruturado, Antônio Manoel, já tinha jornalista, já tinha aquela coisa e no Carmen não tinha.

A memória dos Empates demonstra que os seringueiros não reagiram prontamente às pressões para abandonarem os seringais, aceitando outras terras ou convivendo com os jagunços rodeando suas famílias, mas quando este (o Empate) começa a se mostrar exitoso passa a figurar na linha de frente do discurso seringueiro, como força de mobilização e reivindicação de direitos.

Nas falas sobre os Empates, na grande maioria das vezes, as pessoas não se referem a uma postura violenta de seus participantes, o foco sempre recai sobre a mobilização dos corpos, imaginamos mesmo que eles estivessem usando seus corpos como anteparo, mas devemos estar atentos pois isto demonstra um momento em que os seringueiros temiam a justiça, e portanto, não citavam qualquer arma que pudesse ter feito parte da ação, mesmo terçado ou outra ferramenta de uso rural.

Como mostra Alistair Thomson, no artigo em que trata de memórias de guerra (1997), uma característica para afirmação pública de identidade e reminiscência é o “reconhecimento”, assim para que as memórias sobre o Empate possam ser confirmadas elas são compostas para se adequarem a um certo roteiro.

Este “cuidado” sobre as armas acabou por ser incorporado pelo discurso. Assim a memória apoiada neste discurso continua a não tratar da violência dos seringueiros, e sim da violência do outro lado da questão. Mas como diz Portelli, em seu texto sobre o massacre de moradores na pequena cidade, italiana ocupada por tropas alemãs, seria errado considerar a memória (de Civitella) “um núcleo sólido, impenetrável ao pensamento, imune à história e à política” (PORTELLI, 2002, 129).

Esta construção sobre a memória seringueira apresenta fissuras, vários casos de confronto com armas de fogo foram registrados nos periódicos do período, nas fotos que apresento nesta pesquisa também é possível ver que pelo menos os terçados acompanhavam os seringueiros nas ações.

Apesar de ter, em todos os registros de Empates, a referência ao seringal Carmen como o primeiro, o militante de esquerda Abrahim Farhat lembra que muito antes do início dos sindicatos uma mobilização, em 1972, pode ter sido o mais próximo do que viria a ser

esta estratégia. A senhora Ivanilde, segundo Farhat, é a primeira a fazer um Empate, em Catuaba, antes de Brasileia, Xapuri ou Boca do Acre. Ele conta o ocorrido com muita propriedade, pois à época ajudava os seringueiros com dinheiro e algumas vezes também com armas e ferramentas. Farhat é de uma tradicional família de comerciantes de origem árabe, provavelmente sua família era, entre os anos de 1960 e 1970, a mais rica do estado. Tendo uma formação de esquerda, se envolveu com os movimentos urbanos e também com as questões nos seringais. Farhat comenta a necessidade de falar da reação de alguns seringueiros, antes do movimento organizado a partir dos sindicatos:

Os grandes Empates aqui... vamos colocar os pingos nos is, porque senão a história... é, a gente acha que foi o companheiro Chico, que deu uma continuidade disso, que foi o João Maia, que deu uma continuidade disso, vem pelo *Varadouro*, auxilia, mas o primeiro Empate se dá em 1972 (...) Ivanilde, ela que faz o primeiro Empate em Catuaba, antes de Boca do Acre, Brasileia, Xapuri, e interessa a realidade porque a história pode ficar esfacelada (...) Ela é uma moradora que nasceu em Catuaba, em 1972, eu também mandei todo aqueles apetrechos para eles, é, ela fez o primeiro Empate contra o maior, um dos maiores criadores de nelore do Brasil, da América Latina e do Mundo, coronel Chichico (risos). (Abraham Farhat, 2012)

Assim como fez Farhat, eu também ressalto que mesmo que seja comum ao falarmos do movimento seringueiro citar o nome do sindicalista Chico Mendes, acredito que outro sindicalista, Wilson Pinheiro (ver foto no Anexo), foi fundamental para organizar as ações do movimento. Se Chico tornou-se mais político no sindicato, Wilson era a força mobilizadora. Sua liderança sindical de Brasileia foi muito importante para o movimento seringueiro, ele esteve à frente de alguns Empates, inclusive o ocorrido em Boca do Acre em 1979, este afinal, foi para mim o mais emblemático deles, pois além da grande mobilização e repercussão, ganhando a capa e as páginas centrais do periódico *Varadouro*, foi o momento que os seringueiros realmente perceberam que tinham também poder.

Após o Empate Wilson Pinheiro deu uma entrevista no rádio em

que dizia que a partir dali os seringueiros não iam recuar, que não haveria mais expulsões e que iriam mesmo empatar. Neste mesmo ano Wilson foi alvejado enquanto assistia televisão no sindicato, a morte do sindicalista era um sinal que o movimento ganhara força e assustava os fazendeiros.

1.3 – Boca do Acre: mutirão contra a jagunçada

Minhas primeiras informações colhidas para a pesquisa sobre o Empate ocorrido em Boca do Acre, em 1979, foram encontradas no periódico *Varadouro* (edição 16), mas eu ressentia que o relato jornalístico não dava conta da complexidade do movimento, afinal, era uma matéria que cobria o dia em que o mutirão invade o acampamento (dos homens contratados para a derrubada) e coloca os jagunços para correr. Eu precisava saber mais dos motivos que levaram os trabalhadores rurais ao encontro de pistoleiros fortemente armados. Isto não é uma crítica ao jornal, mas uma constatação dos limites de uma fonte. Se por um lado a matéria deu para mim um horizonte, já que em outras publicações não conseguia encontrar mais informações do que as que tinham na reportagem, ela também reforçava a importância que o trabalho com a História Oral teria na minha pesquisa.

Em agosto de 2012, quando eu me deslocava para Boca do Acre, parei no pequeno comércio (bar e mercearia) de Manoel Edson dos Santos, mais conhecido como “Bode Preto”. O lugar é hoje pitoresco, da rodovia facilmente se avista a fachada com um bode preto pintado e, não raramente, o senhor Edson, sentado à sombra, parecendo que aguarda alguém para uma boa conversa.

Este senhor participou ativamente do sindicato de Boca do Acre, foi secretário assim que se organizou o sindicato, ele fez parte do mutirão de 1979, pois era um dos posseiros expulsos que voltaram para a área, permanece ali desde então, onde ajudou a construir a escola rural – sua mulher foi a primeira professora – a igreja, e ficou famoso pela boa conversa e pela companhia constante do animal, que acabou por lhe servir de alcinha.

O lugar onde está hoje situado o comércio, a última parada para os viajantes antes de chegar na cidade, foi em 1979 o ponto de encontro das pessoas vindas de Boca do Acre e também de outras cidades

acreas, da capital Rio Branco e até mesmo do Vale do Juruá (estas necessitaram de um percurso aéreo), uma grande mobilização dos sindicatos de trabalhadores rurais, que inclusive arcaram com os custos.

Deste lugar partiram, em grupo, pelo menos 300 pessoas segundo o jornal - para o Manoel Edson foram muitos mais -, pela poeirenta BR-317, entrando num ramal que levava ao acampamento, onde os operadores de motosserra se alojavam protegidos por capangas fortemente armados. Aliás, foram os capangas os primeiros que correram quando viram tanta gente se aproximando, deixando até mesmo as armas para trás.

A ocupação da área no quilômetro 38, na beira da BR-317, local conhecido hoje como Comunidade Nossa Senhora Aparecida (antigo seringal Senápolis) se deu da seguinte maneira: como estava chegando muita gente na região, principalmente do sul, o Incra tentava encontrar um lugar para assentá-los, um grupo que reivindicava terras (apoiados pela igreja e por sindicatos acreanos) identificou que o título de terra do seringal Senápolis representava uma porção bem inferior ao que o proprietário dizia como de sua posse, portanto, sendo terras da união, assim uma parte dele foi destinada a 36 famílias de colonos que se cadastraram no órgão.

A partir daí uma série de conflitos se iniciaram, o fazendeiro paulista Ueze Elias Zarhan, que reivindicava a área, entrou com o pedido de reintegração de posse na justiça em 1978, nesse período o juiz Francisco Batista de Lima Neto se tornou um grande aliado dele, e por duas vezes convocou a Polícia Militar, um batalhão vindo de Manaus, para despejar os posseiros.

Os relatos orais me proporcionaram saber do estado psicológico que se encontrava os moradores da área, além do tamanho do poder que exerciam os grandes fazendeiros nesta região e também da pouca confiança na justiça amazonense. Houve na região uma série de ocorrências, de mobilizações e discussões, além das questões políticas e da presença de pessoas de fora, contratadas para derrubar a área (operadores de motosserra) ou para ameaçar os moradores (jagunços armados). Tudo isto aumentara a tensão, tanto na cidade quanto na área que se encontrava em litígio.

Muita gente da cidade lembra quando, de madrugada, chegou em Boca do Acre um grande número de mulheres e crianças que tinham andado muitos quilômetros desde a altura do quilômetro 38 até a praça

em frente a prefeitura. Enquanto boa parte do grupo se deixava abater pela exaustão da caminhada, em plena praça central, algumas senhoras em estado de choque eram encaminhadas ao hospital, aturdidas pelo esforço da travessia em meio a uma estrada lamacenta, pois estavam na temporada das chuvas rigorosas, e sem nenhuma iluminação.

Segundo Rita de Cássia Silva, que trabalhava no hospital, o cansaço das mulheres foi somado à preocupação com os homens da comunidade, seus maridos e filhos, pois alguns policiais comentavam na cidade que o juiz Francisco Batista de Lima Neto os orientara, para que durante o cumprimento da ordem de despejo, eles dessem cabo de pelo menos um posseiro, pois aí resolveriam de vez a questão. Alguém, que ouviu, foi avisar aos homens a tempo, que se esconderam no meio do mato, só ficando as mulheres e crianças a quem a polícia não haveria de fazer mal.

Quando chegou a polícia, mesmo só havendo as mulheres e crianças, não houve a menor complacência, todos foram expulsos, colchões e mantimentos foram jogados para fora das casas e espalhados pelos quintais, a mudança foi pra cima de uma caçamba e as pessoas tiveram que seguir para Boca do Acre, caminhando.

Os jagunços, que já rondavam as pequenas propriedades, trataram de tomar conta de vez da situação, pegaram colchões e outras coisas que estavam jogadas por ali, levaram galinhas e outras criações, demonstrando que não se importavam com as leis.

Esta noite se tornou inesquecível para todas as pessoas que entrevistei na cidade, principalmente para quem presenciou o exato momento. Rita de Cássia lembra do momento em que algumas mulheres parecendo ter perdido o juízo durante a caminhada, tendo que ser atendidas às pressas pela pequena estrutura do lugar.

As pessoas da cidade achavam se tratar de migrantes, de invasores de terra, ou algo semelhante, não reconheceram estas pessoas como os moradores do 38 e a situação só amenizou quando o padre abriu as portas da igreja para alojá-los naquele momento. As famílias ficaram ainda quinze dias na cidade, até que conseguissem voltar para suas terras, depois de um acordo com o fazendeiro.

Mesmo conseguindo na justiça o direito a permanecerem na área, os posseiros continuavam a conviver com os jagunços que ameaçavam as mulheres e rondavam as casas disparando suas armas. A situação em Boca do Acre já era muito conflituosa, por ter terras indígenas próximas,

os Apurinã também protagonizaram reações violentas aos fazendeiros que avançavam sobre as áreas dos posseiros e também de indígenas.

O fazendeiro conhecido como Cabeça Branca esteve no meio de um dos piores momentos na região, seu constante avançar sobre as áreas e seus métodos violentos, contratando capangas para aterrorizar os posseiros, deram-lhe o temor e o ódio de vários. Suas terras se avizinham com as dos posseiros do 38 e com a terra dos Apurinã do 45.

Ele permaneceu na região até quando a violência dos conflitos foi responsável pela morte de uma criança, provavelmente seu filho, num atentado à sua vida. Abrahim Farhat lembra o episódio: “O fazendeiro chamado Cabeça Branca tomou as terras dos índios Apurinã (...) O Manuel Apurinã foi o índio que deu um tiro no Cabeça Branca e acertou a criança (...)”. (Abrahim Farhat, 2012).

No ano de 1978 a Folha de São Paulo (Edição de 20 de agosto de 1978) publicou uma notícia sobre a pressão que políticos locais e fazendeiros exerciam sobre a área dos Apurinã, este texto relacionava o prefeito Valdir Ávila de Lima, o vereador Adão Nunes (o Mineirinho), ambos da Arena e o ex-prefeito Mario Diogo, como os principais responsáveis pela invasão da área indígena, com suporte da polícia militar. O clima de tensão só aumentava, principalmente quando no dia 30 de abril, o delegado de polícia de Boca do Acre, Luiz Gonzaga Filho, matou com dois tiros pelas costas o índio Raimundo, quando este entrava em sua casa.

Neste ambiente se formou a resistência, os Empates, portanto, mesmo que o movimento tenha construído uma imagem desta estratégia como um movimento pacífico, pois assim era possível o legitimar, o que se pode perceber é que havia no ar um cheiro de pólvora, só amenizado pela mediação da Igreja Católica e dos sindicatos organizados, pois elas talvez tenham sido o contraponto aos ânimos dos seringueiros e posseiros que defendiam suas posses e que tinham enfrentado jagunços os aterrorizando.

Em 1979, quando os jagunços correram para se abrigar do grupo que se aproximava, muitos seringueiros se encheram de coragem e resolveram correr atrás deles, eles estavam com raiva e disposição para acabar com a situação. Quem ficou, principalmente os trabalhadores contratados para manusear as motosserras e alguns peões que deviam fazer a segurança, devem ter passado por momentos delicados. Muitas

armas foram apreendidas (Anexo), algumas falas contam que o armamento era pesado, grande parte doado ou emprestado por fazendeiros locais que apoiavam as expulsões. O poderio do armamento inclusive assustava até mesmo o pessoal da motosserra¹⁶, alguns deles iam embora logo que percebiam que o lugar estava prestes a explodir.

Um posseiro que participou do Empate contou em seu relato, que a negociação depois de todo o movimento que pôs a correr os jagunços - o Manoel Edson dos Santos, o “Bode Preto”, disse que chegou a ter pelo menos 50 deles, armados, assombrando os posseiros - se deu entre os representantes dos posseiros e dos fazendeiros a portas fechadas, mas a aparente calma do acerto é desfeita pelas palavras dele ao descrever o fato: “Então entrava para conversar com aqueles dois homens, pra negociar, e nós ficamos pelo lado de fora, com as ferramentas, porque se não desse acordo ali, nós apagava o cara lá dentro, mas graças a Deus, Deus colocou a mão dele e deu tudo bem” (José Benjamim da Rocha Filho, 2010). Sem descrever quais eram as ferramentas: enxadas, terçados? Ou armas?

Nas entrevistas com Rita de Cássia e José Benjamim, sabemos que teve muita gente voltando nos ônibus, porque eles (tanto os peões quanto os jagunços) vinham de fora - nem mesmo em Manaus encontravam gente disposta a este tipo de trabalho por já ter notícias dos conflitos na região - por isso tinha muito mineiro, baiano, gente de longe mesmo, não tinha empreiteiro por perto que quisesse fazer o desmate.

1.4 – Participação de mulheres no movimento Seringueiro

Achei importante fazer um recorte no meu trabalho que abordasse a questão das mulheres no movimento social acreano porque os relatos que eu escutava nas gravações do projeto Memória da Floresta¹⁷, durante minha pesquisa sobre seringueiros, pareciam muito distintos entre entrevistados masculinos e femininos. O que se passava naquelas conversas entre os entrevistadores e as pessoas entrevistadas tinha uma

16 A motosserra representava neste momento o perigo eminente da perda de suas referências (a floresta), anos depois ela se tornou um importante instrumento para o Manejo Florestal, para alguns críticos deste processo uma contradição que não pode ser resolvida.

17 Vídeos com entrevistas, produzidos pela Biblioteca da Floresta, instituição ligada ao Governo do Estado do Acre.

bifurcação. Apesar de a temática principal estar centrada no movimento social acreano, na maneira de falar do seringal, ela era mais afetiva entre as mulheres, enquanto os homens falavam mais de sofrimento do trabalho. Isto fez com que eu investigasse mais sobre o lugar das mulheres no seringal e no movimento, eu queria saber mais do que construía estas memórias diferenciadas.

Muitas mulheres que ocupam cargos de forte expressão política na região vieram dos chamados novos movimentos sociais, no caso do movimento seringueiro, temos um exemplo emblemático que é a trajetória política da senadora e ex-ministra do meio ambiente Marina Silva, sua militância inicia e ganha projeção a partir do movimento seringueiro. Apesar de Marina ter dado início a sua formação política na cidade de Rio Branco, sua origem no seringal diz muito sobre sua postura, principalmente sua relação com questões ambientais.

Num artigo analisando a separação da esfera íntima da esfera política, Joana Maria Pedro (2010) diz que nesta nova cena há uma reivindicação da autoridade da experiência, transformando assuntos privados em debates e intervenções públicas. Através desta ideia podemos pensar na configuração das Reservas Extrativistas¹⁸, um modelo de distribuição de terras em que o espaço produtivo se embrica no espaço de vivência das famílias e em sua cultura.

Na Resex há uma lógica inversa a do INCRA (onde as parcelas de terra atendem a uma necessidade produtiva e os lotes têm tamanhos fixos), na primeira o tamanho da terra é definido pelo seu uso como área extrativista, portanto, podendo ter tantos hectares quanto for necessário às estradas de seringa, além dos limites traçados há tempos pelos usos diversos que os seus moradores fazem dos recursos da floresta. Demonstrando uma fluidez entre as esferas, o uso cultural pesa tanto quanto o econômico na definição do espaço das Resex, muito mais vista como território, explicando em parte o problema daqueles que recebiam lotes do INCRA.

Nos seringais, entre os anos de 1920 e 1940, houve um enorme decréscimo da população, com a queda na venda da borracha as casas aviadoras não conseguiam importar os produtos que sustentavam o complexo seringalista baseado no aviamento (a troca de gêneros de primeira necessidade pela borracha coletada), e com isto aqueles que ficaram tiveram que reorganizar sua vida na floresta.

18 Unidade de Conservação utilizada por comunidades baseadas no extrativismo.

Neste período, os seringais endividados eram gerenciados pelas casas aviadoras, e com estas na impossibilidade de manterem o barracão abastecido, tiveram que fazer uma série de concessões para que os seringueiros continuassem nas colocações. A agricultura começou a ser tolerada – no contrato de trabalho havia uma cláusula impedindo qualquer tipo de roçado que não fosse o da mandioca para produzir farinha – e também a constituição de famílias (GONÇALVES, 2001; 2003).

Segundo Carlos Walter Porto Gonçalves (2001), a combinação da agricultura com o extrativismo foi o responsável por um maior enraizamento dessas populações no interior da floresta. A lida cotidiana do seringueiro nas estradas de coleta do látex possibilitava o trabalho solitário, porém no roçado, se tornava melhor o trabalho familiar. Quanto mais numerosa a família, mais braços para o trabalho, neste contexto a família passa a ser a base da resistência e adaptação ao ambiente da floresta.

O esforço governamental durante a Segunda Grande Guerra trouxe novamente para a Amazônia grandes levas de migrantes, principalmente nordestinos, mas os seringais novamente sentiriam a impossibilidade de se manterem com a produção da borracha, já que nos anos que sucederam o fim da guerra, o preço da borracha caiu até não se tornar mais vantajoso para os seringalistas. Assim, as terras começam a ser alvo de uma nova política governamental, atraindo pequenos agricultores para assentamentos agrícolas, na década de 1970, onde um novo sujeito social se torna presente no Acre: o migrante do centro-sul do país.

Estes trabalhadores têm um perfil diferente dos extrativistas que já estavam nos seringais, eles tinham a prática na lavoura. Entretanto, as terras férteis prometidas eram lotes em locais de difícil acesso e no meio da mata, a integração com os seringueiros foi fundamental para um novo momento dos seringais e para a construção de uma nova territorialidade.

Se na empresa seringalista parecia não ter espaço para as mulheres, já que os contratos eram feitos com homens, e na sua maioria solteiros que migravam para a Amazônia na esperança de fortuna, nesta nova “territorialidade”, termo de Carlos Walter Porto Gonçalves, as mulheres se fizeram cada vez mais presentes, pois na maioria das vezes foram elas que aprenderam a usar as plantas da floresta como remédio, elas eram as parceiras, eram força importante no roçado e principalmente

na lida doméstica, papel este que os homens não costumavam ocupar. E não era verdade que as mulheres não cortavam seringa, as mulheres foram invisibilizadas na empresa seringalista, onde predominou a figura do seringueiro que percorria solitário as estradas de seringa, defumava a péla¹⁹ e a comercializava no barracão. Temos o exemplo de Anália, que lembra da rotina do seringal onde várias pessoas da família trabalhavam com a seringa:

A gente saía 5 horas da manhã aí chegava, já sol forte, 11 horas do dia, quando era 4 horas, uma hora dessa, a gente vinha chegando, todo mundo chegava pra comer e pra “difumar”, trabalhava até 8. Tinha fôrnalha, assim alta, com um trave ali outro aqui, a borracha no meio, e a fôrnalha, aí tinha a bacia, a gente lavava, aí solta a fumaça, a boca grande assim (risos) e ia gente ia defumar. Bem simplesinho. Porque nesse tempo no seringal, só se vivia de cortar seringa, né? e roçado, pra criar, né? E criava esse negócio de gado, essas coisas, era porco, galinha, pato, essas coisas. (Anália Soares Damasceno, 2010)

Através de acurada pesquisa em arquivos judiciários sobre processos envolvendo mulheres na região do Juruá, a historiadora Cristina Scheibe Wolff procurou onde estavam estas mulheres no seringal. Se pensarmos que elas eram mais que objetos de disputas, “pegas na mata” ou transportadas como mercadorias, poderemos então encontrar no cotidiano da vida na floresta as dinâmicas que garantiram, através também da vida doméstica, que houvesse uma sociedade que não se extinguiu quando o mercado da borracha viu seu preço despencar, pela primeira vez em 1913, depois de ser o principal produto da Amazônia.

A historiadora acreana Tereza Almeida Cruz (2000) diz que a presença das mulheres na constituição dos seringais e da sociedade acreana é algo quase ignorado pela historiografia regional, sendo citada sempre como uma exceção ou como objeto de disputa e cobiça nos seringais. Apesar de utilizar alguns trabalhos, como a produção desta autora e o trabalho da historiadora Cristina Scheibe Wolff, acredito que ela se refere tanto à produção acadêmica das universidades locais,

19 Formato em que era comercializada a borracha, o leite colhido era defumado formando uma bola.

quanto, e principalmente, à escrita de Euclides da Cunha e de outros que se inspiraram nele, como o historiador Leandro Tocantins, e até mesmo aos textos literários, por exemplo, o “Seringal” de Miguel Ferrante.

A experiência de Tereza Almeida Cruz na Pastoral da Terra possibilitou coletar uma série de depoimentos que nos mostram a vida dura das mulheres no seringal, que além das atividades que eram de exclusividade das mães, filhas e netas, ainda colhiam seringa. Algumas iam para o corte por algum problema de saúde do pai ou do marido, outras porque era uma opção da família, ou mesmo porque era essa a vida no seringal, desde muito cedo todos ajudam, caçam, plantam e colhem seringa, como relatou Maria Terezinha, filha de um potiguar com uma acreana, que nasceu num seringal no município de Manoel Urbano:

Eu levantava de madrugada fazia o fogo, fazia o café e arrumava alguma coisa para comer acompanhava o meu padrasto, fui criada com padrasto e a gente ia para seringa, para as estradas, a gente chegava umas 5 horas da tarde, 4h30, 5 horas, depende do tamanho, aquilo ali era diariamente, todo dia, todo dia, todo dia, até depois que me casei ainda trabalhei muito em seringa, **não era que meu marido quisesse (grifo meu)**, era porque eu gostava e preferia ajudar ele, preferia ficar no mato com ele do que está ficando em casa, mas ele nunca me chamou para trabalhar, agora eu já tinha o costume de trabalhar. (Maria Terezinha, 2000)

O dia a dia de Maria Terezinha era muito próximo ao de seu padrasto e depois ao de seu marido, mas entre as tarefas do corte não era de todo abandonada as domésticas. Era ela que fazia o café e alguma coisa para comer, a jornada dupla tão comum na vida moderna das mulheres citadinas também se fazia presente no seringal, pois apesar de compartilharem os trabalhos da seringa ou da roça, a exclusividade dos afazeres domésticos era das mulheres. Grifei uma parte do relato de Maria Terezinha, pois é interessante que ela ressalte que não fazia o corte por imposição do marido, já que isto seria vergonhoso para ele.

Algumas vezes as rotinas das mulheres as deixavam em casa, cuidar de filhos pequenos era motivo para não acompanhar os maridos no corte, este trabalho era mais comum quando ainda eram crianças ou

solteiras e ainda para aquelas que não tinham filhos. Mesmo assim, de outra maneira ainda poderiam ajudar na defumação, trabalho duro, são horas aspirando fumaça na casa de defumação, lugar de pequenas proporções, onde o calor e a fumaça testava a resistência dos trabalhadores. Esta situação era vivenciada por várias outras mulheres, como podemos ver no relato de Josefa Ferreira de Moraes, 65 anos, nascida em Xapuri:

Eu colhia o leite, mas riscar, cortar, não cortei não. Saí meio dia pra colher (de manhã meu marido saía cedinho pra cortar). Nesse tempo, meus filhos eram pequenos, ficavam tudo em casa, depois eles cresceram, aí, eles que iam com o pai. Eu defumava. A gente colocava o leite na bacia, mexia, colocava na fornalha. Ah, eu gostava. Defumei bastante, eu gostava, ficava com a mão meio queimada, mas não tinha problema não. (Josefa Ferreira de Moraes, 2000)

Estes relatos mostram a dinâmica da vida na floresta que estava ancorada no núcleo familiar, tornando a colocação um espaço que extrapolava a condição de núcleo produtivo, se antes a direção do centro para as margens indicava o fluxo econômico que ditava a vida no seringal, a partir da introdução das roças e das pequenas criações, a colocação se torna cada vez mais autônoma em relação à sede/barracão. Mesmo que continuasse a extração da seringa, sua comercialização não era mais vendida exclusivamente para o patrão, pois comerciantes conhecidos como marreteiros adentravam o seringal com produtos para trocar por borracha.

Segundo Wolff, neste momento a produção de mão de obra, anteriormente quase exclusivamente vindo da migração nordestina, se volta para a população local. Com pequeno fluxo migratório, a reprodução de grupos domésticos como mão de obra, tinha que advir de estratégias locais, assim as famílias numerosas e a prática de agregados e compadrio se tornam uma maneira eficiente de garantir a força de trabalho e a continuidade das famílias. A organização dos grupos domésticos, diz a autora, foi feita de acordo com o que as circunstâncias permitiam: “Na base da improvisação, que por sinal é uma das características que marcam a configuração social brasileira, especialmente no que tange as relações de gênero” (WOLFF, 1999)

A empresa seringalista dá lugar a um modo de vida construído por aqueles que decidiram continuar nos seringais, quando o preço da borracha caía, transformando o espaço da colocação. Neste novo espaço, as mulheres engendram outras atuações, como diz Michele Perrot sobre mulheres de camadas pobres que se tornam parteiras ou curandeiras, detentoras de saberes tradicionais valiosos, principalmente nas populações que vivem às margens dos aparatos sociais de educação e saúde: “Se esta mulher não tem poder, ela tem poderes” (PERROT, 1988. p. 167).

Nas falas de mulheres que viveram no seringal, podemos perceber que a figura masculina do seringueiro, era muito mais uma imagem construída que o cotidiano vivido na floresta. Apesar desta imagem continuar forte ao longo dos anos, uma rede de relações onde as mulheres eram protagonistas era construída às margens das sociedades urbanas, tecendo o conhecimento dos recursos da floresta e os saberes tradicionais, elas invertiam as posições tradicionais do patriarcado, pelo menos em algumas situações, pois elas tinham por algum tempo a vida em suas mãos (quando faziam um parto ou tratavam de um enfermo).

Se o nordestino é inventado, segundo a tese de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1999), nos discursos jornalísticos, literários, científicos e artísticos, um desdobramento desta “significação” foi o seringueiro, primeiro por ser ele também um nordestino, um migrante que abandonava a seca – um ambiente hostil – para tentar a sorte na floresta amazônica – onde também se depararia com um ambiente duro e ainda mais ameaçador. Assim o seringueiro carrega no imaginário as características apontada por Albuquerque como um estereótipo moldado para naturalizar o sertanejo, com a finalidade de transformar a região nordeste numa fonte de recursos que a nação deveria suprir para dirimir a miséria do sertanejo.

Euclides da Cunha é apontado pelo historiador como um dos suportes para esta construção, através de “Os Sertões” (1906), desta imagem do nordestino. São também dele os escritos que ajudariam a constituir as primeiras imagens do seringueiro – e que continuaria nas páginas da literatura e da historiografia como um legado euclidiano -, sendo o seringueiro um sujeito fraco (coitado) e forte (resistente) ao mesmo tempo, entregue à própria sorte. Euclides da Cunha descreve este trabalhador assim:

É a imagem monstruosa e expressiva da sociedade

torturada que moureja naquelas paragens. O cearense aventureiro ali chega numa desapoderada ansiedade de fortuna; e depois de uma breve aprendizagem em que passa de brabo a manso, consoante a gíria dos seringais (o que significa o passar das miragens que o estonteavam para a apatia de um vencido ante a realidade inexorável) —ergue a cabana de paxiúba à ourela mal destocada de um igarapé pinturesco, ou mais para o centro numa clareira que a mata ameaçadora constringe, e longe do barracão senhoril, onde o seringueiro opulento estadeia o parasitismo farto, pressente que nunca mais se livrará da estrada que o enlaça, e que ele vai pisar durante a vida inteira, indo e vindo, a girar estonteadamente no monstruoso círculo vicioso da sua faina fatigante e estéril.

A *pieuvre*²⁰ assombradora tem, como a sua miniatura pelágica, uma boca insaciável servida de numerosas voltas constrictoras; e só larga quando, extintas todas as ilusões, esfolhadas uma a uma todas as esperanças, queda-se-lhe um dia, inerte, num daqueles tentáculos, o corpo repugnante de um esmaletado, caindo no absoluto abandono. (CUNHA, 1966)

Euclides da Cunha não chegaria a publicar, em suas palavras, o “livro redentor da Amazônia”, mas seus escritos sobre a região se tornaram referência para muitos outros que escreveriam depois sobre os seringueiros. Voltando aos aspectos apontados por Albuquerque, como a síntese (inventada) do sertanejo, que lhe conferiam força e resistência para se manterem miseravelmente no ambiente nordestino, acredito que o seringueiro descrito por Euclides da Cunha também os têm, e sendo estas características geralmente atribuídas aos homens, a ideia de um “sujeito” seringueiro é também masculina, as mulheres quase não aparecem nos textos euclidianos.

Está aí a dificuldade de entender como era a vida das mulheres nos seringais, nem em textos literários nem na historiografia regional encontraremos fontes suficientes. Então, a História Oral se mostra privilegiada neste sentido, as falas das mulheres que viveram nos seringais ou que recontam as memórias repassadas por seus antepassados, na forma de histórias, possibilitam adentrar num seringal

20 O termo em francês se refere ao animal marinho polvo.

de homens e mulheres - já que a divisão destes mundos não existe fora do discurso -, e a família, sem dúvida, foi o que possibilitou uma sociedade emergente na floresta.

Estou evocando neste momento as reflexões feitas pela historiadora Verena Alberti sobre as fontes orais (2004), onde as entrevistas ganham um duplo estatuto, tanto de relatos da ação como também de resíduos da ação (termos de Peter Hüttenberger²¹), pois a interação, entre entrevistador e entrevistado, desencadeia caminhos que refletirão, em parte, suas trajetórias. E isto nos possibilita olhar o seringal, por ângulos difíceis de serem percebidos em textos produzidos em outras épocas, assim, o entrevistador pode provocar memórias silenciadas.

Aliás, este termo se torna apropriado para pensarmos nos relatos dessas mulheres, pois como Pollak (1989) nos mostra, a História Oral possibilita esgarçar os limites do enquadramento da memória organizada e perceber uma memória coletiva subterrânea. E é justamente as vivências que saltam das falas e se mostram comuns na vida do seringal: mulheres que trabalhavam nos roçados mas também na coleta de seringa; mulheres que caçavam e adentravam na floresta com naturalidade; mulheres que se mostram fortes e decididas.

Para Pollak: “A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos” (1989, p. 8). Estas falas concedidas a pesquisadores e pesquisadoras, estão separadas por distâncias físicas e temporais dos lugares em que tinham que ser silenciadas, possibilitando reconstruir a história a partir de sujeitos invisibilizados.

O meu recorte temporal compreende as décadas de 1970 e 1980, onde no Acre os seringueiros se organizaram para o enfrentamento, e o que me interessa é a mobilização de homens e mulheres, seringueiros e posseiros, para os Empates, mas foi necessário fazer uma digressão para entender a situação das mulheres no seringal ainda na empresa seringalista, pois a ação política, das décadas citadas, se deu por pessoas a quem era permitido tal ação, uma atuação que extrapolava o espaço doméstico, não eram todas as mulheres que conseguiam isto.

Mesmo que mulheres atuassem na colocação nos espaços ditos masculinos, como a roça, a caça ou o corte da seringa, no momento da

21 Apud ALBERTI, 2004.

articulação política, poucas vezes estavam presentes, na relação com o exterior houve um claro predomínio masculino.

Os dois pólos distintos, descritos muito bem por Roberto da Matta (1997): a “casa” e a “rua”, significam segundo o autor, entidades morais, esferas de ação social, éticas e domínios culturais. A casa de um seringueiro, por exemplo, reflete bem a distinção de gênero pela divisão do espaço, a cozinha, onde se faz a comida, é território feminino, as visitas homens nunca vão à cozinha sem um convite; o espaço da sala é o limiar entre a rua e a casa, ali é um espaço de discussão, um espaço político, domínio masculino. Se as mulheres num âmbito privado ocupavam os espaços junto aos homens, nos domínios públicos a presença masculina é mais forte. O que pretendo ao analisar relatos de seringueiras é perceber as brechas, as fissuras nestes códigos de conduta, onde as mulheres participaram e qual a importância desta participação feminina.

A fala de uma liderança sindical da cidade de Xapuri, Dercy Telles de Carvalho²², demonstra como era a organização sindical. Perguntada se participou de algum Empate, Dercy relata a sua condição ambígua, ainda que presidente do sindicato, uma mulher, portanto uma condição diferente de outros participantes:

Não. Inclusive eu fui a segunda presidente de sindicato e a primeira mulher que presidiu um sindicato de trabalhadores rurais no Brasil, seguida da Margarida Alves, de Pernambuco, que inclusive foi assassinada. Os sindicatos na época eram extremamente masculino, a participação das mulheres só se dava quando elas eram viúvas, senão quem era sócio era o marido. A mulher não participava. E a gente iniciou a participação em 78 ainda, mas eu nunca participei de nenhum Empate porque era um momento muito violento, agressivo, porque existia a prática de matar os líderes, as pessoas que eles achavam que se tirassem do meio, resolvia a situação. E existia uma estratégia entre a gente que o presidente não ia, ele cuidava de toda a logística do Empate, mas ele não ia lá. Essa logística era desde preparar, arrecadar o alimento, até fazer contato com a assessoria jurídica na hora que acontecia as prisões. A gente tentava, uma

22 Depoimento coletado no Projeto Memória da Floresta, Biblioteca da Floresta, 2010.

negociação, o presidente do sindicato tava sempre presente, nas negociações, se tentava resolver na base do diálogo. Se não era possível, a gente fazia a mobilização para o Empate. (Dercy, 2010)

Dercy começou sua atuação sindical por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) no início dos anos 80, a Igreja Católica teve grande importância na organização dos trabalhadores rurais no Acre e principalmente na participação de mulheres, com um discurso que unia direitos sobre a terra a evangelização da família, as CEBs davam oportunidade para que mulheres se politizassem na prática, ou seja, participando das reuniões e ocupando lugares de disseminação de conhecimento.

Tereza Almeida Cruz fala da organização através da Igreja como um espaço privilegiado: “Muitas se tornaram monitoras, dirigentes de comunidades, catequistas. Foi se abrindo todo um espaço de participação e luta inspiradas na Palavra de Deus e procurando fazer a ligação fé e vida, era um pé na Bíblia e outro na vida” (CRUZ, 2000. p. 63).

As mulheres no seringal, como dito anteriormente, ocupavam posições importantes nos aspectos religiosos (rezadeiras), na saúde (parteiras e conhecedoras de fitoterápicos) e também na educação (alfabetizadoras). Estes espaços foram importantes quando a colocação teve que se comunicar com o exterior, com as organizações sindicais e movimentos para os Empates.

Outros relatos que destaco seguem os caminhos que aponte como espaços de mulheres, se podemos chamar assim. Leide Aquino teve uma trajetória política expressiva, casada com o ex-presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, Júlio Barbosa, no ano da entrevista no projeto Memória da Floresta ela ocupava o cargo de Assessora na Secretaria da Mulher do Governo do Acre. Leide e outra senhora da comunidade em que morava com Júlio Barbosa, foram escolhidas para serem educadoras no Projeto Seringueiro²³, ela conta que depois de ser alfabetizada pelo programa MOBREAL, foi morar com uma tia na capital do Acre, lá ela fez o ensino fundamental, mas ao completar 15 anos voltou para o seringal e aos 18 já estava casada.

Mandar os filhos estudar em casa de parentes na cidade era algo comum, assim como trazer as filhas mocinhas de volta ao seringal, o

23 Projeto de alfabetização nos seringais, para saber mais acessar: www.cta-acre.org

casamento de meninas saindo da adolescência não era raro. Mas parece que as garotas aproveitavam melhor esta fase de ensino, pois Leide apesar de ter seguido a regra (estudado somente até a adolescência e casado logo depois), diz que era considerada uma das pessoas mais instruídas na sua comunidade, mostrando que no espaço da educação – saber ler e escrever, por exemplo – as mulheres se destacavam. Com 22 para 23 anos, ela começa uma militância política no sindicato. Seu marido assume a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri após a morte do sindicalista Chico Mendes, em 1988, ela também atuava nas CEBs e foi uma das participantes do Primeiro Encontro Municipal de Mulheres em Xapuri. Leide deu um relato sobre o início da organização de mulheres no sindicato:

E aí foi realizado o primeiro encontro, e a partir desse encontro foi que a gente começou toda uma discussão lá de envolver as mulheres no sindicato, de as mulheres também serem sindicalizadas, porque até então eram só os homens, bastava os homens ser sindicalizados, a gente achava que na verdade que era só isso. A gente tinha tido também passado pelo sindicato de Xapuri uma mulher presidente né, que era a Dercy, que hoje é presidente de novo. E aí na época ela teve uma dificuldade imensa, teve um monte de gente que deixou de ir até no sindicato, porque não queria ser atendido por mulher. (Leide, 2010)

No início dos sindicatos os homens que eram os sócios, as mulheres só se tornavam sócias quando viúvas, ocupando a vaga de seus falecidos maridos. Essas falas da Leide Aquino e da Dercy são de mulheres que romperam a barreira masculina, tiveram, e ainda têm, uma atuação política de destaque. Leide provavelmente tem conhecimento de causa sobre a dificuldade que as mulheres tinham no sindicato, ela é esposa de uma liderança mas não ficou à sua sombra, sua atuação sempre foi muito intensa, ocupando vários espaços de debates e políticos. Desde sua atuação nas escolas de alfabetização de adultos, utilizando a cartilha Poronga²⁴, ela já passou pela presidência do GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), uma ONG atuante em toda a Amazônia e pela Secretaria Estadual da Mulher, do governo acreano.

24 Metodologia de ensino desenvolvida para a alfabetização de jovens e adultos nos seringais.

Outras mulheres tinham um envolvimento mais ligado à prática, pois como disse Dercy, as mulheres eram utilizadas para atenuar a violência no momento em que eles se deparavam com os capangas nos Empates. Dona Clarice Ferreira Lima, 74 anos, parteira e conhecedora dos remédios da mata, é uma dessas mulheres que participavam *in loco* das mobilizações, ela conta sua experiência num Empate:

Aí lá tinha derrubada lá naquele recanto, vamos empatar a derrubada de lá (lá tinha 20 policiais e um tenente guarnecendo o pessoal que tava fazendo a derrubada). Aí nós, vamos? Vamos. Eram 3 horas da madrugada, nós saímos pra pegar eles na entrada do trabalho. Aí as mulheres vão pra frente (rindo: acho que tinha mais mulher do que homem!). Quando nós chegamos lá vimos os homens com motosserra e machado e juntaram na carreira, aí tava a polícia lá. Aí a neguinha disse: nós canta o hino nacional que eles (polícia) vão baixar já aqueles fuzis. Aí nós cantamos, o tenente mandou baixar as armas, desarmou tudinho e fomos conversar. Era o Manduca, o Chico Mendes, Gumercindo, o Miguel... Aí o tenente disse: eu não abro de jeito nenhum porque aqui é ordem do Flaviano, nós tamos aqui com ordem do Flaviano. Aí nós: então vamos partir pra rua! Fomos eu, manduca, Arlete, Gumercindo e Miguel. Nós embarquemos no carro e fomos lá falar com o juiz. Aí não teve acordo. Aí o Chico Mendes disse: eu vou fazer greve de fome. Vou tomar só água (era o Manduca, o Chico Mendes e o Gumercindo fazendo a greve de fome). Aí chegou a Lucélia santos, tanta gente, mandaram buscar o chefe do Incra (ela falou que era o Romeu Tuma), veio o Lula. (Clarice Ferreira Lima, 2010)

Dona Clarice conta que era a cozinheira da turma, neste dia eram 172 pessoas mobilizadas e era ela e mais uma cuidando da comida, segundo seu depoimento, ela diz: “acho que tinha mais mulher do que homem” (2010). Mas devemos nos perguntar por que duas pessoas para cozinhar para tanta gente, pode ser que ela não considerasse as ajudantes como cozinheiras, ou mesmo que ela tenha superestimado a participação feminina neste Empate. Ela está se referindo ao Empate na colocação

Fazendinha, em 1988, no periódico local “O Rio Branco”²⁵ a notícia era que a mobilização contou com 112 homens, 34 mulheres e algumas crianças, um número total próximo ao relato de Clarice, mas que aponta para um terço de mulheres.

Podemos perceber onde a memória se mistura com as vivências posteriores ao fato, em dado momento ela se refere ao momento em que as lideranças eram enquadradas na Lei de Segurança Nacional e a Polícia Federal intervinha nos conflitos. Acredito que isto motivou a lembrança do nome do ex-diretor da Polícia Federal Romeu Tuma, que assume este cargo em 1985, e mesmo que o identificando como chefe do Inbra, mostra os lados do conflito: as instituições públicas, de segurança e de terras, de um lado e os sindicatos e partidos políticos de esquerda do outro. O PT no Acre foi fundado por muitas pessoas do movimento seringueiro e contou com a presença constante, no estado, do sindicalista (que se tornaria presidente alguns anos depois) Luís Inácio da Silva, já conhecido à época por Lula.

Reconstruir os lugares através da memória requer uma operação que não se desloca linearmente, neste percurso é atraída uma série de outras lembranças que, às vezes, dão novas cores e formas para o lembrado. E é assim também ao lembrarmos das pessoas, tendo a afetividade como um filtro, uma sensação (provocada ou não) pode ser um fio condutor da memória.

Como podemos perceber na dissertação sobre a memória de um grupo de mulheres que se deslocaram dos seringais, uma fala demonstra o que a autora chama de comunidade afetiva: “que não existe num lugar geográfico, está na lembrança de cada um dos lugares que fizeram parte de suas experiências de vida e se mantém viva na memória” (MACIEL, 2010)

Quando eu era criança eu morava lá no Uruapiara. Eu saí de lá já depois que eu me casei com o Manoel. Lá era assim, uma colocação que era do meu tio, na Vista Longe que também era chamado de Cabeceira. Diz que agora tem gente morando lá. Era bonito ali. Tinha barracão, tinha tudo... Morreram tudo aquele pessoal. O último que eu não sei se ainda é vivo é o Manoel Nunes que mora aqui na Esperança da Comunidade. Nunca mais tive notícias dele, mas era muita gente que vivia ali. (Francisca, 2010)

25 O Rio Branco, 26 de maio de 1988.

Este depoimento demonstra que a memória pode reconstruir um lugar imaginado e dar sentido a este lugar, colocando as pessoas de seu passado num espaço geográfico que facilita o percorrer da memória sobre um tempo distante, muita gente vivia ali está assentada no Cabeceira imaginado de Francisca, que não necessariamente corresponde ao que foi, mas é uma estratégia para rememorar.

Jacy Alves Seixas (2001) quando fala da memória afetiva – de acordo com a distinção de Pierre Ansart entre a memória-ação, memória afetiva e memória-conhecimento – se refere a uma outra abordagem da História sobre a memória, que volta seus olhos para as memórias involuntárias, que não estão vinculadas a datas ou memórias já estabelecidas. Ela está pensando na maneira que Marcel Proust (com as famosas madeleines) relacionou o passado e o presente, algo fica retido nas pessoas e que não pode ser trazido à tona mecanicamente.

Uma dimensão da memória, como um capital de reconhecimento, valorizado pelo pesquisador mas também pelo dono dela, é também valorizado no seringal. Os detentores de uma memória privilegiada são bem vistos pela comunidade e se tornam uma fala autorizada da comunidade.

Ecléa Bosi, em seu livro *Memória e sociedade, lembrança de velhos* (1994), criou em sua prática de pesquisa uma atmosfera que não era a da emergência da pesquisa, onde tentamos evocar o nosso objeto de memórias alheias, com uma objetividade que o projeto demanda, mas um entendimento do encadeamento afetivo que ordenava as lembranças, possibilitando que as memórias brotassem de seus entrevistados e se envolvendo com estas lembranças, assim o caráter afetivo não é somente do ponto de vista do entrevistado mas do pesquisador.

Na pesquisa com os seringueiros, eu percebi que esta percepção de um tempo diferente e diferentes caminhos da memória era essencial, ao longo da pesquisa percebi que minha trajetória pessoal mais tinha a contribuir para o meu trabalho do que se mostrar um problema.

Para voltar aos relatos, trago uma pessoa que também participou na linha de frente dos conflitos, foi Ivanilde Lopes da Silva, nascida no seringal Bolônia, às margens do rio Acre. Ela era ligada às CEBs e demonstra em seu relato o processo de mobilização, na periferia de Rio Branco, para voltar aos seringais na condição de posseiros. Infelizes com a vida na cidade muita gente que tinha sido expulsa das colocações

ou as tinha vendido por valores muito baixos, resolvem retomar suas vidas na floresta. A área em questão no seu relato é o seringal Catuaba:

Aí era os conflitos, o pessoal colocava as coisas pra fora a gente tentou fazer as reuniões, mas a gente não conseguiu contornar, uns vieram pra periferia de Rio Branco, uns vieram formando o bairro Cidade Nova e outros bairros, a Bahia outros foram se acomodando, mas a gente não cumpriu aquilo, como dentro da evangelização era o ver, julgar e agir, no agir a gente precisava ta agindo, então a gente foi se organizando ao ponto que depois de cinco anos né que tinha mata, que não tinha mais ninguém naquela área, tinha a área da beira do rio e tinha a área da BR né a gente resolveu retomar a terra e aí foi se dar o tal do Empate aí nessa época tava pipocando por todo canto, Empate de terra, morte, conflito. Aí a gente uma noite, numa sexta feira, numa quinta feira da paixão tinha terminado uma grande celebração na comunidade a gente se organizou então vamos entrar naquela terra. Porque que a gente ficou só com o alagado? Porque que só o fazendeiro tem direito de ficar com a terra boa que era nossa, que era o seringal? Botaram o pessoal pra fora, tocaram fogo nas casas, pra alguns eles deram aquela mixaria de dinheiro então agora é a nossa vez.

Nos fizemos uma reunião um pouco clandestina, na casa de um monitor, coordenador da comunidade à noite e a gente resolveu na segunda feira depois da semana santa ir lá, não lembro hoje o dia. E nós íamos entrar na terra que era nossa, que não era invasão, que não era tomada, nós íamos retomar a nossa terra boa de plantar, porque como nos tinha pego a beira do rio alagava com as colônias ficou o povo tudo posseiro na beira do rio se a terra boa era lá. E nós fizemos isso, nós fizemos uma reunião e aí o pessoal dizia – ah mas essa reunião deve ter sido motivada por alguma coisa. Foi uma necessidade, a gente entrou, se organizou, o pessoal da igreja. Quem são as famílias que vão entrar? Entraram no primeiro dia apenas oito, doze pessoas, que aí envolveu duas pessoas do sindicato, envolveu duas pessoas, aí o resto, os outros da comunidade natal. Porque quando eu comecei a evangelizar eu peguei logo três

seringal, cada seringal tinha grupo de evangelização, aí a gente entrou na terra começou a desmatar e com três dias os jagunços do fazendeiro cercaram a gente (Ivanilde Lopes da Silva, 2010).

Quando ela fala em evangelização, entenda-se também como uma ação política de mobilização e conscientização, pois as CEBs atuavam duplamente junto às comunidades. Ana Luísa Salles Souto pesquisou os movimentos sociais urbanos ligados à igreja e fala de uma participação maior da comunidade nas decisões, possibilitando no caso de Ivanilde, que temáticas como a posse da terra adentrassem em sua estrutura: “O surgimento das CEBs se deve também à crise da instituição da igreja que não mais possuía padres suficientes para atender seus fiéis. Assim, passa-se a confiar cada vez maior responsabilidade para os leigos, fazendo-os participar e decidir sobre os objetivos de sua igreja” (SOUTO, 1983. p. 78).

Assim como Leide Aquino, outra mulher da qual utilizo o relato é Maria Terezinha, ela também era casada com um sindicalista, o Wilson Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia, assassinado no ano de 1980, na sede do sindicato, por pistoleiros. Mas Dona Terezinha, como é mais conhecida, não participava dos Empates, não ia nas reuniões do sindicato, em seu relato ela diz que tinha que ficar com as crianças, que eram muitas: um homem e seis mulheres.

Porém, Dona Maria Terezinha faz questão de dizer que a caçula é uma guerreira: “Se tiver doente ela vai, fazer uma coisa ela vai, tudim (Maria Terezinha, 2010). Além da disposição, a inclinação da filha para a política a credencia para falar: “ Porque acho que é ela que tem mais conhecimento, é mais conhecida na sociedade e o pessoal conhece bem ela, quem tem costume né, sempre ver ela com o governo, com o pessoal do governo, com o Lula (presidente), com esse pessoal tudim” (Idem).

Para ela o conhecimento político da filha, aliado à educação, lhe confere a oportunidade de ser ouvida. Ela continua: “Então se ela quem corre atrás e os outros se esconde, eu porque não tenho saber, porque saber uma pessoa que nunca estudou nem nada não pode falar, só fala errado né” (Idem).

Josefa Ferreira de Moraes, outra mulher que não participava dos Empates diz: “ Aí eu ficava com os meninos em casa. Mas meu marido lutou muito: João Monteiro de Moraes” (2010). Parece que estas duas

mulheres em relação à divisão dos trabalhos com seus maridos estavam em igualdade, mas não ultrapassaram a esfera do privado. Muitas outras mulheres do seringal não se envolviam com as organizações políticas, deixando este espaço para os maridos, mas isto não quer dizer que elas não participavam das decisões, principalmente nas conversas íntimas.

A experiência de Anália retrata o que aconteceu com algumas mulheres. Seu marido saía para a lida e a deixava em casa com as crianças, este era um momento oportuno para que estas fossem ameaçadas, mas algumas delas reagiam em defesa de suas famílias, Anália relata um desses acontecimentos: “Eu disse: deixa ele vir, aí eu fiquei só em casa. Mas prevenida, assim... era acostumada a matar veado, porque que eu não acertava num bicho assim, (risos) a cavalo e eu no chão?” (Anália, 2010). A pressão sobre a sua família os levou a participar do Empate no seringal Carmen, no fim das negociações eles conseguiram um lote de 70 hectares, provavelmente não seriam mais extrativistas depois da mudança.

Acredito que as falas aqui retratadas dão uma dimensão da situação mais comum, das mulheres seringueiras e posseiras, que enfrentaram os conflitos com fazendeiros no período das décadas de 1970 e 1980 no Acre. A participação pontual se dava, muitas vezes, pela pressão imposta às famílias, mas uma atuação política maior na comunidade e a representação desta, foi mais comum às mulheres que já detinham uma certa projeção no seringal, seja por ter um conhecimento escolar formal, pelos saberes tradicionais da floresta ou pela participação junto à igreja. Diferente dos homens, os quais importavam um número expressivo para fazer frente aos fazendeiros, para as mulheres era necessário uma certa desenvoltura que justificasse que elas passassem da esfera privada para a pública, para uma ação mais política.

As CEBs, nesse sentido, foram muito importantes para a inserção destas mulheres na esfera política, nas organizações de mulheres pesquisadas por Tereza Almeida Cruz (2000) o envolvimento nos Grupos de Reflexão, a oportunidade de expor seu pensamento, discutir, argumentar, foram motivações para a mobilização de grupos de trabalhadoras rurais que não só discutiam direitos como também se organizavam produtivamente, saindo da esfera doméstica para o trabalho, um desdobramento da organização política.

Os projetos de educação na floresta também tiveram papel importante, além da alfabetização, eles davam oportunidade para que

moradores dos seringais se tornassem professores. O Projeto Seringueiro levado a cabo pelo Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA-Acre) tornou-se referência na formação e capacitação de professores, em grande maioria formada por mulheres. Algumas destas, como mostrado aqui, tornaram-se pessoas destacadas na comunidade e nas associações, tornando-se lideranças ou ocupando cargos políticos.

O Movimento Seringueiro na cidade

Estes homens e mulheres que reagiriam as pressões para desocuparem as terras de antigos seringais se tornariam não só emblemáticos para o movimento no campo mas também para os militantes de esquerda, estudantes e mobilizações urbanas (principalmente na ocupação de terrenos e formação de novos bairros em Rio Branco). Os jornais locais se diferiam ao tratamento dado à crescente organização dos seringueiros e posseiros, mas não poderiam mais deixar de noticiar os acontecimentos violentos que mobilizavam as opiniões e decisões do governo e da sociedade civil. Neste capítulo seguinte tratarei de duas publicações em momentos distintos, esta temporalidade permite observar como o discurso de modificou (ou não) e como a memória se torna alvo de disputa por vários segmentos.

CAPÍTULO II – Memória em disputa

*Cidadania? Isso é coisa de gente da cidade.
Aqui na Amazônia o que
nós precisamos é de florestania.*

(Antônio Alves, 2004)

2.1 - Jornal *Varadouro*: os seringueiros na capa

Entre os periódicos locais que circulavam no período pesquisado, utilizei o jornal alternativo *Varadouro*, publicado entre 1977 e 1981, por pensar que mais que perceber a circulação e abrangência das falas de seringueiros, o que eu pretendo mostrar é a construção de seu discurso, para isto farei um recorte sobre os usos das imagens no periódico e também na coleção pessoal de fotografias do jornalista Elson Martins, que dialogam com o periódico. Editor do *Varadouro*, Martins cobriu os conflitos regionais desde o início dos anos de 1970 para vários jornais locais e foi também correspondente de O Estado do S. Paulo, acumulando grande experiência e um bom acervo fotográfico.

Acredito que a fotografia como objeto de análise tem grande valor interpretativo, como podemos perceber na capa do número 16 do *Varadouro*, edição de outubro de 1979, que mostra a grande marcha para conter a derrubada de floresta próxima a cidade de Boca do Acre (Figura 1) e que foi para mim o gatilho para pensar no Empate como um elemento importante dentro do movimento seringueiro e a partir dele pensar o discurso, pois esta imagem para mim transmite uma mensagem de força da organização dos seringueiros e uma coesão que lhes imprime o que podemos chamar de uma identidade seringueira.

Há um duplo problema em analisar as fotografias do *Varadouro*, pois além de pensar a produção do fotógrafo, sua seleção, sua escolha pela luz e pelo enquadramento, enfim sua subjetividade, temos que pensar nas escolhas editoriais, pensar que um grupo escolheu uma certa imagem para representar o assunto que viria dentro do jornal, que escolheu usar o todo da imagem ou parte dela. Ainda há as escolhas de outras imagens que compartilharam as capas e matérias, tirando ou

Figura 1: Capa da Edição número 16.



dando mais força à imagem principal, enfim são muitas questões que poderiam ser abordadas.

Para resolver, em parte, este problema, pensei nas páginas, principalmente nas capas, como um objeto singular, inteiro, e que sua totalidade é justamente um discurso que se deixa perceber sutilmente no conjunto das imagens e dos títulos, numa ideia gestáltica.

Para mim o *Varadouro* se configura como um corpo de certa forma autônomo em relação aos seus editores, as discussões sempre foram feitas por grupos maiores, aberto às mais variadas opiniões, a pauta era discutida não só com as pessoas mais próximas da produção do periódico, mas também por estudantes universitários que o visitavam, intelectuais em visita ao estado e as mais variadas pessoas, que também podiam contribuir com textos. Essa ideologia jornalística, esta prática, foi inclusive responsável pela troca dos editores num momento em que acharam que o jornal poderia ficar personalista.

Este periódico é uma fonte de informação valiosa para essa pesquisa porque foi um importante apoiador do movimento seringueiro, utilizo a coleção completa dos 24 exemplares, relacionando a própria trajetória do periódico aos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 na região amazônica, principalmente no Acre, onde os conflitos no campo foram intensos e onde se originou a estratégia do *Empate* que se espalhou pela região da bacia do rio Acre.

O jornal circulou entre maio de 1977 e dezembro de 1981 - esta coleção se encontra no acervo da Biblioteca da Floresta, no Acre, em formato digital (PDF) – noticiando os fatos que ocorriam nas áreas rurais do estado do Acre e que não tinham espaço na imprensa tradicional, principalmente a luta dos seringueiros contra sua expulsão da floresta.

Conhecido como o jornal das selvas, o *Varadouro* acabou circulando além das fronteiras acreanas, pois chegava ao Rio de Janeiro, São Paulo e outros grandes centros, via movimentos sociais que trocavam comunicação. Assim, ajudando uma categoria tida como “invisível”, mas que ganharia as páginas das grandes publicações e chamaria a atenção de políticos em Brasília e ambientalistas americanos e europeus.

Elson Martins foi um dos primeiros editores do *Varadouro*, ele nasceu num seringal às margens do Rio Iaco, em Sena Madureira (Acre), mas boa parte de sua juventude foi no Amapá, onde conheceu o

Figura 2: Capa da Edição número 8.



pensamento marxista e se engajou no movimento socialista. Nos idos de 1960 foi para Belo Horizonte cursar faculdade e depois quando voltou para a região Norte, ficando entre Belém e Macapá, cada vez mais se tornava um jornalista engajado, e por conta de suas posições políticas preferiu se deslocar para Rio Branco no ano de 1975, onde a repressão não estava tão forte como nos grandes centros, tornando-se correspondente do jornal O Estado de S. Paulo.

Na mesma época, junto com o Jornalista Sílvio Martinello e um grupo que contava com Antônio Marmo, Arquelau e outros, começaram a editar o *Varadouro*, onde as notícias que não poderiam ser publicadas num grande jornal do Sudeste tinham garantia de circulação.

Hoje, Elson continua a escrever sobre as questões sociais, em jornais locais ou como colaborador da Biblioteca da Floresta e outras instituições. O outro editor do *Varadouro*, Sílvio Martinello, está a frente de um dos mais importantes grupos de comunicação do estado, contando com um jornal diário, A Gazeta do Acre, uma emissora de rádio e uma transmissora televisiva, Rádio e TV Gazeta, sendo que a emissora é repetidora da Rede Record.

Outro colaborador do *Varadouro* tem uma trajetória interessante, chama-se Arquelau de Castro, na época ele escrevia no jornal enquanto fazia o curso de Direito, depois começou a prestar assessoria jurídica gratuita para os seringueiros com uma mesa e cadeira assentadas debaixo de uma árvore na praça central da cidade, assim, se tornando o advogado dos seringueiros na época. Arquelau é atualmente desembargador no estado do Acre.

As capas das poucas edições do *Varadouro* parecem capas de revistas, com grandes fotos, com duas ou três chamadas para matérias em destaque. Acredito que as fotos ou desenhos – chegaram a usar a técnica de entalhe na madeira, xilogravura, para fazer a base do desenho de algumas capas –, tem uma intencionalidade que vai além da ilustração do assunto e contribui para um discurso de identidade tanto do “nós” quanto do “eles”, ou seja, os seringueiros, a floresta, o pequeno produtor rural, os moradores dos bairros pouco ou nada urbanizados das cidades amazônicas em contraposição aos “paulistas”, fazendeiros, empresários e o próprio governo.

Havia uma generalização do termo “paulista”, não importando de fato de onde vinham os compradores dos seringaais e grandes pecuaristas, todos que faziam parte do grupo que ameaçava a floresta,

eram assim chamados. O jornal contribuiu fortemente para popularização do termo, é muito comum encontrar nas matérias a referência aos paulistas nos termos aqui apresentados.

É interessante que o discurso do movimento dos seringueiros, e do periódico *Varadouro*, reduzissem os campos de disputa ao território do seringal, assim se tornava fácil reconhecer o inimigo e também os aliados.

Os “paulistas” eram poderosos, tinham o aparato de repressão estatal os apoiando - estamos falando do período de 1970 a 1980 no Brasil -, eram representados pelo boi, por chapéus de *cowboys* e por armas.

Os seringueiros - os índios também tiveram muito espaço no periódico, tentando dissolver a memória dos conflitos com os seringueiros no passado e os aproximando do Movimento de defesa da floresta – eram representados pelo trabalho na floresta, pela valorização da vida simples na floresta. O homem sempre presente na paisagem, assim podemos interpretar a capa (Figura 2), onde há uma grande seringueira sangrando (látex), a árvore representa a Amazônia, a floresta, mas mesmo cortado no enquadramento podemos ver a figura de um seringueiro, provavelmente sozinho na mata (a não ser pela presença do fotógrafo), nos dando a ideia de ser um sujeito pouco visível mesmo, mas que teima em permanecer no seringal.

Podemos fazer uma pergunta aqui: quem é mais importante? O seringueiro (homem), a seringueira (árvore) ou a seringa (produto)? Em alguns momentos esta sequência se inverte, em outros, a natureza se torna o centro das discussões, muitos ecologistas falaram de conservar a floresta sem a presença humana; e nos dois momentos de grande produção de seringa não era difícil pensar que a extração da borracha era um empreendimento que não valorizava a vida dos trabalhadores.

Segundo Ana Maria Mauad, vários autores que utilizam a fotografia como fonte histórica - entre eles Umberto Eco, a teórica da arte Fayga Ostroyer e a historiadora Míriam Moreira Leite -, são favoráveis a escolha do espaço como chave de leitura das mensagens neste suporte, destaca uma referência do trabalho de Míriam Moreira Leite que eu aqui reproduzo em parte: “Chegou-se à conclusão de que a noção de espaço é a que domina as imagens fotográficas explícitas. Não apenas as duas dimensões em que a imagem representa as três dimensões do que comunica. Mas toda a captação da mensagem

manifesta se dá através de arranjos espaciais...” (LEITE apud MAUAD, 2008, p. 35).

Esta noção de espaço para entender o intertexto foi para mim muito proveitosa ao escolher algumas imagens publicadas no *Varadouro*, os “arranjos” citados por Leite são justamente os elementos que destaquei para entender a composição discutida no parágrafo anterior, os três elementos são para mim cuidadosamente pensados para explicitar a saga de um homem na floresta, do seringueiro e do mundo do trabalho em que está inserido. Se houve algum erro de enquadramento do fotógrafo, já que o homem aparece cortado pela metade, este foi utilizado de forma proveitosa pela publicação.

O *Varadouro* falava do seringueiro, mesmo quando focava na defesa da floresta, a ação se passava pela figura do seringueiro, assim acredito que não podemos dizer que foi ele um jornal com discurso ecologista, ou seja, que estivesse pensando na natureza preservada se, a interferência do homem, mas os seringueiros já estavam lá, eles utilizavam seus recursos. Acredito mesmo que apesar do líder sindical Chico Mendes, ser de certa forma um ícone de ecologistas, o discurso seringueiro não pode ser aproximado tão facilmente de um discurso ecologista. Para entender a figura do seringueiro retratado, ou melhor, (re) criada nas páginas do *Varadouro* é necessário entender as disputas travadas entre um jornal alternativo e a imprensa local coadunada com o poder público em plena ditadura.

Segundo Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio, que escreveu sua dissertação de mestrado sobre os editoriais dos jornais *Varadouro* e *O Rio Branco*, num recorte temporal de 1977 a 1981, o jornal *O Rio Branco*, órgão dos Diários Associados, seria um marco na profissionalização da imprensa local e na tentativa de desatrelamento da dependência do poder público local, e mesmo assim em sua análise se manifestou a “... predominância da violência, imposta de forma simbólica, para silenciar os que discordavam da palavra única dos líderes militares” (BONIFÁCIO, 2008. p. 163).

Mesmo que a autora não faça uma simples oposição entre um “jornal que apoia o poder” e outro que o “critica mordazmente”, mostrando que não existia um jogo entre bons e maus, e que a produção discursiva em certos momentos se entrecruza, e ainda, que há uma complexidade grande nestas produções. Ela aponta que: “A divergência entre os discursos contidos em *Varadouro* e *O Rio Branco* indica

interesses antagônicos entre os grupos que mantinham a produção jornalística local em circulação” (Idem).

A autora não chega a trabalhar quais interesses seriam estes, mas para mim fica claro que o *Varadouro* se coloca numa posição de isolamento ante a imprensa local. Sobre as demais publicações, diz a autora: “Na imprensa acreana, até então, predominava um quadro de extrema dependência de incentivos financeiros do governo, constituindo uma produção oscilante e vulnerável” (Idem. p. 33), ou seja, estavam todos outros de um mesmo lado do campo.

Esta presença do seringueiro em várias capas, e em diversas matérias, durante a vida do *Varadouro*, tinha também de certa maneira um caráter panfletário, mostrar um grande grupo em marcha, portando facões e enxadas (Figura 3), era também uma maneira de mostrar que a mobilização podia ser uma defesa, este discurso era também direcionado às cidades, mostrando que as pessoas podiam se mobilizar.

E não era difícil encontrar quem se identificasse com esta mensagem na periferia de Rio Branco e outras cidades acreanas, pois muitos seringueiros que deixaram o trabalho da borracha por vontade própria e aqueles que foram expulsos dos seringais, vinham morar nas crescentes invasões e nas beiras de rio, regiões propícias para fomentar os discursos inconformistas impressos nas páginas do periódico.

Como sinaliza Bóris Kossoy (2001), o fragmento visual, a imagem que mencionei acima, deve ser compreendido em consonância com o momento histórico em que ela foi produzida e que circulou, a reflexão sobre a fotografia segundo Kossoy, deve ser centrada no conteúdo, porém “... num plano além daquele que é dado ver apenas pelo verismo iconográfico” (2001, p. 96).

Portanto, queremos demonstrar que o discurso de uma identidade seringueira foi importante para a mobilização e para a construção dos movimentos sociais acreanos nas décadas de 1970 e 1980, e que o periódico *Varadouro* foi utilizado como instrumento de comunicação engajado na luta destes trabalhadores, como mobilizador e como denunciador da problemática que ocorria nos seringais e na sociedade acreana.

E isto é interessante, se pensarmos que muitos seringueiros eram analfabetos e mesmo assim a comunicação num suporte de papel, ou seja, escrito, mediava o discurso, a fala do seringueiro com a sociedade acreana. Apesar do jornal ser feito por uma intelectualidade, pessoas

Figura 3: Empate de Boca do Acre (Foto de Elson Martins / Acervo pessoal).



ligadas aos movimentos de esquerda e da universidade, ele utilizava a linguagem simples do seringueiro, através de relatos e entrevistas.

Assim as imagens estavam relacionadas também com as questões seringueiras, como a luta pela terra, a pobreza das periferias, a chegada da pecuária e as mudanças no modo de vida na floresta, a chegada dos costumes diferentes em relação à culinária, ao modo de se vestir, de falar, o jornal era ferino nas críticas e na defesa da “identidade acreana”.

Em seis números as capas tinham como elemento principal, ilustrações no lugar de fotografias, mas comum a jornais impressos, e eu acredito que o recurso era uma maneira de distanciar o *Varadouro* das grandes publicações do Sul e Sudeste e também daquelas locais que repetiam a fórmula.

A edição número 3, de agosto de 1977, traz um a xilogravura (figura 4) com um título em grandes letras ocupando a metade da página, ao lado três fotografias pequenas perdem força no conjunto, a gravura não é de fácil interpretação, ajudada pelo título “Terra: a briga pra ser dono” remete à figura de capangas com largos chapéus, talvez uma tocaia, uma emboscada como aconteceram algumas vezes. A falta de clareza da figura não tira em momento algum sua força, os veios da madeira dão um caráter orgânico, reafirmando sua localidade.

A própria cabeça do jornal (a logomarca, o título) indica que ele não se enquadrava na imprensa tradicional, fugindo das fontes limpas e claras, representadas pelas famílias de tipos *Times* e *Helvética*, o nome do jornal quanto seu slogan, *um jornal das selvas*, eram escritos à mão, em negativo como nos cordéis, mas sem a geometria comum aos impressos nordestinos, as letras são trêmulas, como se fossem escritas por alguém que não tivesse familiaridade com a escrita. Não posso pensar em outra coisa que não a referência aos seringueiros.

A fala direta é uma importante característica do *Varadouro*, de novo penso que isto lhe afasta da imprensa tradicional, melhor que isto, é outra maneira de não ser reconhecido como a imprensa tradicional e uma tentativa de construir uma identidade local para a comunicação.

Uma capa que dá uma dimensão do que estou falando é do número 7, de fevereiro de 1978 (Figura 5), nela se encontra uma mulher esquelética com uma criança em seu colo, seus olhares vagam distantes, desoladas, abaixo em aspas podemos ler: “nóis queria um governador que olhasse prá nossa miséria...”, acho que as aspas não são para eximir o jornal pelo uso da linguagem oral sem corrigir a ortografia – pois

Figura 4: Edição número 3.

Varadouro um jornal das selvas

ANO I - Nº 3 - RIO BRANCO - ACRE - AGOSTO/1977 - PREÇO 5,00

TERRA
A BRIGA
PRA
SER DONO

PÁGINAS 9, 10, 11 e 12

A UNIVERSIDADE
TEM QUE SER
ABERTA

A PROFESSORA
RURAL E SEUS
PROBLEMAS

PIVETES:
VAI UMA
ENGRAXADA?

São Paulo - Rio Cr\$ 10,00

usaram largamente a fala dos entrevistados sem intervenção dos editores ou revisores - mas para deixar claro de onde vinha o apelo, diretamente da imagem de desamparo que a fotografia deixa clara e que é reafirmada pela linguagem direta e simples dos “de baixo”.

Quando conclui seu texto apresentado como tese de doutorado em 1990, Ana Maria Mauad lembra das possibilidades da imagem, ao focar no caminho que entremeia os dois pólos da linha de significação, o caminho do olhar, um campo de possibilidades que o historiador pode avançar e tentar traduzir olhares alheios. O exercício aqui foi o de juntar quantas peças fossem possíveis para criar uma interpretação - do que bem lembra Mauad - não de uma realidade, mas uma entre tantas verdades, que cingisse as estratégias do periódico *Varadouro* para “inventar” um sujeito acreano, que fosse culturalmente e sociologicamente da floresta, um espelho invertido das mudanças que assolavam o estado e rompiam com as certezas históricas - a economia da borracha - de uma sociedade não preparada para a modernidade brasileira ditada por Brasília.

Fotos que poderiam estar no *Varadouro*

Eu tentei localizar o arquivo de fotografias do *Varadouro*, infelizmente as pessoas localizadas por mim que atuaram no jornal não tinham ideia de onde estaria, e antes de mim, seu editor (Elson Martins) já tinha tentado o mesmo sem sucesso. Mesmo assim, o seu arquivo pessoal diz muito sobre a utilização das imagens no periódico, atuando como fotógrafo para suas reportagens, ele faz parte de um tipo de jornalista que anda escasso em nossa época, aqueles que faziam jornalismo investigativo e estava sempre a posto em busca da notícia, o que implicava carregar constantemente sua máquina fotográfica e o gravador K7, o conjunto deveria pesar pelo menos dois quilos.

Contar constantemente com o fotógrafo nas reportagens, para um jornal alternativo e com poucos recursos, não era possível e assim os jornalistas acabavam por eles mesmos fazerem boa parte das fotos que ilustravam as matérias e portanto se torna interessante pesquisar, quando possível, os arquivos fotográficos particulares de jornalistas. Para minha pesquisa, o arquivo pessoal do editor do *Varadouro* supriu em parte a não localização do acervo do periódico e assim consegui juntar fontes para construir uma análise do uso de imagens nesta publicação.

As fotografias do acervo pessoal do jornalista Elson Martins

Figura 5: Edição número 7.



foram feitas em filme 35 mm, estão na sua maioria em negativos, muitos deles foram digitalizados pelo próprio Elson num aparelho digitalizador tipo *escâner*, HP 3800, que possibilita capturar diretamente do filme em negativo ou positivo. As imagens depois de digitalizadas foram arquivadas no disco rígido de seu computador pessoal, apesar dele saber da importância do acervo e ter vontade de que seja preservado por uma instituição especializada, seu acervo ainda depende de seus esforços para ser organizado e preservado.

O que me chamou a atenção foi o registro das pessoas (Figura 6), os retratos daqueles que eram envolvidos no movimento, porém, tornaram-se anônimos para a história na maioria das vezes. Retomando estas imagens, surgem na memória do jornalista dezenas de pessoas e, principalmente, suas personalidades, ou melhor, a representação que se constrói na memória de Elson Martins. Não procuro fazer uma biografia destas pessoas, o que eu tento construir é um quadro psicológico, a partir das representações destas imagens que vão surgindo no relato oral dele e possibilita que alguns indícios da construção discursiva do jornal venham à tona.

As características apontadas nestas pessoas, estes seringueiros e posseiros que surgem nas narrativas, estão alinhadas numa perspectiva em que apresentava a necessidade de constituir uma forma de enfrentamento, deveriam ser homens e mulheres preparados para a “guerra”. O que se desprende destas formações é a coragem, um ímpeto, que seria capaz inclusive de encarar as espingardas e revólveres dos jagunços. A violência do período dava o tom da resposta, acredito que podemos fazer uma analogia a partir do intertexto contido nas capas do *Varadouro*²⁶: o seringueiro não poderia ser o “manso”, tinha que voltar, agora num outro sentido, a ser o “brabo”²⁷.

Algumas fotos do *Varadouro* adquiriram uma certa autonomia, se descolaram do suporte e garantiram que um significado se acoplasse na sua própria forma, não necessitando mais de um texto suporte, se ressignificando no tempo e no espaço, como já demonstrei antes é o caso da fotografia da capa do *Varadouro*, edição 16 de 1979, inserida

26 Estas são palavras minhas, isto não era utilizado pela publicação em seus textos.

27 O nordestino que chegava no seringal sem ter ideia de como trabalhar com a borracha era chamado de “brabo” e depois que adquiria experiência de “manso”; estou usando estes termos no sentido que se dá fora do seringal a ele, onde a mansidão tem uma conotação de pouca virilidade e o contrário, pensando num caráter de violência está a postura do “brabo”.

Figura 6: Reunião com representantes do Governo (Foto de Elson Martins / Acervo pessoal).



numa série de outras publicações, ela deixa de ser uma foto que representa um evento, o Empate, para ser um signo do movimento, da força do movimento.

E talvez, a não publicação das fotografias do acervo do Elson nos possibilita justamente entrar nos quadros ainda em construção, fugindo das imagens que se tornaram simbólicas, percorrendo o caminho não pavimentado, o não-caminho, pois são as ausências destas fotos na publicação que podem ajudar a entender a construção da identidade seringueira. Exemplo disto é a fotografia em que aparecem posseiros que participaram do Empate de 1979 em Boca do Acre depois que expulsaram os jagunços, eles tomaram posse das galinhas do acampamento (Figura 7) para alimentar os participantes do mutirão, a mesma prática dos jagunços quando aterrorizavam as famílias dos posseiros.

As galinhas roubadas dos seringueiros e depois recuperadas têm uma forte simbologia, pois é sabido de sua importância nos seringais, além de ser uma criação que serve como poupança, pois quando precisam de um dinheiro extra rapidamente podem vendê-las rapidamente, tem a questão do seu uso pelas mulheres grávidas. É comum que as mulheres de resguardo se alimentem apenas de canjas de galinhas, geralmente depois de um nascimento um grupo de galinhas é separado apenas para a recente mãe.

Estas fotos podem “falar”, mesmo em sua forma estática teimam em sussurrar, bastando que façamos delas um quadro invertido, uma pintura em negativo, em que vamos introduzindo elementos que podem ter sido rejeitados no momento de composição da imagem/discurso. Estes novos quadros que surgem em nossa frente vão nos ajudando a perceber as escolhas, as seleções, como as empreendidas pela editoria do *Varadouro*, mais que isto, por um pensamento coletivo, que já tinha escolhido o seringueiro como categoria representativa contra os “de fora”. Afinal, era uma escolha pela identidade acreana que se pretendia construir.

Figura 7: Empate de Boca do Acre (Foto de Elson Martins / Acervo pessoal).



2.2 – Memórias da Floresta: o enquadramento da memória

Ao analisar o projeto *Memória: Movimentos Socioambientais do Acre – Fase II*, identifico-o como *Memória da Floresta*, pois a publicação com parte das entrevistas se chama assim e acabou por se tornar uma forma genérica de se referir ao projeto, tanto pelos participantes (os entrevistadores) quanto pelos técnicos do acervo da Biblioteca da Floresta (instituição que coordenou o projeto).

Optei por destacar mais do que o seu campo de ação a sua estrutura, ou seja, quem seriam as pessoas que pensaram e deram sua forma, quem seriam as pessoas que atuariam nas frentes, quem realizaria as entrevistas e como e onde elas seriam publicadas. Faço isto porque se tornará relevante, a quem estiver lendo esta pesquisa, que a escolha dos participantes desta empreitada recaia sobre pessoas que faziam parte do apoio intelectual nas ações do movimento seringueiro. O “movimento” foi em certa medida retomado para (re) apresentá-lo a um público alvo de estudantes e pesquisadores.

Isto pode demonstrar que há um processo de enquadramento da memória em curso, de uma memória vencedora, e um esforço para que a representação dos seringueiros continue coadunando com a identidade construída do acreano, sujeito forjado nos confrontos.

Pollak indica que há um reconhecimento da problemática da memória coletiva nos atuais trabalhos - além da ideia de seleção que Halbwachs insinua como um processo de “negociação” para conciliar memória coletiva com memória individual - anunciando uma inversão de perspectiva: “Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLAK, 1989. p. 2) Ou seja, interessando-se “pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias” (Idem.).

É, portanto, com esta perspectiva que eu observo a constituição deste projeto, a partir dos elementos que podem ser indiciários da constituição de discursos e da manutenção de discursos, portanto, também constituintes de memória e por conseguinte mantenedores da memória. Aliás este termo indiciário, caro a Carlo Ginzburg, representa

a minúcia que deve ser empreendida num trabalho que se preocupa em encontrar caminhos que estejam recobertos pela poeira da história oficial.

A metáfora da investigação policial é mostrada pelo historiador do campo da micro-história como uma ferramenta de muitos usos. Na história da arte por exemplo, Ginzburg descreve num artigo (1989) o que seriam as “raízes de um paradigma indiciário. Ele se refere aos escritos de um médico italiano Giovanni Morelli, direcionado aos diletantes das artes, que demonstrava como reconhecer a autoria de obras fugindo das características mais vistosas e examinando os pormenores, como o formato das unhas, ou seja, indícios - apesar do autor não usar este termo.

Marcos Vinicius Neves, historiador envolvido com políticas culturais, num texto sobre a formação do Acre, elenca uma série de conflitos que foram responsáveis por constituir a história acreana, ele aponta estas etapas como: a luta contra o meio, segundo o autor o povoamento da Amazônia “foi feito sob o signo da malignidade” (NEVES, 2003), os primeiros exploradores europeus já destacavam os problemas da umidade, dos insetos, febres e endemias, assim os retirantes que vinham para o Acre, desde o final do século XIX, eram aterrorizados pelas histórias da malária, do beribéri e das feridas brabas que nunca curavam; a luta com os outros, os outros são os bolivianos que foram enfrentados pelo “exército” de seringueiros comandados por Plácido de Castro na chamada “Revolução Acreana”, este é um momento muito celebrado hoje no estado, é orgulho local falar que o Acre brigou para ser brasileiro; a luta contra os mesmos, ele se refere ao movimento autonomista, após a anexação do Brasil das terras acreanas pelo Tratado de Petrópolis em 1903, o Amazonas achava justo que houvesse uma compensação pela alta soma investida por este governo na “Revolução” e a elite local imaginava que haveriam de ser tornar um estado “... os acreanos haviam arriscado não só terras e fortunas, como suas próprias vidas nas trincheiras e *Varadouros* da guerra contra os bolivianos

Esta interpretação do historiador é fruto de seus textos escritos a partir de 1994, quando ele começa a dedicar suas pesquisas à história acreana e a desenvolver sua perspectiva sobre a mesma. Apesar das críticas que recebe, a maioria delas se referem a uma construção de heróis e o uso deles para a propaganda governamental - Neves foi

Presidente do Patrimônio Público, órgão estadual e depois da Fundação de Cultura Garibaldi Brasil, da Prefeitura de Rio Branco, ambas administrações petistas -, não entro no mérito desta discussão, mas é interessante salientar que seus textos são sem dúvida as principais referências utilizadas pela imprensa, pelos governos em textos publicitários ou institucionais, e por muitos estudantes. Enfim, não é possível desprezar sua contribuição em nosso tempo para a construção e manutenção da “identidade acreana”.

Para mim, esta ideia de Neves sobre o caráter combativo do acreano serve para entender como foi construída a representação do seringal e do seringueiro, principalmente após a década de 1970, onde acho que este autor encontrou elementos para construir sua tese:

A partir desse assassinato, as coisas começaram a mudar de verdade. O Movimento Ambientalista havia tornado Chico Mendes uma figura pública conhecida e reconhecida em todo o mundo por sua luta em defesa da floresta e de seus povos. Sua morte criou uma enorme pressão sobre os organismos financeiros internacionais, que foram obrigados a rever critérios de investimento na Amazônia. Mais uma vez, os acreanos haviam sido obrigados a lutar até a morte para defender sua integridade, seus modos de vida tradicional, seu direito à cidadania e à autodeterminação. Isso aconteceu há apenas quinze anos. (NEVES, 2003. p. 20)

Estou demarcando esta década como início da construção do discurso seringueiro que eu utilizo neste trabalho, pois mesmo que houvesse alguma resistência desde a década de 1960 - minha interpretação é do seringueiro no período da “territorialidade seringueira”, que só é possível no momento em que os seringalistas abandonam os seringais após a II Guerra e quando começa a organização promovida pelas discussões das Comunidades Eclesiais de Base, pela formação dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais e ainda pelo espaço que ganhavam nos jornais locais, principalmente no *Varadouro*, assim podemos falar desta nova identidade seringueira.

O projeto do Governo do Estado do Acre, através da Biblioteca da Floresta, que produziu a publicação da revista chamada *Memória da Floresta* e o conjunto de noventa DVDs com as entrevistas é uma boa

fonte para procurarmos indícios da estrutura de manutenção do discurso e da memória seringueira.

A revista faz uma espécie de resumo das entrevistas, pois ordena as principais perguntas e extrai pedaços das falas para representar aspectos da cultura do seringal e dos conflitos nas décadas de 1970 e 1980. Esta forma resumida de todo o projeto acaba por revelar algumas expectativas das instituições que estão envolvidas e das pessoas que participaram como entrevistadores, pois acredito que tanto a direção da Biblioteca da floresta (ligada ao Governo do Acre) quanto o órgão de comunicação do próprio governo não se afastam de um “projeto” de memória que se constrói desde o primeiro governo petista - Jorge Viana em 1998 – na administração do estado.

Desde a campanha eleitoral de 1998 houve uma identificação com os movimentos sociais das décadas anteriores, a imagem da luta dos seringueiros era reinterpretada para a disputa entre o Partido dos Trabalhadores e os partidos de direita, o estado vivia uma série de problemas desde o governo de Orleir Cameli (Filiado ao PPR, governou de 1995 a 1999), com denúncias de corrupção e desmandos, e a sociedade assistia a uma onda de violência promovida por esquadrões da morte.

Dentro da proposta do projeto da revista está a memória de uma região que se tornou referência na luta pela preservação do meio ambiente, como podemos ver na sua apresentação da revista, ou seja, há um discurso a ser perpetuado:

Os movimentos socioambientais no Acre projetaram este pequeno Estado da Amazônia Ocidental Brasileira ao mundo, tornando-o referência na luta pela proteção do meio ambiente. O registro dessa história guarda uma relevância que não é somente local, mas de interesse mundial. Nesse sentido, os processos de demarcação das Terras Indígenas, a luta contra a expropriação promovida por fazendeiros vindos do sul do país e os Empates contra as derrubadas da floresta foram alvo de pesquisa e levantamento documental. Os homens e mulheres que viveram esse período, guardam em suas lembranças fatos e acontecimentos de uma memória coletiva que foi selecionada pela equipe do Projeto como fonte. (Memórias da Floresta, 2010)

Para analisar estas entrevistas temos primeiro que pensar na seleção dos entrevistados, apesar de ter como mérito a escolha de pessoas de todo o estado, quando geralmente se tem registro somente de seringueiros do Alto Acre, de Brasileia e Xapuri, mas ainda assim mantiveram muitas figuras já bastantes conhecidas, continuaram a figurar entre as referências um grupo de pessoas que não raramente podem ser vistas nas celebrações oficiais e em matérias nos jornais que celebram a memória de Chico Mendes.

Destas, tem-se uma repetição de falas encontradas em várias outras publicações, ou seja, aqui o discurso continua intacto. Como as falas de Dona Vicença (dona de um Restaurante em Xapuri), de Nilson Mendes (morador do seringal Cachoeira e primo de Chico Mendes) e Júlio Barbosa (ex-presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros). Não estou descartando a importância destes relatos, porém é interessante que alguns companheiros de Chico Mendes estejam no projeto e outros não, como o sindicalista Osmarino Amâncio que parece ser *persona non grata* porque apresenta posicionamentos políticos que por vezes destoam de seus companheiros de outrora.

O motivo, aparente, para não ter sido entrevistado pode ser que seja a postura de Osmarino, ele é hoje um ferrenho crítico do Governo do Acre e das ações nas Resex, como o manejo florestal, mas foi muito atuante no movimento e continua ativo hoje, portanto seria uma pessoa importante para ser entrevistada. A presidente do STR-Xapuri, Dercy Teles, tem nos últimos anos se tornado cada vez mais crítica a respeito do manejo florestal²⁸ defendido pelo governo acreano, ela foi entrevistada e publicada na revista (eu trato disto mais a frente) mas com uma edição na sua fala. Podemos inferir que vozes dissonantes não seriam o que pretendia os organizadores.

Selecionar trechos das entrevistas pode ser uma ferramenta para alinhar as falas de acordo com um interesse da edição, como já dito antes, acredito que este é um processo de enquadramento da memória, a manutenção de um discurso iniciado na década de 1970 e que foi reinterpretado e utilizado como publicidade institucional do Governo do Acre, não à toa que nos dois mandatos de Jorge Viana como governador do estado, lia-se abaixo da logomarca que identificava o governo a frase: Governo da Floresta.

28 O Manejo Florestal Madeireiro é uma proposta de retirada de espécies de forma sustentável, ou seja, com menor impacto possível, mas que é criticada por aqueles que entendem que a retirada de madeira se choca com as lutas históricas dos seringueiros.

A revista *Memória da Floresta* é organizada em duas seções, numa delas estão os temas que aparecem nas entrevistas, a primeira com o título *Movimentos socioambientais no Acre: A defesa dos modos de vida na floresta*, está subdividida nos seguintes temas: a nova fase de exploração dos seringueiros, Nascem as organizações dos trabalhadores da floresta, A visibilidade do movimento de seringueiros, O movimento indígena e a Aliança dos Povos da Floresta, A Reserva Extrativista: a reforma agrária dos seringueiros, Projeto Seringueiro – Cooperativa, educação e saúde e Socioambientalismo.

Na segunda seção, estão os depoimentos, divididos em: seringueiros do Vale do Acre, seringueiros do Vale do Juruá, indígenas, indigenistas e assessores e outros protagonistas. Apesar de ter como título depoimentos, o que se vê na verdade são resumos dos depoimentos editados em curtos parágrafos, onde de cada entrevistado é conhecido sua origem, algo da vida que levava no seringal, se utilizava fitoterápicos, sua atuação no movimento e que acha das conquistas políticas dos últimos anos.

A fala de Dercy Teles no DVD que contém sua entrevista, diferente da revista editada para o projeto, é bastante crítica quando perguntada sobre o que se fez com as ideias de Chico Mendes, com seu legado e sobre o manejo florestal. Na revista não é possível perceber esta postura, pois o texto não se refere às partes da fala mais dura da sindicalista, ficando mais focado na sua origem e trajetória no programa de educação chamado Projeto Seringueiro e terminando com um posicionamento ambíguo por parte de Dercy: “ Para Dercy, o produto hoje “mais valioso da zona rural é o boi”. Ela diz que recebe críticas quando toca no assunto, mas afirma: “Eu não defendo a pecuária, mas defendo a vida”.

Ela afirma que em Xapuri há exemplos de pessoas que estão criando gado em áreas pequenas de pasto, sem comprometer a floresta – “A gente sabe que é possível”. Mas a sindicalista fala da realidade do que acontece na maioria das áreas rurais, a pecuarização, e está inserindo isto numa crítica ao que ela chama de preservacionismo e também a alguns programas do governo, como a fábrica de camisinha (Natex) e ao manejo florestal madeireiro, que chama de “farsa”.

Nas entrevistas, disponíveis em DVDs para serem consultados na Biblioteca da Floresta, a situação é bem diferente da revista, pois não há cortes nas entrevistas, não há edição, podemos ter acesso a um material

bem interessante, pois as noventa mídias (quatro entrevistas estão divididas em duas partes e uma em três, cada uma em um DVD) têm 84 entrevistados (metade deles mulheres) com um panorama bem diversificado dos atores do movimento social nas décadas de 1970 e 1980.

O alcance das entrevistas nos DVDs sem dúvida será menor que a da publicação, pois a revista pode ser acessada de forma digital, e provavelmente será uma fonte mais acessada por estudantes e outros interessados, provavelmente a análise das entrevistas deverá ficar a cargo daqueles que se proponham a pesquisar as várias horas de vídeo.

Um discurso em questão

Estas circulações do discurso seringueiros, foram muito importantes para que ele se mantivesse com sua força original com o passar dos anos, pois há uma atualização do discurso, ele se volta para questões que não eram a temática nas décadas de 1970 e 1980, algumas vezes a tentativa de querer aproximar o movimento seringueiro dos problemas atuais, os colocando num campo de interesse de grupos, tornam-se anacrônicas.

A discussão que nos atemos no capítulo terceiro, é de como este discurso é criado, como ele funde a necessidade dos seringueiros e posseiros ao desejo de outras categorias e grupos que os elegem como representantes ideais de uma identidade local. Voltar ao passado, às memórias, é fundamental para entendermos o cerne das questões discutidas atualmente em torno das políticas locais para o desenvolvimento.

CAPÍTULO III – Criação de um discurso: do seringueiro à acreanidade

3.1 - Algumas questões para o uso da História Oral com seringueiros

Achei relevante discutir algumas questões observadas na pesquisa de campo com seringueiros utilizando como metodologia a História Oral, detendo-me principalmente na utilização de alguns termos que parecem estar fixados nas falas dos seringueiros e na construção dos discursos e representações.

Minhas preocupações, no momento que comecei a procurar bibliografia para o trabalho com seringueiros da região de Boca do Acre a partir de entrevistas e publicações sobre os conflitos ocorridos entre as décadas de 1970 e 1980, estavam os termos que se mantêm nos discursos das populações que moram na floresta, como a ideia do “tempo do cativo”²⁹ e a expressão “patrão”³⁰, utilizados para exemplificar a exploração e opressão aos trabalhadores da floresta.

Termos recorrentes que acredito merecer um olhar mais atento para seus usos como estratégia de construção de uma identidade do movimento social no período do conflito e na apropriação deste discurso para usos políticos e ideológicos nos dias de hoje. Em uma pesquisa com seringueiros isto deve ser levado em conta, pois há uma escrita da história do movimento social acreano que hegemoniza os discursos e é amplamente difundida e celebrada. Acredito que o trabalho historiográfico deve desconstruir o que está cristalizado, abrindo espaço para (re) interpretações, inclusive de memórias que são celebradas e outras que algumas pessoas parecem querer esquecer.

O que me chamou a atenção tão logo iniciei as leituras para

29 Este termo se tornou, em certa medida, bastante utilizado em textos publicados nos jornais acreanos e em publicações produzidas pelos governos locais, principalmente por ser fazer parte de uma interpretação da história acreana que se tornou uma referência local importante nos últimos anos. O tempo do cativo se refere a época em que os seringueiros tinham uma relação de contrato com os donos do seringal que lhes restringia qualquer tipo de outra renda que não fosse a lida da borracha.

30 Os donos dos Seringais eram chamados de patrão, termo que ganhou uma conotação negativa através da construção de um discurso do movimento seringueiro.

pensar nos caminhos da pesquisa, e lembrando de minha experiência com comunidades da floresta, foi que alguns termos se repetiam nas memórias dos seringueiros - e até aí tudo bem - mas também eram reproduzidos no tempo e no espaço por aqueles que não tinham vivido as experiências nem viviam um contexto semelhante aos das décadas mencionadas, que foi um período de intensos conflitos para que os seringueiros se mantivessem em suas colocações e que não houvesse a derrubada da floresta para formação de pastagens.

Assim, foi necessário rever algumas destas falas sob um outro olhar, desviar a atenção da memória sobre os fatos e tentar encontrar os traços que nos levam a construção das representações, desde a necessidade de uma identidade do seringueiro que contrastasse com o legado romântico da visão que Euclides da Cunha³¹ fez do seringueiro à necessidade de criar uma imagem única do “inimigo”, sintetizada no uso do termo “paulista”.

Para além de uma necessidade gerada pelo conflito, num momento que foi necessária uma organização dos seringueiros e posseiros para que não fossem expulsos das terras que ocupavam, devemos atentar para uma questão dos usos políticos da memória, percebido através dos lugares da memória – pensando aqui no que Pierre Nora (1993) fala sobre a tentativa de fixar um estado de coisas -, nas medalhas comemorativas, nos prêmios e praças em que se inscreve um passado idealizado em nosso presente.

Estas estratégias têm dado frutos desde muito tempo, seja para perpetuar, seja para promover o esquecimento. Não à toa que o nome do sindicalista assassinado no Acre, Chico Mendes, é evocado em qualquer oportunidade, tanto pelos governantes quanto por seus opositores, para falar da identidade acreana. Chico Mendes foi morto no ano de 1988, na cidade de Xapuri, ele era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e junto de seus companheiros lutava pela defesa das áreas que se tornariam pasto depois da derrubada das árvores nativas, inclusive seringueiras e castanheiras que eram tão importantes para as comunidades por serem as principais fontes de renda para o extrativismo.

Os mandantes de seu assassinato foram os fazendeiros Darcy e Darly Alves Ferreira, pai e filho que cultivavam uma antipatia ao

31 O escritor deixou uma coletânea de textos que representava o seringueiro como um pobre coitado entregue a própria sorte na hostil floresta amazônica.

movimento dos seringueiros, e achavam que matando uma liderança conseguiriam acabar com os Empates e manifestações promovidos pelos sindicatos rurais. O tiro saiu pela culatra, a revolta dos seringueiros foi grande e o nome de Chico Mendes rapidamente se transformou numa bandeira para o movimento social e mais tarde num ícone ambientalista em todo o mundo, uma imagem forte que não poderia ser desperdiçada no calor dos conflitos e muito menos pelos grupos políticos que saíram deste movimento para se tornar uma grande força política nas principais cidades acreanas, inclusive porque alguns políticos saídos do movimento alcançaram forte expressão, como a senadora e ex-ministra Marina Silva que não raramente tem seu nome associado ao do sindicalista assassinado há mais de duas décadas.

A partir dos depoimentos de seringueiros, homens e mulheres, coletados por vários entrevistadores³² e publicadas por uma iniciativa da Biblioteca da Floresta em 2010 no projeto Memórias da Floresta³³ e também em entrevistas publicadas no periódico *Varadouro* durante o período de 1977 a 1981, quando circulou de forma não muito regular, procurei encontrar indícios para a discussão a respeito das falas e o que está atrás do sentido comum que elas denotam.

Por exemplo, na fala contida na revista Memórias da Floresta de um dos fundadores do STR em Brasileia (Acre), Francisco Alves Pereira, o Chicão, nela podemos encontrar a figura do patrão como responsável pela violência nos seringais e na sua ausência o sentimento de uma melhoria de vida: “A gente vivia nas rédeas do patrão. Não podia tirar borracha pra vender fora porque se o patrão soubesse, mandava buscar o seringueiro, e ele apanhava, ia preso” (Chicão, 2010, p. 14), depois o mesmo comenta a respeito do ensino, que ele diz também que era proibido: “Meu pai pagou um homem de Brasileia pra dar aula pra nós e todo mundo conseguiu assinar o nome. Isso foi muito importante, porque o filho dos outros, ninguém sabia, entendeu?” (Idem). Num outro momento ele fala do tempo sem o patrão: “Pra começar, a terra saiu da mão do patrão e passou pra mão do seringueiro; depois foi uma forma de nós se organizar; todo mundo que não tinha documento, fez documento e os filhos passaram a estudar” (Chicão, 2010, p. 15).

Outro seringueiro, Francisco Pacheco da Silva, nascido em Sena

32 Tereza Almeida Cruz, Maria Rodrigues da Silva, Elson Martins da Silveira, Valéria Pereira da Silva, Marcos Fábio Freyre Montysuma, Carlos Edegard de Deus e Fernanda Muniz

33 Disponível em: <http://www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br>

Madureira em 1930, conta a relação comercial imposta pelo patrão: “Nós não tinha direito a botar preço num bolão de sernambi³⁴, num bolão de borracha, num bolão de couro de veado, de porquinho, de queixada, de nada! Tudo era do patrão” (Francisco Pacheco da Silva, 2010, p. 28).

O nordestino Luis Targino chegou na Amazônia em 1953 com 19 anos e com o sonho de ganhar dinheiro com a borracha, antes de trabalhar nos seringais acreanos passou cinco anos em terras bolivianas na lida da borracha, depois desta temporada foi trabalhar no seringal cachoeira. Em sua visão interpretativa lembra de um patrão *bom e honesto*. Assim ele relata o período em que trabalhou com o referido patrão “lá eu trabalhei 27 anos. o patrão era um turco, era um dos melhores patrões que tinha aqui, pagava o saldo dos seringueiros direitinho” (Luis Targino, 2010, p. 47).

Apesar deste relato, a grande maioria das falas será no sentido de associar o termo patrão à desonestidade nos pagamentos e à violência. Mesmo que após o fim da II Guerra Mundial tenha caído o preço da borracha e os seringalistas terem abandonado os seringais, ficando os seringueiros com mais liberdade de comercialização, inclusive eles começaram a negociar com mascates e regatões

Carlos Walter Porto Gonçalves (2003) chama este momento de “territorialidade seringueira”, que se impunha na região e distanciava a relação dos patrões com aqueles que ficaram nas colocações. A situação de conflito começaria a partir da década de 1970, no momento que os seringalistas vendiam suas terras para fazendeiros que as queriam para a criação de gado sem se importar que naquelas florestas morassem um grande número de famílias.

E para quem ficou o jeito foi se organizar para se manter nas terras, assim iniciaria a construção de uma identidade seringueira que os uniam e ao mesmo tempo a identificação do inimigo comum, os novos donos da terra, os “paulistas” relacionados com a imagem negativa dos patrões. Aliás seria uma estratégia interessante para o movimento ter uma referência para construir a imagem do “invasor”, o termo patrão então ressurge como uma sombra no passado dos seringais e que não poderia mais ser repetida pelos fazendeiros. Acredito que a representação que surge quando os depoentes usam o termo patrão se confunde com a violência ocorrida entre as décadas de 1970 e 1980 nas

34 O sernambi é o leite que, na hora do corte, escorre e cai no chão. Depois de coalhado, é usado na fabricação de uma borracha de menor qualidade, não defumada.

expulsões e confrontos entre os seringueiros e fazendeiros, pois a memória não respeita as linhas temporais e espaciais de um espectador de fora do grupo.

Assim como Halbwachs (1990) observa, diferente da história, na memória não há linhas demarcadas e sim pontos de ancoragem que ligam os eventos dando uma ilusão de continuidade, pensamos que no caso dos seringueiros a violência ocorrida na relação com os patrões, principalmente no início do século XX se imbrica com a atitude violenta dos capangas que os expulsavam das terras na década de 1970 e 1980. Portanto, mesmo que estejam falando de patrões, pode ser que estejam se referindo a um tempo de violência que não foi o tempo da relação dos seringueiros com os seringalistas, pois apesar da notória falta de precisão nos cálculos das dívidas dos trabalhadores com os barracões e nas pesagens da pelas de borracha, tinham uma convivência com seus empregados no espaço do seringal.

Havia por exemplo, nas sedes dos seringais, festas e comemorações (MARCHESE, 2005) compartilhadas por patrões e empregados, como também havia outra situação que se opõe à fixidez dos papéis, alguns donos de seringais após a década de 1940 eram ex-seringueiros que conseguiam comprar ou arrendar as terras e viviam muito mais de pequenas produções agrícolas que dos produtos do extrativismo. Além disto, nesta época não havia mais colocação que não tivesse uma criação de animais de pequeno porte ou que não cultivasse uma roça. Diferente do início do século, quando os contratos leoninos impediam qualquer criação ou plantação para não haver outro trabalho que não fosse o da coleta do látex e a violência contra os seringueiros era muito grande. Não tenho dúvidas que no fim do século XIX a lei do seringal era sem dúvida o seringalista e a bala.

Os seringueiros quando falam de suas memórias estão apoiados uns nos outros, numa coletividade de significados, uma coesão que dá sentido ao discurso evocado em meio à suas próprias vivências, e como diz Halbwachs: “... se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo” (HALBWACHS, 1990: 51).

Portanto não é de se estranhar que na mobilização da década de 1970 e 1980 um discurso tenha se forjado e marcado a vida de muitas pessoas, assim como a de seus familiares e amigos que ouviam seus

relatos. E mesmo que muitos seringueiros tenham migrado para as cidades, suas memórias, inclusive a de seus filhos, estará impregnada dos discursos preponderantes na época dos conflitos com os fazendeiros.

A tradição oral das populações amazônicas – principalmente pelos poucos meios artificiais de comunicação possíveis nas comunidades da floresta – provavelmente se estendeu para os centros urbanos em seus deslocamentos, carregando os lugares da memória evocados quando se tratam de memórias de seringueiros, ou seja, a colocação, a lida da seringa, enfim o ambiente da floresta, que os levam, provavelmente, a terem um sentimento em comum com os seringueiros que se organizaram para permanecer, mesmo os que não foram vítimas das expulsões das colocações mas que defrontaram com a urbanidade, o choque com a cidade os mantiveram como um grupo que se reconhece como gente da floresta, com uma identidade da floresta.

O uso da História Oral com seringueiros pode inserir uma categoria subterrânea na narrativa histórica a partir de sua própria perspectiva. Assim, como observou Pollak (1989), o olhar para estes atores e para os processos constituintes da memória coletiva da categoria poderá resultar numa contraposição à memória oficial, já que esta não costuma incluir as memórias de minorias e das camadas populares. Mesmo que utilizando a ideia de memória coletiva, aqui a ideia de Halbwachs sobre a constituição da memória nacional deve ser ultrapassada, pois não há uma memória, mas muitas memórias que constituem identidades diversas num mesmo espaço. Espaço heterogêneo portanto.

O que proponho ao coletar uma série de depoimentos é verificar como foi construída a representação do patrão-fazendeiro-paulista, construção da diferença, a negação do “outro”. E como foi construída uma identidade seringueira para o conflito, uma outra identidade que não aquela do seringueiro coitado e sofrendo a opressão da floresta hostil - como descrito por Euclides da Cunha (2003) -, pois esta não se adequaria para o enfrentamento, para tal era necessário falar do sertanejo forte³⁵ que percorria os *Varadouros* destemido e que tinha aprendido a conviver com a floresta, ou melhor, a floresta era para ele agora sua morada e seu modo de vida.

Os relatos contidos no jornal *Varadouro*, podem dar uma ideia

35 Não entrarei na discussão de Durval Muniz de Albuquerque Junior sobre uma invenção do Nordeste e do sertanejo, porém acho que caberia relacionar esta ideia com o discurso seringueiro.

deste processo deste aproveitamento do simbolismo negativo do patrão para os fazendeiros. Este periódico foi um forte apoiador do movimento seringueiro das décadas de 1970 e 1980, e também ajudou a construir o discurso de enfrentamento, com jovens intelectuais engajados – além de jornalista contava em seus quadros professores e alunos da universidade, artistas e pessoas ligadas a grupos de esquerda – que pretendiam falar uma linguagem que os diferenciavam do jornalismo tradicional local e principalmente da cultura externa, estou falando do que estava acontecendo no sul e sudeste do país, ao contrário valorizando os traços da localidade, identificada principalmente na figura do seringueiro.

O Seringueiro Raimundo Barbosa da Silva, morador à época, 1977, no seringal Nova Empresa, demonstra em sua fala a relação do local com o exterior: “Eu sou filho daqui da terra, neste lugar que Deus criou e como, com que direitos os outros que são de fora vêm me tirar de minha terra? Como me responde o senhor que é estudado? O dr. João Bernadino, que é chefe de secretaria, ele é “paulista”. Que direito me diga?” (Raimundo Barbosa da Silva, 1977).

Neste momento, o seringueiro falava do documento que autorizava a expulsão dos posseiros, na reportagem havia falas de um capataz que 10 dias após a entrevista seria morto junto com mais dois empregados, deixando a polícia da capital do Acre, Rio Branco, em polvorosa, tendo na época prendido 5 posseiros acusados de participarem do crime.

No mesmo periódico, na edição 17, podemos ler um artigo que começa com a descrição da relação de trabalho nos tempos da borracha: “Nos velhos e terríveis tempos da borracha, o 'barracão' era a 'alma do negócio' da empresa seringalista. Através dele é que o **patrão**³⁶ estabelecia sobre o seringueiro a escravidão da dívida” (*Varadouro*, 1979).

Eles estavam se referindo aos acertos entre os trabalhadores que vendiam a borracha coletada para o seringalista mas tinham que pagar pelos gêneros alimentícios que tinham comprado no barracão, utilizando uma conta que sempre era maior que os ganhos, além de serem em muitos casos desonestas, aproveitando a condição da maioria dos seringueiros que eram analfabetos. Voltar ao patrão que escravizava não era em vão, o artigo criticava a ação da Sudhevea³⁷ que iniciava um

36 Grifo meu.

37 A Sudhevea é uma estrutura do Governo Federal de incentivo a produção da borracha. Entre os projetos dela estavam o Probor e o Projeto Seringueiro, o primeiro de

plano para reativar a produção de seringais nativos e de cultivo, mas que reatualizava a relação patrão seringalista e o seringueiro.

Num momento de conflitos e expulsões, era interessante deixar bem claro que dentro da ideia de uma territorialidade seringueira não caberia mais o patrão e nem o “paulista”, ambos num mesmo campo, e no outro lado os autênticos merecedores de estar na terra: os seringueiros. Após a expulsão por seringueiros de um grupo que derrubava uma área do seringal Nazaré, município de Xapuri, em março de 1980, os seringueiros chamados João, Melquiades e Raimundo, eles deram um depoimento que foi publicado no número 19 do *Varadouro*. Destacamos uma das falas que demonstra como fica cada vez mais entronizado nos discursos a relação patrão-fazendeiro.

Ao utilizar a ideia de uma nova escravidão: “... a mesma coisa é o seringueiro, o acreano que pega sua posse e vende. O que acontece? Ele fica sem a sua sobrevivência e se escraviza. Às vezes, vai ser escravo do fazendeiro pra quem vendeu a terra” (Raimundo, 1980).

Se nas falas dos serigueiros podemos perceber a reafirmação da imagem do patrão-fazendeiro, também é possível analisar o suporte destas falas, ou seja, as publicações que trazem estas falas, portanto vou me deter na revista “Memórias da Floresta”, pois esta, diferente do periódico *Varadouro*, que, nas décadas de 1970 e 1980, foi claramente um apoiador do movimento seringueiro, que inclusive acredito ser um meio de construção dos discursos que aglutinavam e informavam os trabalhadores da floresta, esta revista é uma publicação de responsabilidade de uma estrutura do governo estadual, a Biblioteca da Floresta, e pretende ter um caráter de registro de memórias, direcionado a estudos e pesquisas, dada a proposta da própria biblioteca, inaugurada em 2007 na cidade de Rio Branco, no Acre, onde mantém um acervo dedicado a temáticas socioambientais e que em suas exposições e publicações seguem também esta linha.

Portanto é interessante perceber que as ideias constituídas, assim acredito eu, no ambiente dos conflitos iniciados na década de 1970, ressurgem num outro contexto, pois a pecuária é hoje uma parte importante da economia no estado, e como não poderia ser diferente, o Governo Estadual mantém uma política de incentivo desta prática. Governo constituído por um grupo político que se apropriou do discurso

comercialização da borracha e o segundo de atendimento médico itinerante, ambos de pouca efetividade.

do movimento seringueiro e que há 30 anos rechaçava a ideia de gado no Acre³⁸.

Voltando à revista “Memórias da Floresta”, eu pincei alguns trechos que podem colaborar com a discussão aqui proposta. Quando a revista fala do seringueiro ela engendra um discurso cheio de anacronismo, enxertando uma perspectiva ambiental e ideológica, inclusive à citação de Euclides da Cunha:

Este novo grupo social, os seringueiros, teve que se adaptar ao novo ambiente. Aprenderam com os povos indígenas as “manhas” e os segredos da floresta, **utilizando os recursos naturais de forma sustentável**. Nesse contexto, o sistema de aviação estabeleceu uma relação de exploração do trabalho no seringal, onde o homem “trabalhava para **escravizar-se**”³⁹, nos dizeres de Euclides de Cunha. (Memórias da Floresta

Logo depois de utilizar a ideia de indivíduos que tinham uma relação harmoniosa com a natureza, que se aproxima da imagem de ambientalista que foi dada a Chico Mendes depois de seu assassinato, eles utilizarão a visão do escritor a respeito da situação precária dos trabalhadores, mostrando que os discursos podem se fundir mesmo que em temporalidades diferentes. Isto numa publicação que se distancia algumas décadas do momento em que era necessário destacar nas falas alguns termos fortes. Isto indica além do sucesso da estratégia do movimento em reafirmar e se reapropriar de termos para a finalidade de ter um único discurso afinado, também que não há uma revisão histórica crítica a respeito desta construção discursiva.

A publicação, ao descrever o início da organização sindical, vai novamente utilizar termos genéricos para descrever quem estava em campo oposto ao seringueiro: “Logo, brotaram várias Delegacias Sindicais pelos seringais e rios acreanos, enfrentando os patrões e os novos “donos das terras” (Memórias da Floresta, p. 10). Apesar da generalização e de falar da época dos patrões para marcar o tempo de

38 Para saber mais sobre a pecuarização da região, procurar em GOMES, Carlos Valério. Cattle Ranching Expansion Among Rubber Tapper Communities in the Chico Mendes Extractive Reserve in the Southwestern Brazilian Amazonia – Exploratory Report. WWF, Nov. 2004.

39 Grifo meu.

sofrimento, na própria publicação, podemos notar que as histórias de vida narradas falam de conflitos mas também de uma vida saudosa, memórias de caçadas, criações e pequenos roçados, além da vida social que tinham no seringal de “outrora”, especialmente nas mulheres, que aparecem como pouco atuantes nos sindicatos rurais à época dos conflitos e mais dedicadas ao ambiente doméstico, pelo menos nesta publicação em que as falas selecionadas convergem para tal.

Destacarei aqui trechos que demonstram ter muito mais na história dos seringueiros que o discurso do enfrentamento, inclusive não aparece na publicação as falas discordantes, daqueles que não quiseram o enfrentamento, dos que aceitaram vender suas colocações ou se transferirem – este é um tema interessante, já que as periferias das cidades acreanas, na sua maioria, foram formadas por ex-seringueiros, porém o assunto não caberá nesta discussão -, ou mesmo dos seringalistas que mantiveram as áreas produtivas.

Anália Damasceno, com 80 anos à época do depoimento, casou-se pela primeira vez aos 15 anos, casamento que durou 8 anos, já com o segundo marido viveu 57 anos e criou 15 filhos. Do tempo de menina ela lembra da vida familiar sem as responsabilidades de esposa: “Cortei seringa, catei castanha, cacei. Matava mais veados que os homens” (Anália, 2010. p. 21). E depois de casada a lida doméstica num seringal: “Cuidava do menino, pilava arroz, lavava roupa, pisava café e torrava, cuidava de porco e galinha” (Idem), nada muito diferente da vida de uma mulher no campo, a não ser porque dona Anália era parteira: “Peguei uns 40 meninos ou mais” (Idem).

A fala só assume um tom mais tenso quando ela fala das expulsões na época dos fazendeiros: “Um dia ele chegou lá em casa e, quando vi ele vindo, peguei uma espingarda e botei bem no cantinho da casa, com um cartucho, né?” (Anália, 2010.) e justifica “Ele era acostumado a chegar e botar o pessoal pra fora, arrastava que nem animal” (Idem). Ela morava no seringal Carmen onde ocorreu o primeiro Empate e apesar da postura corajosa ela contou que enquanto o marido reunia cerca de 40 homens para o evento, ela ficou com outras duas mulheres em casa, cozinhando, rezando e cuidando das crianças.

Outra memória que a leva a pensar que sobre a vida nos seringais é da senhora Albertina de Souza, com 57 anos quando deu o depoimento. Ela nasceu no seringal Boa Vista, município de Xapuri, e aos 7 anos mudou-se para o seringal Nazaré, vivendo lá até 2009 quando

foi viver na cidade, no bairro Sibéria. Sobre a adaptação à vida urbana ela diz: “Não é muito bom não, muita quentura. Por mim eu tava é na mata” (Albertina de Souza, 2010. p. 39). E lembra que ainda no seringal teve que caçar quando seu marido se ausentou: “Quando meu marido foi se tratar em Goiânia, tive que caçar porque não tinha dinheiro pra comprar carne. Aí fui aprendendo, fui perdendo o medo” (Idem).

As festas dos santos de junho no seringal animavam a vida por aquelas bandas, assim disse Josefa Ferreira de Moraes, 65 anos, tendo passado a infância e boa parte da vida adulta na floresta, ela tem na memória estes momentos: “Era um forrozeiro, dançava até de manhã. Tinha muita gente, muita comida. Festa no seringal era ótima 45-46). E ela também lembra da fartura do seringal: “Tem tanta coisa do mato que dá pra gente comer! Muita fruta que a gente pensa que é braba, mas não é. Tem cacau, ingá, abiu, pupunha, açaí, patoá, bacaba, tudo isso é bom e tá dentro do mato (Josefa, 2010).

Como podemos observar nas falas das mulheres, há uma memória saudosa dos tempos do seringal antes dos conflitos. Parece que estas mulheres dão muita importância a vivência que tiveram naquele lugar, enquanto os homens entrevistados na publicação rememoravam com maior ênfase o momento dos conflitos, o momento da sua atuação política e social.

Estas falas aqui coletadas nos mostram que é necessário atentar para a construção dos discursos e para além deles próprios. Pois, entender como os processos, as disputas e consensos estabelecem sentidos às palavras, faz com que não nos surpreendamos quando os conceitos se tornam pétreos em alguns casos e em outros se mostram voláteis aos seringueiros que vivem numa outra realidade produtiva e envolvidos em outras questões, mas continuam se referindo a algo como se fizesse parte de sua rotina.

Uma “identidade inventada” pode encobrir motivações e desejos das pessoas, aliás, o conceito de invenção que Durval Muniz (1999) utiliza é bastante apropriado para esta discussão, pois entende que os sujeitos históricos são criados pela história, assim como criam a história também. Portanto, está “cobertura” pode reconstruir a memória de uma forma que não consigamos acessar informações interessantes da trajetória dos entrevistados, que não se referem ao discurso coletivo. Para além de compreender esta questão - e discuti-la à luz das teorias sobre memória -, entender a construção dos discursos possibilita

perceber os rastros de uma história encoberta, ou pouco contada, que é rica justamente por dar outra perspectiva sobre o que está posto como uma história oficial. Se é que podemos chamar assim, pois mesmo que esta não esteja necessariamente escrita, ela está inscrita nas falas e nas memórias, tornando-se trabalhoso, porém fértil, o campo para pesquisa com seringueiros, se os pesquisadores estiverem interessados em cavar mais a fundo.

Mesmo nos discursos que foram num passado de clara oposição ao *establishment*, onde pode se deduzir ser uma fala não oficial, mesmo nesta condição devemos problematizá-los, pois os desdobramentos destes últimos trinta anos levou estes discursos a poderes constituídos, portanto, sujeitos a se tornarem pasteurizados, a perderem o sentido que mobilizava os seringueiros.

3.2 – A casa do seringueiro é a floresta

Falar do seringal, ou melhor, do espaço na floresta onde os seringueiros desenvolveram uma cultura da floresta é o mesmo que falar do modo de vida do seringueiro, o espaço é algo indissociável desta categoria. E não só pela extração do látex, o seringueiro há muito que se tornou mais que um operário da borracha, acredito mesmo que nunca o foi, Bárbara Weinstein (1983) numa contracorrente daqueles que acreditam que os interesses internacionais e as determinações econômicas foram responsáveis pelo *boom* e pela decadência da borracha, diz que o seringueiro tinha uma forte resistência ao processo de arregimentação e racionalização do trabalho, as casas aviadoras locais tinham uma resistência à influência estrangeira e ainda muito antes do chamado *boom* da borracha este produto já dominava o comércio regional.

Já havia grupos que condenavam a extração do látex como atividade única, ou seja, uma série de fatores demonstra que a empresa seringalista envolvia uma complexa rede que a fazia funcionar, quanto também a limitava.

O seringueiro tinha uma condição *sui generis* como trabalhador, principalmente relativo a sua autonomia, algo que vai se tornar cada vez mais patente durante a trajetória dos seringais e quando a territorialidade

seringalista cede espaço para uma territorialidade seringueira⁴⁰. A autonomia em relação a sua produção é no início dos seringais mais difícil por causa de uma série de imposições, mas com o tempo há o afrouxamento das regras, o que vai levar estes trabalhadores a diversificar seus interesses, a voltar seu interesse à coleta da castanha, aos roçados e criações e, à caça.

Enfim, a floresta propicia uma série de estratégias de sobrevivência, estratégias que surgem pelo contato com indígenas e com a própria vivência na floresta. O seringueiro a partir da década de 1920 gradativamente vai se descolando da empresa seringalista.

Estou pensando numa perspectiva do seringal como espaço e não somente como paisagem, tenho que fazer esta distinção porque a partir da interação do homem neste ambiente, a floresta se torna um tema central da cultura do seringueiro. E se o espaço modificou o homem este também transformou a floresta. Segundo Milton Santos (2006), a rigor, a paisagem é aquilo que se enxerga no horizonte, uma configuração geográfica enquanto o espaço é valorado de acordo com a função que cada sociedade dá a ele, portanto o espaço é a sociedade. Para exemplificar ele diz:

Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico. A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente. (SANTOS, 2006. p. 67)

Portanto esta ideia de espaço norteia minha pesquisa. Contudo, estou preocupado ao fazer tal distinção em não cair na crítica, que acho extremamente pertinente, de Bruno Latour (2004) sobre um “essencialismo das representações” – palavras minhas -, que não acredita na natureza fora da representação da natureza, fora das impressões que os humanos fazem dela. Ele propõe romper com esta

40 Ver mais sobre o assunto em: GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografando nos *Varadouros* do Mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista). Brasília. Ibama, 2003.

visão quando discute uma ecologia política onde estejam presentes de um lado as categorias do entendimento humano e de outro, “a” natureza, sendo assim, nesta discussão, necessária outra forma para “representar” - num outro contexto que não o citado anteriormente - as associações de humanos e não-humanos, aonde se unificam e aonde se separam, para pensar num futuro mundo comum.

A distinção entre “natureza” e “artefato” feita por Donald Worster reforça a ideia que a natureza não pode estar circunscrita a representação que fazemos dela: “Não obstante, vale a pena conservar essa distinção, pois ela nos lembra que há forças diferentes operando no mundo e que nem todas elas nascem dos humanos; algumas delas são espontâneas e autogeradas” (WORSTER, 1991. p. 201).

Era necessário fazer estas ressalvas, pois o que pretendo é falar do seringueiro para além de sua categoria social, para além do trabalho, numa esfera em que as modificações no espaço natural e no espaço social são responsáveis por desarticular e (re) articular sua identidade, onde esta noção de sujeito coube muito bem a diversos discursos externos: tanto às propostas desenvolvimentistas como à corrente ambientalista. Interesse de polos distintos que reconhecem na identidade seringueira um signo da floresta.

Acredito que o seringueiro seja uma alternativa para figurar nos discursos daqueles que defendem um desmatamento zero e também daqueles que advogam usar os recursos da natureza racionalmente porque eles dialogam muito bem com o exterior, com a sociedade urbana. O manejo sustentável da floresta sintetiza esta ideia, não é à toa que os seringueiros são uma espécie de “vedetes” destas iniciativas em algumas reservas extrativistas acreanas – antigos seringais – que participam de programas de manejo florestal comunitário, propagandeado como uma alternativa de desenvolvimento regional.

Não penso numa mudança dos valores dos seringueiros a respeito da floresta depois dos períodos dos conflitos, quando começam a se estruturar as Resex em fins da década de 1980, pois imagino que os seringueiros tiveram um dia uma relação de preservação da floresta que não fosse para sua própria manutenção neste ambiente, preservação de seu modo de vida.

Acredito mesmo que a relação nunca foi nos termos dos discursos dos ecologistas. Portanto, pretendo retirar na medida do possível das

falas de seringueiros⁴¹ uma ideia de seu sentimento a respeito da floresta, procuro imagens que escoem das margens da memória, do cotidiano simples que podem revelar as tramas de uma sociedade complexa da floresta.

Alistair Thomson (2002) ao falar da importância do testemunho pessoal - nos estudos da migração – lembra que estes revelam além do padrão do evento ocorrido, o sentimento das pessoas sobre a migração. Acredito que o mesmo ocorra quando utilizamos a História Oral com os seringueiros, suas falas podem nos levar para além dos conflitos com os padrões ou com os fazendeiros. E isto pode encetar novos diálogos a respeito dos seringueiros a partir de questões que não são propostas pelos discursos já estabelecidos sobre a categoria.

Quando falo de mudança de valores estou me reportando, por exemplo, à crescente pecuarização das reservas extrativistas⁴², fato impensável quando elas foram esboçadas nas reuniões do movimento seringueiro, na época acreditava ser esta uma alternativa de reforma agrária para a Amazônia baseada num forte componente: uma vocação do seringueiro para o extrativismo.

Um episódio é emblemático para entender a questão dos valores creditados aos seringueiros: em abril de 2012 uma notícia veiculada numa revista eletrônica, *Terra Magazine*⁴³, ilustrou com muita clareza a distinção que se deve fazer entre a representação criada pelo discurso ambientalista sobre o seringueiro e a subjetividade, que pode também ser coletiva, ou seja, também enuncia significados e identidade.

Esta coletividade que eu acredito ser possível de ser percebida e analisada através das singularidades, deve ser entendida pela proposição de Félix Guatarri ao pensar a subjetividade: “Com efeito, o termo “coletivo” deve ser entendido aqui no sentido de uma multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao *socius*, assim como alguém da pessoa, junto a intensidades pré-verbais, derivando de uma lógica dos afetos mais do que de uma lógica de conjuntos bem circunscritos”. (GUATARRI, 1992. p. 20).

Assim, o jeito de perceber o mundo e se relacionar com ele faz de

41 Entrevistas do Projeto Memória da Floresta. Biblioteca da Floresta, 2010.

42 Ver mais a respeito em: GOMES, Carlos Valério. Cattle Ranching Expansion Among Rubber Tapper Communities in the w:st="on"Chico Mendes Extractive Reserve in the Southwestern Brazilian Amazonia – Exploratory Report. WWF, Nov. 2004

43 <http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2012/04/21/nunca-fui-ambientalista-e-pensava-que-a-tal-de-ecologia-fosse-uma-sobremesa/>

Osmarino uma parte do coletivo seringueiro mais do que o fato dele cortar seringa, neste sentido que Guatarri aponta para o seu entendimento do termo, relacionado a uma *lógica dos afetos*, o qual eu compartilho.

É apropriado demarcar esta instância, da subjetividade coletiva, para continuar no assunto apresentado na referida revista, nela uma importante liderança sindical do Acre, Osmarino Amâncio, escreve uma resposta à cobertura jornalística da região sobre a multa que ele levou dos órgãos de controle ambiental por retirada ilegal de madeira dentro de sua área, numa Reserva Extrativista.

Queixava-se ele dos termos aplicados para designá-lo: “A começar pelo fato de terem se referido a mim como “ambientalista”, coisa que nunca fui, e como “ex-assessor” de Chico Mendes, fazendo parecer que, ao invés de liderança de um movimento social, Chico tenha sido mais um desses políticos que se cercam de amigos e parentes a quem distribuem cargos de confiança.” (AMÂNCIO, 2012).

A imprensa local se eriçou toda ao saber que uma pessoa importante do movimento seringueiro se tornara um desmatador, independente das peculiaridades do caso e da série de acusações - muitas ligadas a questões políticas – que Osmarino fez ao ICMBio⁴⁴. O que se torna claro no seu texto é que o “seringueiro”, ele no caso, não se adéqua às políticas ambientais da gestão de unidades de conservação.

O SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), diz ele, modificou sobremaneira o controle das Resex: “o controle da Resex passou para um Conselho Deliberativo onde opinam muitos técnicos e outras pessoas que não vivem na reserva e, ao que parece, não enxergam com bons olhos nossa permanência na floresta” (Idem).

A questão envereda por vários caminhos, mas gostaria de destacar o posicionamento dele em relação ao uso dos recursos florestas, o que culminou com o descumprimento da lei, pois a multa do ICMBio foi aplicada por Osmarino ter em sua propriedade 25 metros cúbicos de cedro e marfim, segundo o próprio Osmarino, madeiras ideais para assoalho e paredes, por sua durabilidade.

A referência da madeira dada pelo seringueiro não diz respeito à madeira estar rareando na floresta mas à sua aplicação, a referência dele é de que estas são as madeiras boas para reformar sua casa, algo que deve ter aprendido na sua vivência no seringal. Não deve ser a primeira

44 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

vez que ele construía ou reformava algo, aqui os discursos vão se distanciando, não à toa que a imprensa logo o taxou de “desmatador”, houve uma ruptura entre a imagem construída e a ação do seringueiro. O relato de Osmarino sobre isto é bastante interessante:

Na verdade, de Chico Mendes fui companheiro na luta pela permanência dos seringueiros nas terras das quais estávamos todos sendo expulsos naquela época (processo que, ao que tudo indica, segue acontecendo em toda a Amazônia, incluindo o Acre). Quando nosso movimento ganhou repercussão nacional e internacional, vieram nos dizer que estávamos lutando pelo meio ambiente. Num primeiro momento, não sabia do que se tratava essa tal de ecologia, pensei que talvez fosse uma “sobremesa”. (AMÂNCIO, 2012)

Talvez Osmarino tenha tentado criar uma frase de efeito com o uso da figura da “sobremesa”, mas o fato que este relato é bastante significativo para pensarmos a representação do seringueiro como um “ecologista”, que é muito forte ainda, vide a reação da imprensa local, mas que entra em choque com as atitudes daqueles que permaneceram na floresta, muitos em áreas que hoje são reservas extrativistas.

Um caminho metodológico se faz visível quando irrompem essas tensões. Podemos por meio da confrontação das representações criadas pelo discurso ambientalista e as representações construídas pela comunidade - sua cultura e seu modo de vida - analisar a construção de uma identidade seringueira através da capacidade desta categoria de se apropriar e (re) significar discursos externos.

Roger Chartier, ao elaborar a noção dos registros de realidade, nos fornece ferramentas muito úteis para utilizarmos neste trabalho, úteis para perceber tanto as lutas por construção e preservação do discurso quanto à capacidade de grupos sociais de articular uma unidade identitária. Chartier demonstra como atua este registro:

Primeiramente, as operações de recorte e de classificação que produzem as configurações múltiplas graças as quais, a realidade é percebida, construída, representada; em seguida, os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a

exibir uma identidade própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto, uma ordem, um poder; enfim, as formas institucionalizadas através das quais ‘representantes’ encarnam de modo visível, ‘presentificam’, a coerência de uma dada comunidade, a força de uma identidade, ou a permanência de um poder (CHARTIER, 2002, p. 169).

Voltando ao texto de Osmarino Amâncio, ele rechaça a ideia do movimento seringueiro ter como uma bandeira o ambientalismo e faz uma aproximação com o movimento campesino que tem um estreito diálogo com sua ação política atual:

Para mim e para os demais, incluindo não só Chico Mendes, mas a outra centena morta pelo latifúndio, nossa luta tinha mais em comum com os sem terra do sul do País do que com que essa conversa de salvar a floresta pra conter o aquecimento global. Queríamos a floresta em pé, mas com os seringueiros morando nela, tirando dali seu sustento, colocando seu roçado, caçando, pescando e derrubando madeira pra suas necessidades do dia a dia (carvão pra cozinhar, tábuas pra fazer casa, estaca pra fazer cerca, etc.) (AMÂNCIO, 2012)

Mas ao contrário desta fala, era interessante para o movimento seringueiro nos anos de 1970 e 1980 se apropriar de um discurso que preconizava a preservação da floresta, a floresta em pé significava a manutenção de um modo de vida que dependia dos recursos naturais e não tinha capital econômico e técnico para uma exploração que não fosse baseada no extrativismo, como a pecuária, a agricultura extensiva ou extração de madeiras. Mauro Almeida trata em artigo destas aproximações dos discursos seringueiros e ambientalistas. Diz ele:

Vários líderes seringueiras apropriaram-se de parte do discurso ambientalista/desenvolvimentista, não para parodiá-lo, mas para, de fato, incorporá-lo em suas próprias concepções e práticas locais, atribuindo a esses discursos novos significados. Ao fazê-lo,

redefiniram sua maneira anterior de agir, mas fizeram conforme critérios estabelecidos em tradições e costumes próprios; ao mesmo tempo redefiniram sua relação para com a sociedade, construindo para si um nicho onde pudessem ser reconhecidos, como "povos da floresta", com direitos agrários e sociais reconhecidos como legítimos. (ALMEIDA, 2004).

Mauro Almeida discute como as “crenças da periferia”, como ele define, articulam-se com políticas e agendas mundiais. Se não foram todos os seringueiros a se apropriar de conceitos ecológicos, várias lideranças o fizeram e assim conseguiram usá-los como estratégia de visibilidade, fazendo parte de um grupo maior, que deu certo, e influenciando políticas públicas como as reservas extrativistas que partiram do movimento seringueiro, quando ele ocupava espaços inéditos para a categoria, quando seus discursos podiam ser ouvidos. Um relato do autor é particularmente interessante aqui, pois resgata um episódio com Osmarino Amâncio numa reunião do Conselho Nacional dos Seringueiros, na cidade de Brasileia em 1996:

Após a exposição, o silêncio que se seguiu foi quebrado com uma pergunta de Osmarino Rodrigues⁴⁵, um dos mais radicais sindicalistas-seringueiros. Dirigindo-se aos "assessores" – como eram chamados antropólogos, advogados e historiadores presentes na reunião – ele disse: 'Eu gosto de perguntar o significado de palavras que não conheço. Ouvi falar em ecologia. O que é ecologia?'. Ele sabia onde queria chegar. E continuou depois da resposta: “Se não querem nossa borracha, podemos oferecer essa ecologia. Isso nós sempre fizemos”. (Idem)

Isto confirma a história de Osmarino, porém o seringueiro talvez não lembre que após saber o significado, achou conveniente se apropriar do termo: “Se não querem borracha, podemos oferecer essa ecologia. Isso nós sempre fizemos”. Apesar de se tratarem de recortes temporais

45 O autor omitiu o segundo nome de Osmarino Amâncio Rodrigues, mas é a mesma pessoa citada por mim.

distintos, já que a fala atual de Osmarino Amâncio está consoante com suas atuais disputas - afastando-se dos discursos dos seringueiros nas décadas de conflito -, inclusive com o partido⁴⁶ que ajudou a fundar no passado.

Porém a floresta ainda é, mais que simbolicamente, o que define a identidade seringueira, pois o sindicalista e seringueiro diz que sua luta era pela floresta em pé, e de outra maneira não é possível falar de sua comunidade, fora da floresta o seringueiro não tem sentido. Portanto, é este lugar físico/imaginado que pretendo tratar a partir deste momento, sua representação para além das ideias já fixadas nos discursos, mas pela memória afetiva de seringueiros que hoje estão em posse da terra e também aqueles que já não estão na floresta mas que prefiro não chamar de ex-seringueiros, pois suas memórias ajudam a reafirmar a identidade construída no conflito, quando era necessário ter uma unidade para fazer frente ao invasor “paulista” que tinha muitas forças ao seu lado.

Tenho que abrir aqui um parêntese para falar do termo “seringueiro”, pois aqueles que se uniram para empatar a derrubada nas colocações não eram só homens e mulheres que tinham o corte da borracha como sua principal atividade, até mesmo porque o seringal há muito que tinha sua produção diversificada com a coleta de castanha, o roçado e outras atividades.

Mas também tinham posseiros vindos do sul do país, atraídos pela propaganda de terra barata e fértil, e que se encontraram em lotes de difícil acesso e com endemias, como a malária. Muitos seringueiros já tinham sido expulsos ou migrado para as cidades acreanas e enfrentavam os conflitos urbanos que se formaram por estes lugares não estarem estruturados para o movimento de pessoas oriundas do seringal.

Todas estas categorias citadas aqui se identificavam com o movimento seringueiro, os pequenos agricultores conseguiram se manter em suas terras, em muitos casos, porque os seringueiros que já estavam na floresta os ajudaram; na cidade as pessoas que participavam das invasões e criação de novos bairros também se reconheciam neste movimento, pois a floresta ainda era mais forte em sua vida que a urbanidade que se apresentava, suas referências e suas memórias eram da floresta.

A identidade “seringueiro” se tornou num determinado momento uma estratégia nos conflitos que travavam, principalmente pensando

46 Osmarino Amâncio foi um dos fundadores do PT no Acre e hoje faz parte do PSOL.

nesta identidade como Stuart Hall (2006) quando fala de uma identidade como um conceito não essencialista mas estratégico e posicional. Assim estes mesmos podem hoje se identificar com outras identidades, talvez mesmo com fazendeiros ou com ambientalistas. Por isto que ao tratar dessas memórias, eu vou chamá-las de “memórias de seringueiros”.

Ao iniciar os relatos dos seringueiros me reporto à escolha do título deste, pois ao falar da casa do seringueiro é um tanto óbvio que se pense na floresta como uma representação adequada, pois é na floresta que ele coleta o látex, convive com suas famílias e com seus pares, é seu espaço de sociabilização e de trabalho. Mas diferente de uma comunidade urbana que percorre as ruas da cidade, usa seus parques para lazer e o transporte público para se locomover, e que *a priori* no espaço da casa se sente no direito da propriedade, ou seja, tem demarcado mais claramente o uso e a relação de posse com cada um destes espaços.

Na floresta tudo se confunde, o que é o quintal de uma colocação? Acho difícil responder, mas normalmente o quintal é o espaço externo da casa ainda dentro dos domínios do que se chama casa, na colocação o entorno da casa é roçado, não é mata fechada, é ali que algumas criações como porcos e galinhas ficam soltas, é ali que as crianças pequenas brincam, mas não há cercas que o separe de tudo que está em sua volta, e num sentido mais amplo entrar na floresta é algo da rotina de todos que moram no seringal, os limites dos lugares de trabalho, lazer, do caminho para se deslocar de uma colocação a outra ou entre as seringueiras de onde é coletado o látex são difusos, não digo que são inexistentes pois a estrada de seringa, onde estão todas as seringueiras que uma pessoa deve cortar é bem definida, mas a mesma também pode ser o lugar da caça.

E esta floresta como sendo a sua casa que pretendo extrair das entrevistas, como na fala de João Claudino, sobre sua origem familiar, seu parentesco indígena que lhe garantiu uma aprendizagem sobre os remédios da floresta, sobre as coisas da mata:

Meu avô contava que quando veio do Ceará, quando chegou no Pará, o navio esculhambou-se lá, eram três mil nordestinos. Aí ficaram e se acamparam, invadiram uma maloca, e aí, cada um trouxe uma índia quando veio, aí meu pai trouxe essa índia. Era índia pura, tinha uma venta (nariz) furada

assim. E ela ensinou muita coisa pra gente, muita coisa importante. Ela era mais chegada a mata que a casa dela, era difícil você chegar em casa e ela estar, ela era da mata. (João Claudino, 2011)

Apesar dele ter chamado em certo momento o avô de pai, ele estava falando da captura de sua avó, mulher que lhe deixou um legado de sabedoria sobre a floresta e uma sensibilidade sobre a floresta diferente, o que pode ser percebido numa história de caçada contada por ele:

Eu matei um macaco cairara, ela estava com um objeto dentro da mão (mostra a mão fechada como se guardasse algo valioso). Quando ele caiu eu pressenti que era uma coisa dele, uma herança dele. Era uma macaca fêmea, então essa macaca estava com um macaquinho dentro da mão que ela tinha tido um aborto, ele era assim bem pequenininho assim. Pois ela tava com um período de três dias com ele na mão pra não jogar no mato. Por isso a gente da mata, a gente vê muito essas coisas que impressiona o ser humano. (Idem)

João usa estas experiências da floresta para ilustrar um sentimento dele em relação aos bichos, talvez sua fala escandalizasse um ecologista, principalmente quando fala de iguarias como o macaco guariba (como é conhecido o bugio na região) feito com coco, segundo ele muito apreciado pelos seringueiros. Mas por ter uma admiração pelos bichos que caça, ele conta uma série de regras que fazem parte da caçada, lembrando de seu pai (ou talvez o avô), fala do conhecimento sobre a reprodução dos animais, conhecendo o mês que a fêmea do veado estaria “parida”, da paca, do tatu, do macaco, este último diz ser fácil de perceber pois o mesmo anda com o filhote agarrado às costas.

O conhecimento da floresta é essencial para sobreviver nela, não saber dos remédios de picada de cobra, por exemplo, seria muito danoso para as pessoas que se deslocam a todo momento pelo meio da mata. João Claudino foi picado três vezes por cobra, surucucu, mas com o auxílio dos remédios ensinados por mais velhos não teve nenhuma sequela. Talvez a sabedoria tradicional dos remédios da floresta seja o conhecimento mais importante que os seringueiros adquiriram, não há

nenhum relato das pessoas que moraram no seringal que não fale desse traço cultural e na maioria das vezes demonstrando uma confiança maior na medicina da floresta que em médicos e remédios comprados na farmácia:

De primeiro quando eu era novo morria mulher de parto não, não morria não, e hoje em dia a pessoa vai operar. Porque na mata tem remédio, a parteira faz o remédio, minha mulher era parteira, era não, é parteira. Ela pegou muito menino mas nunca matou um, nunca morreu um menino, com ela não. (Aldenor da Costa Souza, 2010).

Mesmo que demonstre uma exaltação do passado, pois provavelmente morriam mulheres de parto no seringal, esta desconfiança de Aldenor talvez seja fruto da experiência com a urbanidade das pequenas cidades acreanas, que se formavam em grande parte com os deslocamentos daqueles que deixavam os seringais. Mesmo a capital Rio Branco não estava preparada para atender aos novos cidadãos, a precariedade dos serviços públicos pode, em parte, explicar uma lembrança saudosa dos “remedinhos”, como o chama João Claudino. Este seringueiro depois de estar assentado na região da BR-364, cujo lote foi fruto da organização dos seringueiros que conseguiu desapropriar a seringal Belo Horizonte que é hoje o PAD⁴⁷ Santa Luzia, foi para o Alto Juruá ajudar a organização dos seringueiros desta região, principalmente no rio Tejo.

Sua atuação, segundo ele, parece ter descontentado algumas pessoas, assim políticos conseguiram um emprego numa delegacia na cidade de Cruzeiro do Sul, retirando-o da vida sindical. Ele se queixa em seu relato que sempre quis voltar a vida de viagens pelos seringais - abandonar a sua colocação parece ter sido uma inadaptação à vida de pequeno produtor rural fomentada pelo INCRA - e as andanças pela floresta que eram familiares para ele. A confiança de João na floresta ia além de seus remédios, mas também num ambiente, que os distanciavam de uma “maldade do homem”. Ele conta que seu pai dizia que a cobra não matava, seu veneno não era o responsável pela morte daquele que tinha sido mordido, mas sim a fala e o mau olhar dos homens:

47 Projetos de Assentamentos Dirigidos (PAD), instalados no Acre, a partir de 1976, por meio do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) .

Nós achamos seringueiro morto na mata, mas morrido com alguém, roçando estrada. Que nem um parente meu, a cobra picou ele assim na perna, ele andava mais três, ele chamou e eles vieram, já foi inchando a perna, ficando roxa, trouxeram ele na rede pra casa, de noite ele morreu. Então meu pai dizia que não tinha sido a cobra, tinha sido o homem que carregou ele. (Idem)

Acredito que a floresta está associada inclusive ao modo de pensar a própria urbanidade, olhando a cidade, através de uma lente do seringal, as pessoas reconstruíam seu modo de viver em suas casas, mas também fora delas. A cidade de Rio Branco tem uma característica muito peculiar, a falta de esquadramento na demarcação dos terrenos, uma assimetria que para mim reflete a amplitude das colocações onde não se enxerga o vizinho, não pensando geometricamente – como é comum aos projetos urbanos – e quase que se deixando assentar displicentemente, muitas ruas tem seus traçados irregulares, assim como os caminhos que levavam de uma seringueira a outra. Talvez menos os seringueiros tenham se urbanizado nesta cidade do que a mesma tenha se tornado uma lembrança do seringal marcada em suas ruas e edificações.

Estes marcos memoriais se encontram também nos hábitos dos moradores das cidades acreanas, principalmente lembro de Rio Branco para afirmar isto, pois sendo a capital, sede do Governo, tem uma maior atenção dos mandatários públicos, o que se reflete nos equipamentos sociais mais presentes que nas demais cidades do estado. Portanto, é onde fica mais fácil perceber os contrastes das características típicas da urbanização das cidades brasileiras e a maneira muito própria do acreano de lidar com esta urbanidade, já que estamos falando de uma cidade que cresce significativamente com o movimento migratório de seringueiros e que era vista à distância pelo governo federal, como aconteceu com a maioria das cidades da região Norte.

E são muitos os hábitos que podemos relacionar com o seringal, desde uma rotina diária de começar muito cedo, o que é percebido ainda hoje – menos que há algumas décadas – no movimento dos mercados de produtores, com o dia ainda escuro muita gente começa a fazer a feira diária, comprando hortaliças, macaxeira, galinha e tantos outros produtos, algumas vezes já fazendo ali seu café da manhã, uma fatura

de mingaus, bolos e tapioca. Nestas feiras também é comum encontrar bacuri, ingá, ouricuri e outros frutos típicos da mata, trazidos das colônias como um produto extra, não são regularmente comercializados como é o cheiro-verde ou a alface mas fazem parte de uma doce lembrança daqueles que levam junto a sua feira as frutas de sua infância.

Se as pessoas na cidade não têm em seus quintais as frutas que encontravam na floresta, é muito comum encontrar nos jardins residenciais, entre as folhas e flores ornamentais, uma série de fitoterápicos para chás e infusões para os mais variados males. Quem já foi a um seringal deve ter notado o capricho com a casa, não é nada parecido com a ideia de decoração que se encontra nas lojas especializadas, mas chama a atenção as painéis de alumínio brilhante penduradas nas paredes e principalmente a maneira que cultivam flores.

Apesar da colocação ser na floresta, não tem problema algum como área para se cultivar espécies de jardinagem, pois as flores na maioria das vezes estão em vasos improvisados de latas de leite em pó, de achocolatados ou grandes latas de margarinas. Esse gosto pelas latas foi transposto para a cidade, não sei se o uso da lata é uma tentativa de levar a algo de citadino para a floresta mas o fato é que em Rio Branco, principalmente na periferia, as latinhas são constantes Nas casas de pessoas oriundas dos seringais. nessas latas constam flores, ervas e hortaliças.

Fazer o caminho inverso, da cidade para a colocação, ajuda a pensar nas memórias desses seringueiros, a pensar que a floresta deixou uma marca indelével nas cidades acreanas, que as urbanidades destas estão imbricadas com a vida no seringal, o que constrói uma identidade local que pode ser confundida com atraso e com a falta de desenvolvimento, que é necessário compreender esta identidade para projetar um futuro. De outra maneira não há um empoderamento da sociedade em relação a sua cidade, a cidade se torna algo estranho, que dificulta o uso, que afasta as pessoas mesmo quando quer aproximar a cidade de seus habitantes. Após anos e anos de vivência na floresta muito foi aprendido e esta aprendizagem não será facilmente esquecida, ela está entranhada na cultura local e não só na dos seringueiros.

3.3 – Usos e abusos da memória seringueira

No início da década de 1980 o discurso do movimento seringueiro tomava uma forma político partidária, um grupo político reivindicou as lutas e as conquistas do movimento, não só se identificando com seu discurso mas introduzindo em suas fileiras pessoas que efetivamente tinham despontado dos sindicatos e organizações rurais e urbanas que protagonizaram os conflitos iniciados nas duas décadas anteriores. Com a eleição de Jorge Viana para a prefeitura da capital acreana pelo Partido dos Trabalhadores em 1992 e depois em seus dois mandatos consecutivos a partir de 1998, iniciou-se um processo de manutenção da memória que se prolonga até os dias de hoje.

Isto não quer dizer que o movimento assumiu um caráter político partidário, os sindicatos e associações continuaram seus trabalhos e por vezes se viram em campos opostos em relação a algumas questões que o governo apoiava. Mas, o que gostaria de ressaltar é que no estado assiste-se desde então a uma multiplicação de referências aos seringueiros que resistiram aos “paulistas”, talvez ainda mesmo nestes termos, a ideia da conquista da floresta em pé é ressaltada mesmo quando se incentiva a exploração de madeira através de manejo florestal.

O que eu proponho neste recorte é discutir a questão sem me entrincheirar com aqueles que acreditam que o governo se apropriou e (re) construiu a representação do seringueiro sem ter nenhuma identificação com ele. Não acredito que isto é puro oportunismo, mas sim o reflexo de um momento da história local. Acredito que o grupo que hoje se encontra fortalecido e utiliza a “acreanidade” como um forte *slogan*, só conseguiu um apelo popular – que se traduz em dividendos políticos, votos, aceitação das propostas - porque as pessoas se reconheciam naquele discurso que evocava uma identidade que podemos chamar de seringueira (num primeiro momento). Se pensarmos na formação das cidades acreanas, com um forte componente da migração dos seringais para as localidades urbanizadas, podemos pensar que esta identificação não é algo a se estranhar.

Eu utilizarei a cidade de Rio Branco como uma referência neste aspecto porque esta cidade tem muito bem demarcado, e registrado, a

ocupação urbana e crescimento demográfico na década de 1970, onde os conflitos rurais e modificação das estruturas de trabalho, o seringal torna-se fazenda de gados, empurra muitas famílias para a formação das periferias acreanas, em especial na cidade de Rio Branco.

Neste momento, a formação de novos bairros é conhecido como o Terceiro Eixo Ocupacional de Rio Branco, uma área que sai do centro da cidade em direção ao Aeroporto Velho, região muito adensada nos dias de hoje, sobre este movimento Fernando Garcia de Oliveira diz que:

Um Terceiro Eixo de crescimento da cidade é aquele que segue o caminho em direção ao antigo Aeroporto, desde o núcleo central através da rua Rio Grande do Sul, a qual até 1970 era habitada só parcialmente até o chamado Centro de Treinamento. Esta parte, inclusive, se estendia por uma grande superfície de áreas verdes naturais, as quais foram inteiramente derrubadas durante a década passada. Uma das primeiras ocupações nesse eixo foi aquela anteriormente descrita, que acabou sendo expulsa em 1973, vindo a formar mais adiante o bairro do Palheral. Nessa área pontificam os bairros Aeroporto Velho, Terminal, Bahia e Palheral, habitados pela população pobre de origem rural e que já somam (em 1982) mais de 15.000 pessoas. Todavia, a invasão e a ocupação vai se formando como bairro, como o João Eduardo. (Oliveira apud LIMA, 2006. p 83)

A população urbana de Rio Branco em 1960 era de 17.104 pessoas, em 1970 passou à 35.578 e em 1980 já era de 87.646. Enquanto na área rural houve um decréscimo no mesmo período, em 1960 tinha uma população de 30.333 pessoas, depois de um crescimento a 48.999 na década de 1970 seguiu-se a diminuição para 29.467 na década seguinte e no censo de 1990 a redução continuaria até o número de 19.287, enquanto no mesmo período a zona urbana de Rio Branco contava com uma população de 167.882⁴⁸.

Os números do crescimento de Rio Branco se justificam com a migração de pessoas de todo o estado e aqueles que chegavam de fora. Assim a cidade inchava e constituía um cinturão de moradias num movimento desordenado e contínuo. Em sua pesquisa sobre o Terceiro Eixo, Reginâmio Bonifácio Lima, diz que este grande número de

48 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

pessoas tinham em comum o desenraizamento, eram pessoas em trânsito, para se readequarem a este novo ambiente era comum resolverem morar próximo aos seus conterrâneos, por isso que ele encontrou registros de grupos de uma mesma localidade morando próximo num mesmo período, Lima diz que eles tinham em comum: “(...) a busca de melhores condições de vida. O “Reconhecer-se” nos parentes e conterrâneos e a crença católica no mesmo Deus” (LIMA, 2006. p. 149).

A este aspecto Bauman (2003) diz que através do estranhamento das relações imediatas, o fluxo da modernidade, há um desejo pelo “comum”, pelos laços comunitários, encontrados nos redutos, no compadrio, enfim, no ajuntamento demonstrado por Lima.

Quando E. P. Thompson descreve os motins e tantas outras refregas das turbas do séc. XVIII, na Inglaterra, ele diz que é possível detectar uma noção legitimadora, e ele entende esta “noção legitimadora” como um elemento que estava no pensamento coletivo, pois estes homens e mulheres (talvez crianças também) estavam imbuídos de crença de que lutavam por seus direitos e costumes tradicionais. Bem, não quero utilizar literalmente as descrições, apresentadas por Thompson, ao pensar na sociedade acreana nas décadas de 1970 e 1980, o que eu quero retirar desta lembrança do célebre historiador inglês é que as noções culturais permeiam as sociedades nos momentos que elas têm que se organizar ou, no caso que me interessa aqui, votar.

Dentro desta perspectiva, estou atribuindo - mesmo que de forma provisória pois não tenho os elementos necessários para ter uma análise acurada da questão – uma possibilidade que um momento político desta cidade seja fruto de uma mentalidade de sua crescente e recente população deste Terceiro Eixo, que se “reconhecia” num discurso que evocava a sua origem e suas referências, afinal.

Com uma população que quadruplicou nas décadas de 1970 e 1980, a cidade de Rio Branco tinha no início da década de 1990, quando o PT elegeu seu prefeito, provavelmente um grande eleitorado que tinha origem nos seringais e colônias, muitos deles foram expulsos de suas colocações e depois tiveram que enfrentar novamente a expulsão nos processos (foram muitos neste período) de desocupação das frequentes invasões. Provavelmente a forma mais comum na criação dos novos bairros na cidade de Rio Branco.

Um novo elemento pode ter entrado em cena e também ajudado àqueles que tinham um grande apelo popular, pois depois de promulgação na Emenda Constitucional número 25, de 15 de maio de 1985, os analfabetos tiveram então o direito ao voto, muitos moradores dos seringais eram analfabetos e inclusive era apontado pelo movimento social local no início da organização como um fator limitador, por este motivo foi dado início ao *Projeto Seringueiro* de alfabetização de adultos no seringal.

Provavelmente a elite da capital acreana, formada por famílias de seringalistas, de comerciantes (que abasteciam os seringais), e funcionários públicos, não era o eleitorado do Partido dos Trabalhadores.

Minha análise está concentrada no período anterior a eleição de 1992. Não estou discutindo a administração petista ou os caminhos políticos deste grupo, mas a mentalidade da sociedade em Rio Branco que possibilitou a ascensão de um partido de esquerda na cidade.

Na mesma medida, vou me deter na segunda questão a que me propus: que este grupo tinha de fato uma identificação legítima com o movimento seringueiro. Não bastaria enumerar alguns políticos do PT ou que fizeram parte dele que vieram da organização dos seringueiros, como o ex-prefeito de Xapuri Júlio Barbosa que foi presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Raimundo Mendes Barros, sindicalista com uma trajetória ligada ao movimento seringueiro e que foi vereador de Xapuri, além da Marina Silva, senadora e ex-ministra, que hoje não pertence mais aos quadros do PT.

Mas o que pretendo discutir é que os membros do PT e da frente partidária (Frente Popular do Acre-FPA, com os seguintes partidos PCB, PC do B, PDT, PPS, PSB, PT e PV) que iniciou em 1990 com um discurso que tinha como foco a identidade acreana e que contrastava com os grupos que queriam um desenvolvimento do estado pela pecuária, que viam a floresta como empecilho para o crescimento acreano. O FPA se tornou uma alternativa que se identificava com as lutas e questões populares dos últimos anos.

Este reconhecimento não está necessariamente no Partido dos Trabalhadores ou nas pessoas que faziam parte da Frente, e sim num oposto daquilo que provocava rejeição em grande parte da população acreana, a violência ocorrida nas duas últimas décadas, era neste momento já bastante conhecida da população, a imprensa local dava

espaço para os conflitos nos seringais e nas desocupações de moradias nas “invasões”.

Talvez o que tenha acontecido é que não somente um grupo se apropriou de um discurso com a finalidade de chegar ao poder, mas que a sociedade construiu o discurso que moldou a proposta política deste grupo, acredito que a Frente Popular neste sentido é um desdobramento do movimento social acreano dos anos de 1970 e 1980.

Identificado no nome de Chico Mendes, o seringueiro não raramente é utilizado como símbolo de lutas, na canção da banda de rock acreana *Los Porongas*, Chico, o seringueiro é celebrado a altura da liderança quilombola Zumbi, e tal como ele lideranças de um povo que “não precisa estopim”. O nome da banda já é um indicativo que sua intenção é se identificar com a cultura acreana, pois se refere a *Poronga* usada pelos seringueiros desde o início dos seringais, este utensílio serve para iluminar o corte da seringa quando ainda está muito escuro (o seringueiro começa seu trabalho antes do dia amanhecer) na floresta, ele se constitui de uma lamparina a querosene acoplada à uma armação de metal, como se fosse um capacete. Quando ela está na cabeça é muito desconfortável, pelo peso e principalmente pelo calor que gera, mesmo que seu usuário coloque um pano entre a poronga e sua cabeça, é muito quente. Tive a oportunidade de experimentar seu uso, além do que foi dito ainda tem o forte cheiro do querosene e a fumaça.

A letra da música citada anteriormente exemplifica as características que são associadas à representação do seringueiro:

Zumbi e Chico
 Palmares e Xapuri
 Seus quilombos, seus Empates
 Suas guerras de mascates
 Seus quilombos, seus Empates
 Suas guerras de mascates

Reluz na foice cortante
 Que o Lhé te deu
 Toda a fúria do titã seringueiro
 Nosso banguê-banguê tupiniquim
 No batuque surreal do terreiro
 Nosso povo não precisa estopim

Pra viver assim mais forte que o futuro todo
 Pra dizer assim mais força pro futuro torto

(Letra da música *Zumbi e Chico (Lhé)*, Los Porongas)

A memória seringueira não é somente utilizada com propósitos políticos, mas constitui um baluarte para que vários segmentos a celebrem e a utilizem com os mais variados propósitos, desde produções artísticas, ao comércio ou mesmo quando se quer desqualificar alguém por não ser “legitimamente acreano”. Uma mostra do que estou falando está numa frase que retirei do blog de um jornalista acreano, neste espaço foi adicionado o seguinte comentário abaixo de uma nota publicada pelo blogueiro em que o ex-governador e senador Jorge Viana dá uma receita de *ceviche*⁴⁹: “Não troco um bom charque frito com arroz branco, feijão, farofa, macaxeira e pra acompanhar uma salada pelo Ceviche à moda do rei” (Blog do Altino⁵⁰).

A pessoa enumerou uma lista de produtos que eram mais facilmente encontrados nos seringais que nas cidades acreanas, o charque foi uma proteína comum nos seringais por ser de fácil conservação, ainda mais num período que carne de bovino fresca era artigo de luxo na região, o gosto pela carne em conserva até pouco tempo comprova isto; a macaxeira talvez seja mais simbólica, desde o início dos seringais serviu de base alimentar para quem morava nas colocações, principalmente por causa da farinha feita dela. O que podemos ver é uma oposição entre a identidade acreana/seringueira e a outra, da qual supostamente Jorge Viana faria agora parte, numa espécie de traição à identidade local.

Como podemos perceber a questão da memória seringueira é disputada por diferentes setores e serve como um marco do que seria a identidade acreana, mesmo que muitos outros valores possam tenham que entrar na cultura acreana, como a cultura nordestina, é muito mais forte a representação do seringueiro das décadas de 1970 e 1980 como personificando esta ideia de identidade local.

3.4 - A tessitura da “acreanidade”

O que propus neste trabalho foi fazer uma reflexão sobre a

49 Prato típico peruano, com peixe marinado no limão.

50 <http://altino.blogspot.com.br/2012/08/ceviche-moda-do-chef-viana.html>

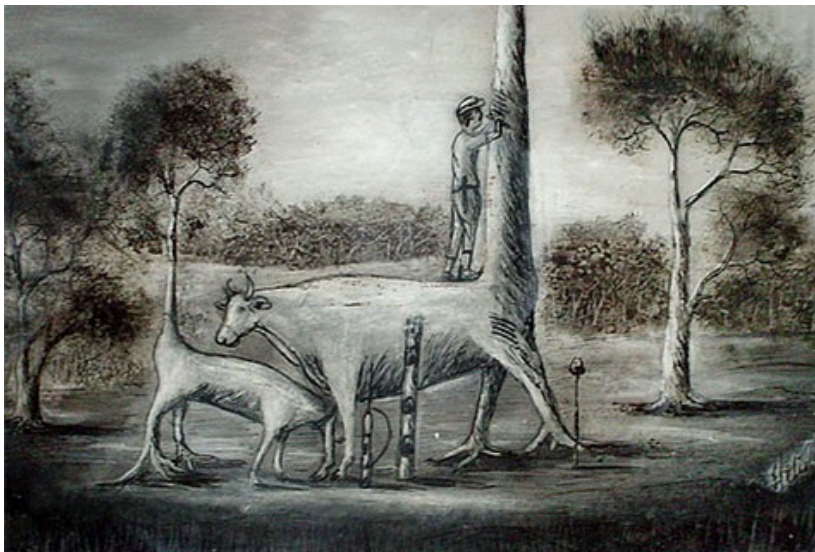
construção da representação do seringueiro através das memórias de pessoas que fizeram parte dos movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980, e também do que foi escrito a respeito deles em alguns periódicos da época e em textos produzidos após o período citado. O movimento chamado *Empate* foi privilegiado porque eu acredito que ele representava o discurso posto em ação e foi emblemático como a força que a resistência adquiriu frente ao poder econômico de fazendeiros e do poder estatal que apoiava que a Amazônia se desenvolvesse pela pecuária. Ainda pior, para aqueles que viviam na floresta, esta elite local, consoante com os propósitos daqueles que compravam terras a baixo custo na região, via a floresta como um entrave ao desenvolvimento.

Ao utilizar o conceito de memória coletiva tentei demonstrar que os acontecimentos não se cristalizam e nem são carregados nesta forma nas lembranças da pessoas, mas que permanecem os sentidos dados aos acontecimentos. As falas que incluí neste texto demonstram que há um discurso construído no momento em que foi necessário para as pessoas que estavam numa eminente expulsão das áreas que viviam, cercada pelos arranjos culturais que representavam seu modo de vida afinal.

Os Empates mobilizaram a imprensa local para que dessem espaço para o violento processo que ocorria com seringueiros e posseiros, pois somente quando a resistência acabou por mobilizar não só os recursos dos fazendeiros como também a força do Estado: o uso das polícias militar e federal nas desapropriações ou para conter manifestações e mobilizações do movimento seringueiro; os processos que corriam na justiça, inclusive com alguns processos na justiça federal. Enfim, o movimento que acontecia na área rural ganhou a cidade pelas páginas dos periódicos, e neste sentido o jornal *Varadouro* foi emblemático, com um discurso que definia os campos e seus jogadores, ou seja, nós (seringueiros/acreanos) e os outros (fazendeiros/paulistas).

Esta identificação para mim foi uma estratégia bem sucedida do movimento, pois conseguiu criar um discurso coeso que defendia a floresta como um modo de vida local, e que também acabava por se espriar para os centros urbanos, pois foi absorvida pela intelectualidade acreana e pela crescente periferia das cidades, oriunda muitas vezes de pessoas que tinham sido expulsas do seringal, de suas posses, e que tentavam de alguma maneira reconstruir suas referências neste novo

Figura 8: Árvore vaca e árvore bezerro, pintura de Hélio Melo (Foto de José Roca, disponível em: <http://universes-in-universe.org>).



espaço.

O termo “paulista” foi negatizado e levou consigo outra denominação que historicamente eram o oposto do trabalhador nos seringais, portanto, o patrão também de certa forma era um “paulista”. Isto possibilitava encontrar na história da constituição dos seringais até o momento em que se instaurava a territorialidade seringueira o contraponto da identidade que se pretendia como legítima e porém que teria o direito as terras questionadas.

A força desta imagem negativa pode ser medida no momento em que um Bispo da Igreja católica, Dom Moacyr Grechi, escreve uma carta ao Jornal Opinião, de São Paulo, em que utiliza o termo: “em via de ser vendido a “paulistas”” (OPINIÃO, 1974). Mesmo que logo em seguida o Bispo dê a explicação do regionalismo que há por trás deste uso, é simbólico que a Igreja Católica utilize uma parte do discurso do movimento.

Aliás, a Igreja Católica, através dos CEBs e depois da CPT, também foi parte desta construção, sua atuação foi fundamental para que os seringueiros discutissem sua situação e que se organizassem na luta pela posse. O jornal da Prelazia do Acre e Purus, o *Nós Irmãos*, era muito mais que um informativo sobre as ações tradicionais das paróquias, em suas páginas havia notícias de reuniões e a temática fundiária. Alguns representantes da igreja tornaram-se figura importante, inclusive mediando os conflitos.

A partir de 1975, quando se iniciam a constituição dos sindicatos de trabalhadores rurais, o movimento aumenta significativamente seu poder de mobilização. Acredito que a institucionalização contribuiu para dar um caráter mais político para as reivindicações, pois eles tinham agora uma forma de representação para se colocar nos diálogos com as autoridades e com a outra parte da questão, as negociações se fizeram mais frequentes após este período.

Porém, mesmo com uma maior representatividade política e uma certa visibilidade na imprensa, o que gerou um reconhecimento de sua luta pela sociedade da região - e também pela sociedade nacional a partir do Encontro Nacional dos Seringueiros em Brasília, em outubro de 1985 -, os Empates continuavam como a maior expressão da resistência seringueira, assim mobilizavam cada vez mais seringueiros e posseiros, e por outro lado demandando que os fazendeiros também empreendessem maiores esforços para seu intento, inclusive utilizar a

influência política para o uso das forças policiais.

O Empate era um veículo de transmissão do discurso seringueiro, ele atuava diretamente na raiz da representação do “inimigo”, ou seja, aqueles que vinham para derrubar a floresta. A ação de fazer frente ao corte das árvores, pois era exatamente esta a lógica do Empate, ficar entre as motosserras e a floresta, defender com seus corpos a mata em pé, construía uma representação da luta entre os legítimos donos da terra, que a protegiam e precisavam dela como uma natureza preservada; ao contrário dos fazendeiros, os “de fora”, que acabavam de chegar, portanto sem direito histórico sobre a terra, e queriam explorá-la a todo custo, violentá-la com suas motosserras e bois, o animal inclusive é desnaturalizado, é produto do homem. Num desenho do artista plástico, ex-seringueiro, Hélio Melo, podemos perceber a iconografia que ressignifica o animal-homem (boi-fazendeiro), numa coisa só, o contrário do seringueiro-floresta. No quadro de Hélio Melo (Figura 8) só há espaço para uma atividade na floresta, a seringueira se transforma em gado apesar da insistência do seringueiro.

O Empate não precisa de mediador para levar em diante este discurso, não precisa dos periódicos, não precisa da igreja ou dos intelectuais de esquerda, é o discurso do seringueiro sem ruído, sem distorções, um momento em que a pouca instrução ou o acesso a meios de comunicação não importam, neste momento a capacidade de dar sentido ao discurso é orientada para seus próprios corpos que constitui o signo do discurso seringueiro.

A violência deste tipo de evento foi pouco a pouco sendo dissipada sob um véu de um desejável pacifismo do movimento, quantas vezes se pode encontrar o significado do termo como “estratégia pacífica”, onde os seringueiros caminhavam desarmados, homens, mulheres e crianças, para fazer frente aos jagunços somente com sua coragem. Não era bem assim, inclusive a participação esporádica das mulheres nestes eventos em certo sentido nos mostra que a intenção do Empate era ir com determinação para qualquer situação. Imaginem uma casa de seringueiro ou posseiros que moravam na mata, sem uma espingarda, sem terçado, estes instrumentos de trabalho – a arma de fogo para a caça – se transformaram em sua proteção, em arma afinal.

Mas em certo momento, o Empate “torna-se” pacífico. Com a anuência do governo sobre as práticas dos fazendeiros e em alguns casos com a leniência da própria justiça, nada seria melhor do que este

conceito para o movimento. Alguns relatos mostram que muitas vezes ao serem abordados pela polícia na estrada, os seringueiros tinham que se explicar sobre os facões ou espingardas, e a estratégia sempre foi a de dissociá-los de qualquer prática que não fosse a da lida diária da vida na floresta, ou seja, caçar, plantar ou se deslocar pelos caminhos em meio à vegetação densa da Amazônia.

Mas nas áreas conflituosas era sabido que o movimento se fazia forte e eficaz na forma do Empate. Em 1979, no evento próximo a cidade de Boca do Acre, podemos ter a noção do que significava neste momento o Empate, os posseiros já não tinham como enfrentar as pressões de políticos e fazendeiros, cada qual com sua atuação: os fazendeiros contratando jagunços para aterrorizá-los; já os administradores públicos e a justiça local agindo com o poder legal, determinando retomada de posse e utilizando o aparato da polícia para cumprir as ordens. Deste modo a saída para os posseiros foi fazer contato com os sindicatos e partirem para o Empate.

Histórias de ocorrência de Empates, provavelmente, corriam pelo interior da Amazônia Ocidental. A dificuldade de conseguirem trabalhadores para fazer a derrubada, em Boca do Acre, apontava que a ação discursiva do movimento seringueiro se tornava cada vez mais eficiente. E quando o grupo de jagunços se recusa a enfrentar os mais de 300 participantes do Empate, preferindo se embrenhar na mata ou fugir às carreiras, ficava claro que o enfrentamento não deveria ser encarado por eles como pacífico.

Mas após a constituição de políticas públicas, no final dos anos de 1980, que intervinham nas questões agrárias da Amazônia, porque modificava a lógica do INCRA (de pequenos lotes para pequenas produções), e legalizava a situação das posses, o discurso passa a ser a arma mais forte do seringueiro, é no plano político e institucional que as lutas serão travadas desde então.

As Reservas Extrativistas (criadas em 1989 e regulamentadas em 1990) são encaradas num primeiro momento como a maior vitória do movimento seringueiro, digo isto porque ela foi de fato construída como ideia, como proposta fundiária, a partir do que os seringueiros entendiam como espaço para produção no ambiente da floresta. Ela não foi somente inspirada no modo de vida na floresta, ela foi de fato uma proposta do movimento, portanto, seria uma conquista efetiva. Mas após a criação das Resex outras problemáticas surgiram, como a pressão de

madeireiros e a crescente pecuarização nas áreas já decretadas como tal e, para tantos outros, a dificuldade de se criar uma Resex.

Neste outro momento, a representação política se torna muito importante, o discurso seringueiro assim é as vezes reinterpretado e reapropriado por alguns segmentos, que se aproveitam da força local deste discurso e da sua capacidade de percorrer vários espaços políticos e sociais através de sua aproximação com o discurso ambientalista.

Desde o momento em que Chico Mendes começou a falar em universidades e em instituições políticas, no início da década de 1980, a representação do seringueiro começou a ser associado a um defensor da floresta, portanto, um ambientalista, desde então Chico Mendes é referido como tal. Mesmo que o seringueiro não tenha originalmente em seu discurso a defesa ao meio ambiente, mas a defesa de seu modo de vida na floresta, ainda assim a representação (ambientalista) se tornou muito forte.

Hoje, este discurso ou a memória seringueira é disputada por setores políticos, culturais e econômicos, pois este representa uma identidade que tem forte ressonância na sociedade local. O que discuti nesta pesquisa é que, a despeito das disputas atuais, houve uma construção de sentido, uma construção discursiva que representou o seringueiro no momento que era necessário à constituição de uma resistência política e social.

Assim, percorri os caminhos desta construção e também os momentos que ela se reconstrói ou se modifica, através da memória dos seringueiros. Sabendo de algumas limitações e problemas de utilizar a memória como fonte historiográfica, optei por colocar em relevo as implicações da recepção e da produção destas memórias, das implicações políticas de veículos como o periódico *Varadouro* ou da revista *Memórias da Floresta*, os engajamentos políticos destes veículos e suas tramas ideológicas.

Eu mesmo sou constituído num ambiente político – por minhas experiências, formação e mesmo pela instituição a qual estou vinculado -, que acaba por orientar minha atuação como pesquisador, porém, isto posto, a finalidade é que se possa saber que mesmo assim podemos perceber a construção de um discurso de uma categoria, como diria E. P. Thompson, dos “de baixo” que é celebrado e (co) memorado. E de certa forma, que faz parte de um processo de enquadramento da memória, dada a sua importância para diversos grupos que se utilizam dela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Novos discursos sobre a memória seringueira

À guisa de conclusão, acredito que o movimento seringueiro cingiu um discurso que se desdobrou em vários aspectos: ora apropriado por forças políticas que tentam se legitimar como representantes da história (criada) acreana; ora por segmentos sociais que creditam a eles um modelo ambientalista (não sem se tornarem anacrônicos) oriundo dos seringais. Mais ainda, e o mais importante, este discurso encontrou nas camadas mais pobres da sociedade local, uma ressonância que possibilitou o que vem sendo chamado de acreanidade. Podemos intuir que houve de fato a construção de um *ethos* na floresta, que ecoa na urbanidade local, principalmente nas pequenas cidades da região e na periferia de Rio Branco.

O que eu pretendi com esta pesquisa foi apontar para esta construção discursiva e identitária, procurando encontrar nas falas dos entrevistados, e também no que se escreveu sobre o movimento seringueiro, os indícios que a necessidade de mobilização e de caracterização do “eu” e o “outro” produziu uma identidade (provisória ou estratégica), que erigiu sobre si uma história e uma representatividade política.

As dificuldades de trabalharmos a memória é que não existe uma representação fixada, mas uma continua reconstrução dela. Como Alessandro Portelli (1996) mostra em seu texto sobre o massacre de *Civitella Val di Chiana*, as reminiscências de pessoas que à época do acontecido eram crianças e adolescentes, e portanto que são de certo modo “inocentes”, repetidas sem mudanças e contribuindo para a memória contemporânea se tornam um problema.

Tomo este exemplo para ilustrar (apesar da distância) uma problemática que pode ser enfrentada na pesquisa sobre o movimento seringueiro, pois, algumas vezes, é difícil perceber os conflitos, ou então, temos uma imagem que se reproduz em todos os espaços e em diferentes períodos. Um exemplo é a relação com os donos dos seringais, muitos dirão sobre a exploração que sofriram de seus patrões, mas existiram outras realidades, depois da II Guerra, com o abandono

dos seringalistas, muitos ex-seringueiros arrendaram ou compraram seringais e viviam mais de pequenas produções do que da extração do látex. O trabalho do historiador neste momento se parece com o do detetive, tendo que procurar as contradições nas histórias que se repetem de forma muito semelhante.

Tentei não cair nestas armadilhas da representação, percebendo que o modo como se orquestra um certo enquadramento da memória, pôde ser em si um objeto da pesquisa e assim conseguimos entender melhor como o discurso de um movimento “de baixo” se torna um elemento importante no discurso oficial do estado e de setores abastados da sociedade acreana.

Apesar da onda de globalização, que supostamente homogeneizaria as culturas, eu desconfio que as sociedades estão se voltando para si, mais e mais iniciativas propõem perscrutar as memórias locais para que bens culturais sejam revalorizados. Homi Bhabba⁵¹ diz que o cosmopolitismo tão propalado é conveniente para aqueles que se deram bem nos jogos da globalização.

Assim, houve de certa maneira um arquivo mais acessível e com mais material que se tivesse feito a pesquisa na década anterior, aproveitar este momento para analisar de forma crítica a construção destes arquivos é um ponto positivo que resulta deste trabalho.

As memórias dos seringueiros assim se tornaram valiosas, os lugares de memória (como definidos por Pierre Nora), no estado acreano, celebram a cultura seringueira, são responsáveis por (co) memorar um passado tido como chave para o lugar em que a sociedade se encontra. Numa perspectiva positiva (da história) podemos pensar que a intenção é se apoiar no passado para projetar um futuro.

Isto nos coloca uma questão para o futuro, se pensarmos nas mediações culturais que produzem as sociedades (uma ideia cara a Bhabba), novas redefinições surgirão e os seringueiros poderão se tornar outra coisa que não a ideia trabalhada neste texto, portanto, acredito que os limites da pesquisa também são impostos pelo tempo no qual ela está inserida quando produzida.

O contexto ideológico também é responsável pela interpretação dos fatos históricos, superá-los foi uma tarefa que me impus. As fontes escolhidas poderiam se tornar um entrave para a pesquisa, pois o

51 <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/01/14/homi-bhabha-o-valor-das-diferencas-426300.asp>

engajamento do periódico *Varadouro*, por exemplo, não poderia ser deixado de lado, para isto foi necessário explicitar a postura ideológica do veículo e mais do que isto, dizer quem eram as pessoas que faziam este jornal.

Não houve a necessidade de contrapor as fontes, o trabalho que se tornara imperativo foi o de perceber onde havia a construção de um discurso e o porquê desta construção. O periódico tinha a intenção de pôr em relevo os elementos que eles achavam que eram legítimos para a identidade acreana, se opondo fortemente à cultura do Sul e Sudeste.

Este trabalho não esgota o tema, a representação do seringueiro continua sendo utilizada pelos mais variados interesses. Seringueiros e ex-seringueiros se encontram, na maioria das vezes, numa encruzilhada que se formou em nome do “desenvolvimento”: entre a novidade técnica para fazer atividades tradicionais e a pressão de forças econômicas ditas como sustentáveis.

As setas que apontam para um futuro são as promovidas pelo Estado, como um modelo de desenvolvimento sustentável, tendo como vedete o manejo comunitário, e pelas iniciativas privadas de manejo florestal, ambas propõem um uso racional dos recursos, garantido pelas técnicas de exploração. Para onde decidam ir parecem se afastar do modo de vida que levavam e lutaram para manter.

Caminhos alternativos são muito pouco conhecidos, mas algumas comunidades já adotam uma postura que indica uma terceira via, uma total negação a quaisquer que sejam as iniciativas que impliquem em mudar a cultura extrativista e o tempo (muito particular) que dita a vida na floresta.

Quando estive em campo, em meados de 2012, participei de uma reunião de moradores da Bacia do Riozinho do Rôla, mediada pela Comissão Pastoral da Terra, onde eles discutiam o que fazer para barrar a retirada de madeira da área e o Manejo Florestal que alguns empresários propunham. Eles demonstraram não ter interesse nos projetos de desenvolvimento e geração de renda apresentados pelo governo, alguns diziam que só o que queriam continuar com a coleta da seringa e castanha, e no mais que a vida estava boa desta maneira.

Estas comunidades abrem um leque de questões, desde a validade do uso do discurso seringueiro por grupos políticos como também as renovações deste discurso, as atualizações que surgem à margem da memória seringueira (de certa forma da memória oficial).

Talvez a categoria seringueiro esteja fadada a uma não existência num futuro próximo, mas os coletivos continuam a se mobilizar por questões singulares, que algumas vezes entram em choque com o estabelecido pela política e economia dominante, e é isto que mantém o caráter popular dos movimentos, ou seja, que se originam e se desenvolvem a partir das camadas mais populares.

Outros discursos devem ser criados, mas os elementos de “novos discursos”, não raramente, se encontram num passado, de onde são resgatados para legitimar o presente, assim a história se mostra fundamental para entender os movimentos da sociedade.

FONTES

Entrevistas:

- Abraham Farhat. Entrevistador: Tissiano da Silveira. Local: sede do Sindicato das Empregadas Domésticas, Rio Branco. Data: 7/8/2012.
- Albertina de Souza da Cunha. Entrevistadores: Tereza Almeida Cruz e Valéria Pereira da Silva. Local: Residência da entrevistada em Xapuri/Acre. Data: 8/6/2010.
- Anália Soares Damasceno. Entrevistadores: Tereza Almeida Cruz e Valéria Pereira da Silva. Local: Residência da entrevistada em Brasileia/Acre. Data: 10/6/2010.
- Aldenor da Costa Souza. Entrevistadores: Ana Jasmina Gondim Hiluey, Cleunilde Silva dos Santos e Valéria Pereira da Silva. Local: Biblioteca da Floresta, Rio Branco/Acre. Data: 9/6/2010.
- Clarice Ferreira Lima. Entrevistadores: Tereza Almeida Cruz e Valéria Pereira da Silva. Local: Seringal Cachoeira Xapuri/Acre. Data: 9/6/2010.
- Dercy Telles de Carvalho Cunha. Entrevistadores: Tereza Almeida Cruz e Valéria Pereira da Silva. Local: Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR-X) em Xapuri/Acre. Data: 8/6/2010.

- Elson Martins da Silveira. Entrevistador: Tissiano da Silveira. Local: residência, Rio Branco. Data: 10/8/2012.
- Francisco Alves Pereira, o Chicão. Entrevistadores: Tereza Almeida Cruz e Valéria Pereira da Silva. Local: Residência do estre vistado em Brasileia/Acre. Data: 7/6/2010.
- Francisco Pacheco da Silva. Entrevistadores: Fernanda Muniz Bitolo, Tereza Almeida Cruz, Valéria Pereira da Silva. Local: Residência do estre vistado em Brasileia/Acre. Data: 11/6/2010.
- Imiliano Rodrigues da Silva. Entrevistadores: Tereza Almeida Cruz e Valéria Pereira da Silva. Local: Residência da estre vistada em Brasileia/Acre. Data: 10/6/2010.
- Ivanilde Lopes da Silva. Entrevistadores: Tereza Almeida Cruz e Ivanilde Lopes da Silva. Local: Biblioteca da Floresta – Espaço Povos da Floresta, Rio Branco/Acre. Data: 19/6/2010.
- João Claudino dos Santos. Entrevistadores: Tereza Almeida Cruz, Marcos Montysuma e Valéria Pereira da Silva. Local: Residência do entrevistado, Cruzeiro do Sul/Acre. Data: 7/7/2010.
- José Benjamim da Rocha Filho. Entrevistador: Tissiano da Silveira. Local: residencia em Boca do Acre. Data: 9/8/2012.

- Josefa Ferreira de Moraes. Entrevistadores: Tereza Almeida Cruz e Valéria Pereira da Silva. Local: Residência da estre vistada em Xapuri/Acre. Data: 7/6/2010.
- Luis Targino de Oliveira. Entrevistadores: Elson Martins da Silveira, Tereza Almeida Cruz, Valéria Pereira da Silva. Local: Auditório da Fundação Chico Mendes, Xapuri/Acre. Data: 5/6/2010.
- Luzia Santos da Silva. Entrevistador: Tissiano da Silveira. Local: sede do STR de Boca do Acre. Data: 8/8/2012.
- Maria Araújo de Aquino (Leide). Entrevistadores: Fernanda Muniz Bitolo e Eivante Rodrigues da Silva Paes. Local: Residência da estre vistada em Rio Branco/Acre. Data: 18/6/2010.
- Manoel Edson dos Santos “Bode Preto”. Entrevistador: Tissiano da Silveira. Local: Km 38 da BR – 317, em Boca do Acre. Data: 9/8/2012.
- Maria Terezinha de Paiva Pinheiro. Entrevistadores: Tereza Almeida Cruz e Valéria Pereira da Silva. Local: Memorial Wilson Pinheiro Brasileira/Acre. Data: 12/6/2010.
- Rita de Cássia da Silva. Entrevistador: Tissiano da Silveira. Local: barracão de eventos da Paróquia de São Francisco de Assis, Boca do Acre. Data: 10/8/2012.

Periódicos:

Opinião, edição 95, 2 de setembro de 1974, página 2, São Paulo.

Varadouro, edição 3, p. 10, 1977, Rio Branco.

Varadouro, edição 7, capa, fevereiro de 1978, Rio Branco.

Varadouro, edição 8, capa, março de 1978, Rio Branco.

Varadouro, edição 16, capa, outubro de 1979, Rio Branco.

Varadouro, edição 17, p. 4, dezembro de 1979, Rio Branco.

Varadouro, edição 19, p. 21, maio de 1980, Rio Branco.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 2 ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

_____. **Ouvir contar: textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2004.

ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999.

ALLEGRETTI, Mary. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento seringueiro**. Tese de doutorado. Brasília: UNB, 2002.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Rev. bras. Ci. Soc. [online]**. 2004, vol. 19, n. 55, pp. 33-52.

ALVES, Antônio. Artigos em Geral. **Arqueologia do Recente**, Livro 3. Rio Branco, 2004

AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos e Abusos da História Oral**. 7a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ANSART, Pierre. "**História e memória dos ressentimentos**". In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória/(res)*

sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2001

BARROS, Glimes Rego. **Nos Confins do Extremo Oeste: a presença do capitão Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993, Vol. I.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória – Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**.

São Paulo: Editora Martins e Fontes, 1990.

BONIFÁCIO, Maria Iracilda Gomes Cavalcante. **O discurso nas redes de poder: As vozes sociais nos editoriais dos jornais “O Rio Branco” e “Varadouro” (1977-1981)**. Dissertação de Mestrado em Letras. 2008. Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2008.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.

CHARTIER, Roger. **História Cultural. A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

_____. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**.

Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002

CRUZ, Tereza Almeida. **Resistência e Luta das Mulheres da Floresta.**

Rio Branco: Fundação de Cultura Elias Mansour, 2000.

CUNHA, Euclides da. **A margem da história.** Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Rio Branco, 2003.

_____. **Um Paraíso Perdido.** Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998. Reedição Editora José Olympio, 1986.

_____. **Obra Completa.** Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora, 1966 (2 volumes).

FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. **Memória Social: novas perspectivas sobre o passado.** Lisboa: Editorial Teorema, 1992.

FERRANTE, Miguel Jeronymo. **Seringal.** 3a Ed. - São Paulo: Globo, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **A ordem do discurso.** São Paulo : Ed. LLoiola, 2010.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografando nos Varadouros do Mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à**

territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista). Brasília: Ibama, 2003.

_____. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GUATARRI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

GUINZBURG, Carlos. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. de Frederico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**.

Petrópolis: Editora Vozes, 2006. p. 103-133.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: 2. Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários nos Tempos da Imprensa Alternativa**. Scritta Oficina Editorial, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. Editora Unicamp, Campinas, 1990.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na**

democracia. Tradução de C. A. Mota de Souza. São Paulo: Edusc, 2004.

LEITE, Miriam Lifschitz Moreira. **Retratos de família: leitura da fotografia histórica**. São Paulo: EDUSP, 2001.

LIMA, Reginâmio Bonifácio de. **Sobre Terras e Gentes. O Terceiro Eixo Ocupacional de Rio Branco (1971-1982)**. João Pessoa: Ideia, 2006.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário**. Belém: Tejupá, 1995.

LUCA, Tania Regina. MARTINS, Ana Luíza (Org.) **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MACIEL, Márcia Nunes. **O espaço lembrado: Experiências de vida em seringais da Amazônia**. Manaus: UFAM, 2010. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, 2010.

MARCHESE, Daniela. **Eu entro pela perna direita: espaço, representação e identidade do seringueiro no Acre**. Trad. Elenckey B. Pimentel. Rio Branco: Edufac, 2005.

MARTINELLO, Pedro. A "**Batalha da Borracha**" na Segunda

Guerra Mundial. Rio Branco: Edufac, 2004.

MARTINS, Elson. **Mutirão Contra a Jagunçada.** *Jornal Varadouro.* Ano II - Número 16, Rio Branco, Acre, outubro de 1979.

MATTA, Roberto da. **A Casa e a Rua.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MAUAD, Ana Maria. **Sob o signo da imagem: A produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social, da classe dominante, na cidade do Rio de Janeiro.** 1. ed. Niterói:

LABHOI/UFF, 2002.

_____. **Fotografia e História – possibilidades de Análises.** In A Leitura de Imagens na Pesquisa Social. Maria Ciavatta e Nilda Alves (org.). Cortez Editora, São Paulo, 2008.

MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. **Um encontro com as fontes em História Oral.** *Estudo Ibero-Americanos.* PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 117-125, junho 2006.

NEVES, Marcos Vinicius. Uma Breve História da Luta Acreana in **Caderno Povos da Floresta.** Organizadora Júlia Feitoza. Comitê Chico Mendes. Rio Branco, Acre. 2003. p.12-20.

NETTO, Sylvio Péllico; SILVA, José de Arimateia. **Sistema de Inventário Florestal para Seringal Nativo.** *Revista Floresta* Vol. 32,

No 1 (2002), UFPR.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. **Os Milton: cem anos de história nos seringais**. Recife: Massangana, 2004.

PEDRO, Joana Maria. As mulheres e a separação das esferas. **Diálogos**, Maringá, v. 4, p. 33-39, 2000.

PERROT, Michele. **Os Excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. (p.167)

PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.). **Imagens da História**. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. **História & história cultural**. 2a Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a História Oral diferente**. In: Projeto História – Cultura e Representação. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo: Educ. Fevereiro/1997.

_____. **Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral.** Projeto História. São Paulo: Educ, 1997.

_____. **O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum.** In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996 (103-130).

RANZI, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre.** Rio Branco

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SOUTO, Ana Luiza Salles. "Movimentos populares e suas formas de organização ligadas a Igreja". **Ciências Sociais Hoje.** Rio de Janeiro, ANPOCS, nº 2, p. 1983, p. 63-95

SEIXAS, Jacy A. BRESCIANI, Maria Stella & BREPOHL, Marion (org.). **Razão e paixão na política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

SEIXAS, Jacy Alves de. **"Percurso de memórias em terras de história: problemáticas atuais"**. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). Memória/(res)sentimento: indagações sobre uma questão

sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre** / Leandro Tocantins; apresentação de Carlos de Meira Matos; prefácio de Arthur Cezar Ferreira Reis – 4ª Ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. V. I. Coleção Brasil 500 Anos.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMSON, Alistair. "Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias." In: **Revista Do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História - PUC - SP: ética e História Oral**. São Paulo: Educ, nº 15, 1997. p.p. 51- 84.

_____. Histórias (co)movedoras: História Oral e estudos de migração. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, ano/vol. 22, número 044. 341-364, 2002.

TURAZZI, Maria Inez. **Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889)**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

WEINSTEIN, Bárbara. **A Borracha na Amazônia: Expansão e decadência, 1850-1920**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São

Paulo

WOLFF, Cristina Schebeita. **Mulheres da Floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945)**. São Paulo: Hucitec, 1999.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

APÊNDICE

A memória presente de Pedro Alexandre

Quando fui a campo pela primeira vez para pesquisar sobre o Empate ocorrido em 1979 na cidade de Boca do Acre, eu tinha o nome e contato de apenas duas pessoas: “chegando lá vai ser fácil encontrar as pessoas, a cidade é pequena”, foi o que Darlene, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), me disse. E, na verdade, foi mesmo assim, uma competente rede de auxílio se formou em torno de mim, em poucos telefonemas eu já tinha uma lista consistente de candidatos a entrevistas.

Preferindo as histórias de vida, como metodologia para as entrevistas, eu me aproximava não só do objeto da minha pesquisa, mas daquelas pessoas que removiam suas memórias, de um período conturbado, para um estranho. Algumas vezes melancolicamente, pois a despeito da tensão que anuviava a região à época dos acontecimentos, as lembranças também traziam rostos e momentos que não fazem mais parte de seus cotidianos, que são como antigas fotografias esquecidas no baú, o retorno dessas imagens não raro trazem o (re) sentir, ou mesmo o contrário, quando são os sentimentos que resgatam as memórias.

Foi assim, que eu me via dia a dia mais próximo do seringal Senápolis, provavelmente por um sentimento de solidariedade com os posseiros diante de uma luta desigual, uma luta entre trabalhadores e poderosos do local, tão comum nos rincões esquecidos pelo Brasil urbano – não que as cidades estejam livres de conflitos semelhantes.

No penúltimo dia de minha estada (fiquei quase uma semana em Boca do Acre), meu encontro seria com uma senhora chamada Rita de Cássia, indicada por várias pessoas como uma boa fonte de informação para o que eu procurava. Depois de alguns telefonemas – tenho que admitir que esta entrevista quase não foi possível, havia quase três dias que as tentativas de encontro fracassavam – segui da sede do STR, embaixo de um sol escaldante, à igreja de São Francisco, num barracão ao lado um grupo de mulheres tomavam aulas de pintura, entre elas estava Rita.

Eu estava cismado com o encontro, pois, nas outras tentativas Rita parecia esquivar-se, não encontrava tempo para a conversa ou

falava que estava aguardando que o irmão, fotógrafo, trouxesse uma imagem que seria importante para mim, mas que ainda não a encontrara. Bem, afinal a imagem era uma conhecida fotografia do grupo que participou do Empate, em que seu pai (Pedro Alexandre) também estava presente, era a publicação do *Varadouro*, que parecia ali ter uma importância maior do que provavelmente teria para alguém em Rio Branco, onde o periódico é costumeiramente citado para se referir aos movimentos sociais.

Talvez eu não tivesse entendido a dimensão que esta entrevista tinha para a família, era um momento para falar de Pedro Alexandre, afinal ele tinha sido o presidente do STR e muito atuante no período entre as décadas de 1970 e 1980. Mais ainda, era um momento de (re)memorar, a presença do irmão reiterava este caráter, havia uma espécie de ritual de acesso à esta memória, tão cara à família. O apoio se fazia sentir nos gestos e olhares lançados nos momentos de pedir confirmação ou reforço das histórias contadas.

Rita inicia seu relato com a seguinte frase: “A história de meu pai se inicia em Pernambuco”. A partir daí, percebi que eu deveria empreender um esforço para mediar a expectativa deles (a memória do pai) e a intenção de minha pesquisa (a memória dos entrevistados).

O ofício do historiador consiste em retirar de um universo de memórias, às vezes muito grande, os elementos que não desautorizem suas hipóteses, suas interpretações. Mas o que fazer com todo o resto? Para mim, não houve um problema quando a trajetória de Pedro Alexandre se afastava do recorte temporal e espacial de meu trabalho, eu simpatizei instantaneamente com sua singularidade.

Depois do depoimento de Rita, acompanhada de perto pelo irmão mais novo, Mário, a sugestão era que eu aproveitasse a estada de sua irmã Elvira, professora na cidade de Cruzeiro do Sul, no Acre, que tinha sido a segunda professora de alfabetização, aos 17 anos, na comunidade que se formara no Km 38.

Ela viria ao nosso encontro acompanhada da irmã mais nova. Esta segunda entrevista foi feita numa lanchonete ao lado da igreja, sob a vista de um São Francisco de pelo menos 20 metros. Conversei com ela, principalmente, sobre sua experiência na comunidade do Km 38. Ela substituiu a professora da escola construída pelos posseiros – a mulher de Manoel Edson dos Santos, o “Bode Preto”, foi a primeira professora – quando ainda tinha 17 anos. Mas Esta entrevista acabou por convergir

para temas mais presentes, sobre a sociedade não reconhecer o que Pedro Alexandre significou, ficando mais claro para mim o empreendimento deles para a manutenção da memória do pai.

As entrevistas deveriam ser individuais, mas a presença dos demais continha uma série de elementos que os colocavam na conversa, o manear de cabeça, os olhares de aprovação, havia um gestual de cumplicidade, uma orquestração que não era falseada mas que fazia parte do esforço de todos eles para manter uma memória edificante de seu pai.

Ainda que houvesse uma relação afetiva com esta memória, me chamou a atenção que não era a figura paterna que eles memoravam com mais afínco mas suas ações como cidadão, ou seja, sua atuação social/política (não estou me referindo a política partidária), uma espécie de legado moralizante que ele deixara e que deveria ser monumentalizado no sentido que Le Goff dá à relação entre documento (a memória em si) e monumento (a memória celebrada).

Não há nesse intento uma tentativa de angariar algum tipo de benefício, eles não têm atuação política, e sim uma intenção de divulgar e preservar o que eles mantiveram como um legado, o que na entrevista tornou-se claro. Está entranhado em suas personalidades, refletido em suas trajetórias. Talvez, tenhamos feito um acordo tácito, sem promessas ou cobranças, ou mesmo, seja isto apenas uma impressão minha, mas eu quis trazer ao meu trabalho também um pouco do que me pareceu ser uma história singular - e que deveria ser contada.

Rita contou que seu pai vivia quando pequeno com a avó em Pernambuco, era o mais velho e tinha como serviço cuidar das cabras e ovelhas, enquanto a avó trabalhava em uma fazenda. Desde cedo ele sonhava com uma terra para plantar, vontade que o perseguiu durante toda sua vida, e quando mais velho, já casado e com duas crianças (Rita foi a primeira dos filhos nascidos no Sul), decide ir para o interior do Paraná, seguindo o intento de trabalhar com a lavoura.

Na cidade de Primeiro de Maio (PR), torna-se barbeiro e arrenda um pequeno pedaço de terra para plantar, e lá ajuda a fundar o sindicato dos trabalhadores rurais. Em meio a perda de sua lavoura inteira, numa grande geada no início da década de 1970, Pedro Alexandre resolve comprar terras na Amazônia, na cidade havia um escritório de uma empresa que vendia lotes no Estado do Amazonas.

Segundo ela, a primeira viagem foi empreendida pelo pai

sozinho, mas não tardou para que ele trouxesse a família inteira (em 1974) na carroceria de um caminhão, viagem de muitos dias. Sabendo das dificuldades que enfrentaria na fronteira do Amazonas e Acre, ele não esmoreceu, nem mesmo quando percebeu que a compra que tinha feito era de uma área já com donos. Rita disse que conseguiram num primeiro momento com o prefeito, um pedacinho de terra que hoje é o cemitério do município – onde Pedro Alexandre está enterrado - e só um ano depois foram para o Km 38.

Rita neste momento tenta lembrar da viagem, confirma com seu irmão, Mário, que este por ser muito pequeno (tinha somente seis anos) não tinha como saber do sofrimento da viagem ou das primeiras impressões ao chegarem. Mário parecia incomodado num primeiro momento, somente acompanhando as palavras que saíam de sua irmã, mas mesmo com seu jeito mais reservado, deixava antever que o sentido que a entrevista deveria seguir seria outro. Mais qual? Algum tempo, somente concordava com a cabeça, principalmente quando eu insistia no tema do Empate de 1979, até o momento que veio à tona as preciosas lições de seu pai.

A partir do ano de 1975, Pedro Alexandre, segundo sua filha, percebeu que chegava muita gente do Sul, estes migrantes que procuravam terra começavam a inchar a pequena cidade de Boca do Acre, portanto, com sua experiência sindical começa a articular pessoas para conversar com a administração pública para conseguir lotes para os migrantes.

Ao encontrarem uma região que tinha problema com a documentação, o título tinha uma quantidade menor do que a reivindicada pelo proprietário, deram início a ocupação do seringal Senápolis.

Neste lugar, ele iniciaria sua maior vontade: que era plantar em sua própria terra. Mário sorriu quando lembrado do momento em que seu pai disparava uma série de assovios no roçado, um sinal que fazia ele chorar copiosamente. O motivo era que saíam os primeiro brotos e Pedro Alexandre não se continha, sua alegria produzia os assovios estridentes, para os filhos significava o início de trabalho na roça, já pensando na lida da colheita o menino caía em prantos.

O momento em que Mário se sentiu a vontade, coincidiu com as histórias sobre o valor que seu pai dava a plantação (ele acreditava que o solo tido como ruim na região era apenas falta de trabalhar a terra), a

variedade de seus cultivares é lembrado por seus filhos com orgulho. Este enredo moralizante da sua vida tem como características principais: sua discordância com a criação de gado, segundo seus filhos, ele achava que não era uma alternativa viável para a região, preferindo o cultivo, esta é quase uma visão ecológica que coaduna com o momento em que as fazendas da região solapavam os antigos seringais e pequenas propriedades agrícolas; e seu gosto pelas “coisas certas”, a correção, uma inclinação para as coisas “legais”, ele foi advogado *ad hoc* em Boca do Acre, apesar de ter somente as séries iniciais.

Após toda a luta para que os posseiros se mantivessem na terra, não tardou para que muitos deles comesçassem a se tornar criadores de gado também, isto desagradava muito Pedro Alexandre, Rita conta que ele chegou a chorar por ver esta nova realidade no Km 38.

Sua relação com o sindicato também deteriorara, sua filha ainda guardava documentos que interpelavam o pai por causa de uma máquina de escrever, que supostamente estaria em sua posse. Depois de muitas querelas com as direções do STR após sua presidência, tentaram até mesmo impedir que ele continuasse realizando os pagamentos como sócio, mas até o fim da vida ele manteve uma atuação política, pois continuava sendo procurado em casa.

A atuação de Pedro Alexandre no sindicato, foi marcada pelo medo da família em relação a sua segurança, Mário contou de um pistoleiro que após sondar a casa algumas vezes se arrependeu e confessou para pai (do Mário) que o tinham contratado para executá-lo, mas que ao perceber que este era um homem de bem não o fez. Quando escutei este relato lembrei de uma história familiar: um tio, delegado de polícia, escapou de uma tocaia quando o pistoleiro o viu com seus filhos pequenos (um homem de família), e assim desiste de cometer o crime. Em ambos os casos, o mal intencionado se arrepende ante o homem de bem.

Não houve, nem inocência de minha parte em ouvir os relatos de uma família sobre a memória de alguém a quem eles se esforçam para que seja (co)memorada, nem eu utilizaria de má-fé simulando meu interesse enquanto eu queria outra coisa. Como disse antes, a história de Pedro Alexandre me conquistou rapidamente. As histórias de vida podem escapar ao nosso roteiro, por vezes danosamente e em outras, que foi o caso, abrindo novos horizontes e enriquecendo a pesquisa.

A formação escolar e as atividades profissionais dos filhos

parecia também se embricar no sentido moralizante das histórias que eles contavam. Segundo Rita, seu pai lia constantemente sobre as leis e aplicava este conhecimento na vida prática, desde lições aos filhos sobre fazer a coisa certa como ensinar os posseiros a fazer um recibo de compra e venda.

Pedro Alexandre teve nove filho - conheci seis, dos quais entrevistei quatro - e percebi que esta construção da memória de seu pai parece mobiliza a todos. Um exemplo foi quando Rita contava da trajetória sua e de alguns de seus irmãos: ela fez ciências sociais num campus avançado da Universidade Federal do Amazonas; Mário tornou-se fotógrafo profissional; Elvira fez a licenciatura em Letras na Universidade Federal do Acre e hoje é professora da rede pública; há um irmão, Hildefonso, o mais velhos que trabalha no INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) em Manaus.

Este rol foi citado quase como uma prestação de contas a Pedro Alexandre, pois ele parecia ter um enorme respeito à formalidade e ao que estava escrito. Não à toa andava com os filhos e uma pequena *Remington* portátil em todos os encontros e reuniões do sindicato, os filhos se revejavam na tarefa de datilografar as atas de cada um desses encontros.

Outra característica ressaltada, sobre o pai deles, era sua ligação com a igreja católica. Estávamos naquele momento vivenciando essa aproximação, a Rita é daquelas pessoas que participam ativamente das ações da Paróquia, o curso de pintura que acontecia quando fui encontrá-la tinha ela na organização, na conversa soube que sua atuação social se dava por intermédio da Paróquia. A escolha do lugar para a entrevista não parecia ser ocasional, mas reafirmava a ligação de sua família aos preceitos religiosos, e não podemos deixar de pensar que o caráter moralizante da paidéia cristã se torna adequado na reafirmação do caráter de Pedro Alexandre.

Rita lembra dos cantos religiosos que serviam de material para o discurso do pai, num deles ele falava para os posseiros nas reuniões: “Quem morre calado é sapo debaixo do pé de boi”.

Um momento interessante da entrevista foi quando Mário entrevistou para lembrar que o Acre preservava a história, enquanto esta era esquecida em Boca do Acre. Este momento é uma chave para entender a motivação desta família, a história da cidade também era a história de Pedro Alexandre, a esta que se referiam ao dizer que o município não

preservava a sua história.

O não reconhecimento em vida, da colaboração de Pedro Alexandre para a sociedade local, é uma ferida aberta para eles. Rita contou que a Câmara de Vereadores concedeu tardiamente o título de Cidadão Emérito, e quando ela subiu na tribuna para os agradecimentos desabafou: “Até que enfim alguém enxergou a importância que teve nossa família para Boca do Acre.

A entrevista terminava com as lembranças do fim da vida de Pedro Alexandre, assim como começara com seu nascimento. Terminava com seus últimos momentos. As últimas palavras antes de encerrar sua fala, Rita resumia muito do que eles falaram até então: “Nós, dos nove filhos, nenhum partiu pra violência, todos procuram viver dignamente”, ou seja, o exemplo do pai ficou para a família como seu legado.

Ao tentar contar uma história de Pedro Alexandre acabei por fazer uma crônica da entrevista, isto porque era mais forte para mim: não a memória em si, mas o caminho que os familiares dele percorreram para (re)contá-la e o sentido positivo que eles a atribuíam.

ANEXOS

O Seringueiro*

Raimundo de Barros

"A luta dos seringueiros é para poder permanecer na Floresta. Para isso, estamos dispostos a dar as nossas vidas. A Floresta Amazônica é nossa segunda mãe. Dela tiramos a nossa sobrevivência e também a sobrevivência de parte do Brasil e do mundo. Para nós, uma das coisas mais bonitas é quando acordamos de madrugada, nas noites de lua, deitados nas redes armadas nas salas de nossas casas, que são cobertas de palha, e a gente ouve o canto da coruja e o piado dos macacos que estão na floresta perto de nossa casa.

Uma das maiores belezas é também os banhos que nós e nossos filhos tomamos nos rios da floresta. E como é gostosa a carne da caça preparada com o leite das castanhas."

Eu gostaria de pedir a vocês que o erro de algumas palavras da gente fosse ignorado, pois eu e os outros companheiros aprendemos não foi no banco de escolas, mas foi no dia a dia da vida de trabalho, de

* Palestra pronunciada por Raimundo de Barros (seringueiro e vereador pelo Partido dos Trabalhadores em Xapuri), em 28.04.89. O Comitê de Apoio aos Povos da Floresta, a Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção São Paulo e a Diretoria Executiva da A G B promoveram a vinda de Raimundo de Barros, que estava em São Paulo, a convite da Pastoral Operária de São Bernardo do Campo, para pronunciar uma palestra no dia 28.04.89, no Anfiteatro do Departamento de Geografia da U S P . Publicada em Terra Livre, número 7, uma publicação semestral da AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros, em coedição com a Editora Marco Zero , São Paulo, 1990. p. 21-26.

perseguição. Vocês hão de perguntar quem era o Chico e quem é o Raimundo e quem são os outros companheiros que certamente vocês irão ter oportunidade de encontrar e ouvir, também deles, os seus depoimentos.

Nós somos camponeses, que nascemos e crescemos na Floresta Amazônica, descendentes de nordestinos, tangidos pela seca. Nossos pais chegaram naquela região ainda crianças e foram trabalhar na exploração da borracha, na fabricação de borracha ou na quebra da castanha. Nessa época, a relação de trabalho do seringueiro era diferente da de hoje. Naquela época o seringueiro era obrigado a fazer a borracha e quebrar a castanha e vender para uma determinada pessoa, que era o chamado patrão, que tinha lá um barracão com os animais, que entrando nas caminhadas. Além disso, a balança do patrão já tirava uma parte do peso. Eles ganhavam não só no preço da borracha, mas também no peso. Ganhavam no preço da mercadoria e no peso da mercadoria. Isso levou os seringueiros a sempre viverem endividados com os patrões. Esses mesmos patrões nunca tiveram interesse de levar escola, saúde e outras coisas para os seringueiros. Tem mais de cem anos de vida de trabalho nesse esquema. Se conhece como produtor da borracha o patrão que nunca fez sequer um quilo. Quem são os verdadeiros produtores de borracha e de castanha e dos outros produtos da Floresta Amazônica são realmente os seringueiros e os castanheiros, e não o patrão. Patrão era e continua sendo única e exclusivamente um explorador, que lucra com o trabalho nosso. Mas é a partir de 70 que começou a chegar uma figura diferente que foi o latifúndio. Se na época do patrão a coisa já era amarga, depois que o latifúndio chegou, aí ficou pior, porque em várias regiões deixou de existir o patrão que ainda era uma garantia da vinda da mercadoria para a colocação dos seringueiros e a tirada da borracha para a cidade.

O fazendeiro chegou na região graças ao apoio que os governos daquela época, já da ditadura militar, deram. O latifundiário se achou no direito de - comprando as benfeitorias do patrão - dizer que tinha comprado tudo que tinha naquela floresta, a nossa colocação e quem sabe até nós.

A colocação de seringa é um trecho dentro da floresta, que um seringueiro ou uma família ocupa. Onde ele constrói sua casa coberta de palha, de aricuri, de jarina, de obim ou de jaci. Os caibros da casa são tirados também da floresta, árvores finas que fazem os caibros para

atrelar a palha que é segura com uma viga também tirada da floresta que é o tauarim. Os esteques são de madeiras mais grossas, madeiras que têm âmagos e que têm durabilidade no chão, por dez ou quinze anos. O assoalho é trabalhado com a pachuba que é retirada também da floresta.

Nós trabalhamos com dois tipos de pachuba, uma em ripa e outra batida, quer dizer, quando nós queremos fazer uma casa assoalhada com ripa, a gente faz a ripa; quando a gente quer com pachuba batida a gente bate a pachuba e assoalha batido. Então ali é a residência, a dormida do seringueiro, é ali que ele fica com a sua família; é ali ao redor que ele cria um descampado onde ele tem as suas galinhas, tem seus porcos, onde tem o pasto, a sua criação de ovelha, seu cavalo, seu burro. A grande maioria de nossos companheiros também tem na clareira suas cinco, seis cabeças de gado.

Mais adiante, saindo dessa clareira, entram os caminhos por dentro da floresta, por onde vão se encontrando as seringueiras e as castanheiras, e a gente vai juntando elas através de um pique que depois nós roçamos e fazemos um caminho mais largo que chamamos de Estrada de Seringa. A Estrada de Seringa faz muita volta dentro da floresta, até desembocar onde começou. Uma colocação tem sempre em média de seis a nove estradas. Tem colocação que tem até dezoito estradas, dependendo do tamanho do espaço que ocupa. Um seringueiro que têm uma família já grande ocupa uma colocação grande e todo mundo da família corta. Cada seringueiro corta três estradas de seringa, que tem em média 120 a 150 árvores que se diferenciam: uma árvore é mais fina, outra é mais grossa. As árvores têm uma bandeira de um lado, que é um espaço que a gente faz na árvore de um palmo, um palmo e meio, e o resto a gente deixa livre, que é pra quando essa arriação - o risco que o seringueiro vai dando - encostar no chão, o outro lado estará livre para a gente fazer a outra arriação. Enquanto esse lado que a gente riscou se recupera - no decorrer de dois ou três anos ele sara tudo - a gente termina a bandeira do outro lado e então volta-se de novo para cortar onde já cortou há três anos. E assim se faz uma colocação de seringas.

Dentro da colocação, nós temos outras clareiras mais adiante da casa, onde se faz um roçado, onde se planta o arroz, o milho, a mandioca, a batata, banana, mamão. Um seringal tem de 20, 30, 40, 50, 60 colocações, quer dizer, ocupa um espaço bem grande dentro da floresta. Existem milhares de seringais dentro da Floresta Amazônica.

Então na década de 70 surge o fazendeiro. Chegou na região incentivado, como a gente já disse, pelos governos, e começa a dizer que tinha comprado aquela terra, e que o objetivo deles não era tocar seringa e nem castanha mas sim criar gado. E diziam: "Este negócio de borracha não nos interessa e vocês têm que escolher uma das duas: ou vão embora, ou então vão trabalhar com a gente para desmatar". Num primeiro momento, vários companheiros se desestimularam e saíram para a cidade e até alguns deles foram trabalhar no desmatamento. Mas a grande maioria dizia: "Vou para a cidade fazer o quê? Eu não tenho saber. A gente vê na cidade mesmo os que sabem ler e escrever, que têm condição de arrumar um emprego, não têm emprego; outros que são empregados ganham um salário de fome, que não dá para sobreviver, e nós vamos fazer na cidade o quê?"

Então se ficou dentro da floresta e começou a aparecer o marreteiro, que é uma pessoa que ia com os animais da cidade para dentro do seringal, comprando o produto dos seringueiros: a borracha e a castanha, e vendendo mercadoria para eles. Enquanto isso o fazendeiro deu continuidade às suas ações de amedrontar os seringueiros, de criar empecilho para os marreteiros entrarem, porque o objetivo dele e justamente que a gente ficasse sem comercializar o produto e sem comprar mercadoria, porque é uma forma de expulsar. Só que a gente deu apoio ao marreteiro para que continuasse o seu trabalho e os fazendeiros começaram a usar outro método de intimidação mais clara: "Vocês vão embora porque isso daqui é meu". Começaram também a trazer o jagunço trepado em cavalo, andando com dois revólveres na cintura, chicote na mão, chicoteando alguns companheiros nossos e recebendo inclusive apoio da própria polícia.

Os casos de agressões que aconteciam com nossos companheiros que vinham denunciar na cidade, não eram tomadas providências, então já começava a existir uma conivência das autoridades com o fazendeiro. Foi nesse momento que começamos a descobrir, através de alguns documentos que a igreja passou sobre a questão da posse da terra, que eles não podiam tirar a gente assim pois quem mora um ano e um dia na terra e não tem outra terra, não é proprietário de terra nenhuma em outro campo, e que dali sobrevive com a sua família, tem o direito de posse, e só sairá da sua posse quando o interessado indenizar suas benfeitorias, e também o seu direito de posse.

Dentro desses pequenos conhecimentos que a gente começou a

tomar, começamos a saber que existia uma forma da gente se organizar, que era em sindicato. E aí começamos a lutar para que fosse criado um sindicato mesmo, para fazer reunião com os companheiros dentro do seringal e discutindo junto com eles, começamos a ter mais informação, de uma pessoa inclusive que saiu daqui de São Paulo, o João Maria, enviado pela CONTAG - Confederação dos Trabalhadores da Agricultura - para incentivar a criar os sindicatos na região.

Foi a partir da criação dos sindicatos que a gente começou a se organizar melhor, e a partir daí a gente implantou, criado mesmo por nós, sem ninguém ensinar, sem ter nada escrito em papel nenhum, o Empate.

Quer dizer, o pessoal está desmaiando, já muitos companheiros foram expulsos, muitas estradas, muitas colocações já foram desmaiadas, muita caça já foi desterrada daqui para outros lugares, muitos morreram no fogo, e o que fazer? Então adotamos o Empate que, eu tenho certeza, o Chico passou informação do que é, de uma forma muito clara. Então a luta teve continuidade e veio vindo o processo de organização e o processo de Empate, daí começaram a surgir as ameaças contra os companheiros. Em 80, o nosso companheiro no município de Brasileia, que era o Wilson Pinheiro, foi assassinado pelos latifundiários. Outros companheiros começaram a ser assassinados na nossa região como foi o caso do Raimundo Calado - acho que em 82 - no município de Rio Branco, assassinado pela própria polícia, paga pelos fazendeiros. Surgiram ameaças e pressões de toda ordem, mas a gente continuou lutando. Na época em que o nosso companheiro foi assassinado, já tinham sido criados mais ou menos cinco sindicatos na região, todos vivendo um processo de bastante intensidade de trabalho e Empate, e de posições firmes contra as ações do latifúndio.

Mas com a morte do nosso companheiro os sindicatos tiveram certo recuo, porque logo que nosso companheiro foi assassinado, sete dias depois, os companheiros pegaram e assassinaram um administrador de uma fazenda, com nome de Milão, e isso valeu uma repressão muito violenta em cima dos nossos companheiros, não só na área de Brasileia, mas também de Xapuri e dos outros municípios. Mesmo assim, três, quatro anos depois, o movimento se recuperou em alguns municípios, inclusive o de Xapuri. A gente passou também a discutir não só mais a questão do Empate, a questão do direito à posse da terra, mas também outras coisas que seria levar a educação, a saúde

para o seringal. E a gente começou a trabalhar com isso, a discutir, e fomos começando a criar nossas primeiras escolas. Como a gente criou nossas primeiras escolas? Companheiros nossos lá dentro da floresta, que tinham tido a oportunidade de, ensinados por alguma pessoa, ter aprendido um pouco a ler e a escrever, eram escolhidos na comunidade como monitores e a escola era construída pelos próprios seringueiros. Casinha de palha, soalho de cachuba, no mesmo esquema de sua casa de morada. E fomos criando as primeiras escolas. Em seguida a gente passou a discutir a saúde, e fomos implantando também os primeiros postos de saúde, no mesmo esquema das escolas.

Enquanto isso o sindicato já tinha ganhado bastante força, já tinha um pouco de apoio de determinadas pessoas da cidade, não só da nossa, mas também da capital, e se começava a ler um relacionamento com outras pessoas e a gente conseguia a contratação dos monitores e dos agentes de saúde. Foi dentro de todo esse trabalho que o latifúndio achou que deveria aumentar a sua pressão e perseguição até o assassinato do nosso companheiro Chico Mendes agora, em 88, no dia 22 de dezembro. Antes da morte do nosso companheiro as ameaças intensivas, as tocaias para assassinar não só o Chico, mas a gente também, foram muito denunciadas. A gente várias vezes foi à Secretaria de Segurança Pública, à Polícia Federal, fizemos várias reuniões com o Governo do Estado, várias visitas à imprensa denunciando, na tentativa de ver se conseguia evitar, que o nosso companheiro fosse assassinado, mas como todo esse recrudescimento do latifúndio tinha, e continua tendo relações muito próximas com o aparato do Estado, então não se conseguiu de forma nenhuma evitar. A prova é que no dia que o nosso companheiro foi assassinado, ele estava com dois policiais sentados na sua mesa. Esses policiais não tiveram coragem de vasculhar o quintal da casa do companheiro, para o companheiro descer e tomar o seu banho. Isso demonstra mais cumplicidade do aparato de Estado. Na hora que eles escutaram, na hora que foi detonado o tiro em nosso companheiro, eles no lugar de correr, quem sabe até para amparar o companheiro, ou então para perseguir os bandidos (já que estavam dois policiais armados de revólver), o que eles fizeram foi correr pra sala, saltaram pela janela e correram para o quartel, dizem que buscar metralhadora. Quer dizer, isso deixa claro, que eles estavam também sabendo do que ia acontecer. Eles estavam também articulados, só dá para se entender dessa forma.

Hoje na nossa região a situação não é diferente da situação antes

do Chico morrer. Não é diferente. A tensão é muito grande, a presença de pistoleiros é frequente na nossa cidade, não mais todos os que circulavam antes, parte deles se afastaram, devem ter ido para outras fazendas, e vêm elementos de outras fazendas que não são conhecidos ainda, mas que a gente nota a presença de pessoas estranhas acompanhadas de elementos que antes já eram ligados a eles, inclusive com um esquema bem diferente, com pessoas de uma aparência mais táctica, a gente nota que os caras são mais sofisticados, são muito mais bem preparados.

As ameaças continuam, as ameaças de morte hoje pairam sobre mim, Gumercino, Osmarino, Júlio - que é o presidente que assumiu o lugar do Chico -, Padre Gilson, um companheiro vereador, Júlio também, o Júlio Micásio, todas essas pessoas hoje estão sobre a mira de a qualquer momento morrerem também.

Figuras



Elson Martins em seu escritório com a fotografia emoldurada do Empate de Boca do Acre



Armas apreendidas no Empate de Boca do Acre



João Maia (virado para trás) conversa com Elson Martins (de costas)



Funcionário de um fazendeiro (ao centro segurando as armas) rendido pelos participantes do Empate de Boca do Acre (que o rodeiam).



Wilson Pinheiro, sindicalista assassinado em 1979.



Pintura de Giuseppe Pellizza da Volpedo, intitulada "O quarto poder", 1901, Civica Galleria d'Arte Moderna, Milão.